

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025

ATA NÚMERO VINTE E DOIS/DOIS MIL E VINTE E CINCO

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO

**10 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A DOIS ESTUDANTES DA ESCOLA
SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA**

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO

15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA

16 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE

17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES

18 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE

**19 - PROPOSTA Nº. 877/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR
CONCURSO PÚBLICO DESTINADA À EMPREITADA DE
REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E**

**ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DE OEIRAS,
PARA OS ANOS DE 2025 A 2028 - NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SEGURANÇA
EM OBRA E DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO - PD 270-SIMAS/2025**

**20 - PROPOSTA Nº. 878/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PARA A FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA EMPREITADA DE PREVENÇÃO,
CONTROLO E MITIGAÇÃO DE CHEIAS NA BACIA DE DRENAGEM DA RIBEIRA DE
MASSAMÁ, AO LONGO DA AVENIDA INFANTE DOM HENRIQUE, EM TERCEIRA, NO
CONCELHO DE OEIRAS - PD 273-SIMAS/2025**

**21 - PROPOSTA Nº. 879/25 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO
PÚBLICO, DESTINADO À LOCAÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS,
100% ELÉTRICAS, NA MODALIDADE DE ALUGUER OPERACIONAL - AOV, POR UM
PERÍODO DE 36 MESES E QUILOMETRAGEM ATÉ 45.000KM, PARA OS SIMAS DOS
MUNICÍPIOS DE OEIRAS E AMADORA - PD 274-SIMAS/2025**

**22 - PROPOSTA Nº. 880/25 - SIMAS - CP 21021/2021 - REVISÃO ORDINÁRIA DE PREÇOS NO
ÂMBITO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E
INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO
CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024 - PD 275-SIMAS/2025**

**23 - PROPOSTA Nº. 881/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO, PARA APOIO À FESTA DE NATAL DOS
APOSENTADOS 2025**

**24 - PROPOSTA Nº. 882/25 - GMA - MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL - 4º. TRIMESTRE DE 2024 E RELATÓRIO E CONTAS 2024**

25 - PROPOSTA Nº. 883/25 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO, PARA
OBRAS NO QUARTEL**

- 26 - PROPOSTA Nº. 884/25 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS
ABANDONADAS E DOADAS**
- 27 - PROPOSTA Nº. 885/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 25ª. ALTERAÇÃO
ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 28 - PROPOSTA Nº. 886/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 26ª. ALTERAÇÃO
ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 29 - PROPOSTA Nº. 887/25 - GCAJ - Pº. 523/DCP/2023 - ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
DE PREÇOS DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 652/2023,
CELEBRADO COM A SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., QUE TEM POR
OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFEÇÃO DOS
EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, NA MODALIDADE DE
FORNECIMENTO CONTÍNUO**
- 30 - PROPOSTA Nº. 888/25 - DRU - Pº. 29/DRU/2024 - RECUPERAÇÃO DO JARDIM SUL DA
QUINTA DA CASA BRANCA, EM CARNAXIDE - TRABALHOS A MENOS Nº. 1**
- 31 - PROPOSTA Nº. 889/25 - DPE - Pº. 11/DPE/2022 - PAVILHÃO DA ESCOLA AQUILINO
RIBEIRO - BALNEÁRIOS - TRABALHOS COMPLEMENTARES, PRORROGAÇÃO DO
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
- 32 - PROPOSTA Nº. 890/25 - UPGO - Pº. 2025/64-DEM/UCR - NOVO EDIFÍCIO
ADMINISTRATIVO MUNICIPAL - ARQUITETURA DE INTERIORES - RATIFICAÇÃO
DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA ATA Nº. 1 DO JÚRI.**
- 33 - PROPOSTA Nº. 891/25 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM
MUNICIPAL, EM OEIRAS - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 33**
- 34 - PROPOSTA Nº. 892/25 - UPGO - Pº. 2022/84-DEM - CONSTRUÇÃO DO POLO DE**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM
CARNAXIDE - 3^a. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA**

- 35 - PROPOSTA Nº. 893/25 - UPGO - Pº. 2024/18-DGEP - EXECUÇÃO DE PASSAGEM
SUPERIOR PEDONAL, EM ALGÉS-RAR - ADIANTAMENTO DO PREÇO DO
CONTRATO**
- 36 - PROPOSTA Nº. 894/25 - UPGO - Pº. 2021/104-DEM - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE
OEIRAS - REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO - REVISÃO DE
PREÇOS DEFINITIVA**
- 37 - PROPOSTA Nº. 895/25 - UPGO - Pº. 2025/815-UPGO - AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TODAS AS FONTES, LAGOS, ESPERLHOS DE ÁGUA
E GEISER MARÍTIMO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - RELATÓRIOS PRELIMINAR E
FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - MINUTA DO CONTRATO E DO
RESPETIVO GESTOR**
- 38 - PROPOSTA Nº. 896/25 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO
ARQUITETÓNICA E PAISAGÍSTICA DA ANTIGA BATARIA DEFENSIVA DA LAJE**
- 39 - PROPOSTA Nº. 897/25 - UDPH - FPB - REALIZAÇÃO DA II EDIÇÃO DO FESTIVAL
“COMÉDIA OPEN AIR” - ISENÇÃO DE TAXAS, UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PÁTIO
DO ENXUGO E APOIOS LOGÍSTICOS**
- 40 - PROPOSTA Nº. 898/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
AO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINDA-A-VELHA, PARA A REALIZAÇÃO DO
FESTIVAL VIZINH'ARTE - 2^a. EDIÇÃO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 899/25 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE BILHÉTICA DA
EXPOSIÇÃO WORLD PRESS CARTOON, NO PALÁCIO ANJOS EM ALGÉS**
- 42 - PROPOSTA Nº. 900/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À MADAME**

FILMES, UNIPESSOAL LDA., NO ÂMBITO DA PÓS-PRODUÇÃO E MONTAGEM DO DOCUMENTÁRIO MULHERES DE ABRIL

43 - PROPOSTA Nº. 901/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MÚSICA ANTIGA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, PELA PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO XVIII WEST COAST EARLY MUSIC FESTIVAL 2025 EM OEIRAS

44 - PROPOSTA Nº. 902/25 - GCAJ - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO POESIA DE OEIRAS - REGULAMENTO Nº. 1049/2023

45 - PROPOSTA Nº. 903/25 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER DO ITQB-NOVA, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO 15º ENCONTRO DE ESTUDANTES DE DOUTORAMENTO, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA OEIRAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA EOCT 2020-2025

46 - PROPOSTA Nº. 904/25 - DBPL - ABERTURA DA 4ª. E DA 5ª. EDIÇÃO DO CONCURSO DO PRÉMIO DE POESIA 2025 E DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS QUE INTEGRAM O JÚRI

47 - PROPOSTA Nº. 905/25 - PARECER POSITIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS PARA ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA, AO CLUBE DE KUNG FU HONG LONG

48 - PROPOSTA Nº. 906/25 - UJ - PLANO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE OEIRAS 2025-2030

49 - PROPOSTA Nº. 907/25 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À EIA - ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S.A., NO ÂMBITO DA 2ª. EDIÇÃO DO NASA SPACE APPS CHALLENGE LISBON

50 - PROPOSTA Nº. 908/25 - UJ - PROGRAMA TEMPO JOVEM 2025 - DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA 2025

- 51 - PROPOSTA Nº. 909/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, PARA APOIO À RESPOSTA ALIMENTAR DO PROJETO “FAMÍLIAS COM ALMA”**
- 52 - PROPOSTA Nº. 910/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO CABO, PARA APOIO ÀS INTERVENÇÕES DIVERSAS NO EQUIPAMENTO**
- 53 - PROPOSTA Nº. 911/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A CASA DE BETÂNIA”, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA**
- 54 - PROPOSTA Nº. 912/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES SOCIAIS, NO ÂMBITO DO PRR, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS ELÉTRICAS - MOBILIDADE VERDE SOCIAL**
- 55 - PROPOSTA Nº. 913/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA APOIO A PROJETOS DESENVOLVIDOS PARA OBRAS DE ADAPTAÇÃO**
- 56 - PROPOSTA Nº. 914/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL BATOTO YETU PORTUGAL, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO IMIGRANTE**
- 57 - PROPOSTA Nº. 915/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CORAÇÃO AMARELO, PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO “VIVER E MORRER A MESMA PREPARAÇÃO” PARA VOLUNTÁRIOS**
- 58 - PROPOSTA Nº. 916/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CERCIOEIRAS, PARA A CELEBRAÇÃO DO SEU 50º. ANIVERSÁRIO**
- 59 - PROPOSTA Nº. 917/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS PARA EMISSÃO DE LICENÇA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO**

DOS NAVEGADORES, NO ÂMBITO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DA PAZ

- 60 - PROPOSTA Nº. 918/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO
PRECOCE, NO ÂMBITO DO PROJETO “LINK”**
- 61 - PROPOSTA Nº. 919/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI, PARA A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES 2025**
- 62 - PROPOSTA Nº. 920/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
PARA APOIO À MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ENTIDADES DE ÂMBITO
SOCIAL E DE SAÚDE - ADITAMENTO À PD Nº. 707/2025**
- 63 - PROPOSTA Nº. 921/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
À FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA, NO ÂMBITO
DO PROGRAMA DE DIÁLISE PERITONEAL ASSISTIDA**
- 64 - PROPOSTA Nº. 922/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
À MINICOR CORAGEM - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PARA APOIO
DAS OBRAS DE MELHORIA DO SERVIÇO DE CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA**
- 65 - PROPOSTA Nº. 923/25 - DP - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº.
62/2024 COM A LXBIO PHARMACEUTICALS, S.A.**
- 66 - PROPOSTA Nº. 924/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “ENA
PORTUGAL - SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.”, DE CONTRATO DE
ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PARTE DO IMÓVEL SITO
NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE**
- 67 - PROPOSTA Nº. 925/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “POST77” DE
CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PARTE DO
IMÓVEL SITO NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE**
- 68 - PROPOSTA Nº. 926/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “BEYOND**

**VISION" DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE
PARTE DO IMÓVEL SITO NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE**

**69 - PROPOSTA Nº. 927/25 - DPCH - Pº. 54/DCH/2023 - PROGRAMA HABITACIONAL DE
LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 1ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DE CONTRATO -
TRABALHOS COMPLEMENTARES E A MENOS 1 E MINUTA DE ADICIONAL AO
CONTRATO**

**70 - PROPOSTA Nº. 928/25 - DPCH - Pº. 54/DCH/2023 - PROGRAMA HABITACIONAL DE
LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DE CONTRATO -
TRABALHOS COMPLEMENTARES 2 - ERROS E OMISSÕES E MINUTA DE
ADICIONAL AO CONTRATO**

**71 - PROPOSTA Nº. 929/25 - DPCH - Pº. 21/DCH/2024 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO
NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA - 30 FOGOS,
PORTO SALVO - 1ª. REVISÃO ORDINÁRIA / PROVISÓRIA DE PREÇOS**

**72 - PROPOSTA Nº. 930/25 - DPCH - Pº. 34/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA
HABITACIONAL QUINTA DAS ACÁCIAS, 42 FOGOS - CARNAXIDE - PAGAMENTO DE
REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 1**

**73 - PROPOSTA Nº. 931/25 - DPCH - Pº. 37/DPCH/2025 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE III - PORTO SALVO -
RELATÓRIO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E
MINUTA DO CONTRATO**

**74 - PROPOSTA Nº. 932/25 - DPCH - Pº. 67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RESUMO DA
EMPREITADA - TRABALHOS COMPLEMENTARES DO TIPO TRABALHOS A MENOS**

**75 - PROPOSTA Nº. 933/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE
OLIVEIRA, Nº. 12, R/C D, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS**

**76 - PROPOSTA N°. 934/25 - GEHM - REVOGAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA
RUA RODRIGUES SAMPAIO, 10, 2º. DTº., NO EMPREENDIMENTO PARQUE DA
JUNÇA, EM LINDA-A-VELHA**

**77 - PROPOSTA N°. 935/25 - GEHM - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA RODRIGUES
SAMPAIO, N°. 10, 2º. DTº., EMPREENDIMENTO PARQUE DA JUNÇA, EM LINDA-A-
VELHA**

**78 - PROPOSTA N°. 936/25 - GEHM - RELATÓRIO DO JÚRI DO CONCURSO DESTINADO À
ATRIBUIÇÃO DE 19 FOGOS - EM REGIME DE ARRENDAMENTO, NA MODALIDADE
DE RENDA REDUZIDA DOS EMPREENDIMENTOS QUINTA DOS ACIPRESTES,
PARQUE DA JUNÇA E ALTO DA MONTANHA**

**79 - PROPOSTA N°. 937/25 - GEHM - REVOGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA
RUA ANTÓNIO NAVARRO, N°. 6, 4º. C, NA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA
CLARA, EM CARNAXIDE**

**80 - PROPOSTA N°. 938/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA DIOGO LOPES SEQUEIRA, N°. 71, 2º. DTº., NO
BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO**

**81 - PROPOSTA N°. 939/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO SITA NA ALAMEDA DIOGO DE TEIVE, N°. 5, R/C DTº., NO BAIRRO
DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO**

**82 - PROPOSTA N°. 940/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO SITA NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, N°. 80, 2º. ESQº., NO BAIRRO
DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO**

**83 - PROPOSTA N°. 941/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA
LIBERDADE, N°. 2, 3º. DTº., NO BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA**

84 - PROPOSTA N°. 942/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA JOÃO DE

MENESES, Nº. 15, R/C DTº., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL

85 - PROPOSTA Nº. 943/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÃO GONÇALVES, Nº. 9, 1º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO

86 - PROPOSTA Nº. 944/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA VASCO DA GAMA FERNANDES, Nº. 2, C/V A, NO BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS

87 - PROPOSTA Nº. 945/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA COMISSÃO DE MORADORES, Nº. 7, R/C A, NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAGE

88 - PROPOSTA Nº. 946/25 - DOM - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 665/2020, DENOMINADO “AQUISIÇÃO DE PROJETO DO CENTRO DE CONGRESSOS DE OEIRAS” - 2º. RETIFICAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE REVOGAÇÃO

89 - PROPOSTA Nº. 947/25 - DCA - FIXAÇÃO DE VALOR DE BILHÉTICA, CONCERTO DE PEDRO JÓIA, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO

90 - PROPOSTA Nº. 948/25 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS

91 - PROPOSTA Nº. 949/25 - DCS - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA PARA APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS AO NÍVEL DA RESPOSTA ALIMENTAR

92 - PROPOSTA Nº. 950/25 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 2º. TRIMESTRE DE 2025

93 - PROPOSTA Nº. 951/25 - DTGE - FESTIVAL NO ART - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS

94 - PROPOSTA Nº. 952/25 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E



**AMADORA, NO ÂMBITO DAS FESTAS DE SÃO MARTINHO, EM OEIRAS E ALGÉS
2025**

**95 - PROPOSTA N.º 954/25 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO
CENTRO SOCIAL SENHOR JESUS DOS AFLITOS DA PARÓQUIA DA CRUZ
QUEBRADA E DAFUNDO, PARA APOIO A ATIVIDADES DIRIGIDAS À POPULAÇÃO
MAIS VULNERÁVEL E IDOSOS**

**96 - PROPOSTA N.º 953/25 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR N.º 15/2024 (QUE TEM COMO
APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR N.º 35/2024)**

97 - INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE

98 - DECLARAÇÕES DE VOTO - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO

99 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025-----

----- ATA NÚMERO VINTE E DOIS/DOIS MIL E VINTE E CINCO-----

----- Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a presidência inicial do Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e mais tarde do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, o **Senhor Vice-Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de oito de setembro de dois mil e vinte e cinco a catorze de setembro de dois mil e vinte e cinco, tendo o **Senhor Vice-Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e cinco, constatando-se um saldo orçamental positivo de trinta milhões cento e vinte mil setecentos e oitenta e cinco euros. -----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil

e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia nove de setembro, os quais são:-- -----

-----“Informações: -----
-----Resumo Diário da Tesouraria à data - Tomou conhecimento; -----
-----Reconciliação bancária de julho de dois mil e vinte e cinco - Tomou conhecimento. -
-----Propostas de deliberação:-----
-----Pedido de autorização de licença sem remuneração apresentado pelo trabalhador Arlindo Miguel Guimarães Lopes Alves, assistente operacional, afeto à DAS - Aprovado por unanimidade; -----
-----Procedimento, no âmbito da contratação excluída, destinado à requisição para análises clínicas e exames complementares de diagnóstico no âmbito da medicina do trabalho - Autorização de despesa - Aprovado por unanimidade;-----
-----Abertura de procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, referente à prestação de serviços para criação de conteúdos multimédia e equipa criativa para instalação de “VideoMapping” - BD Amadora dois mil e vinte e cinco, na modalidade de tarefa, com consulta à empresa “Visiononset - Creative Multimédia Studio”, pelo preço base de dezassete mil e setenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de dois dias, a ocorrer em dois mil e vinte e cinco - Aprovado por unanimidade; -----
-----Abertura de procedimento por concurso público, para a prestação de serviços, destinada ao contrato de manutenção dos sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndio e gás, nos diversos edifícios dos SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base de quarenta e um mil e duzentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de mil e noventa e cinco dias - Aprovado por unanimidade; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Abertura de procedimento por concurso público, para a prestação de serviços destinado à monitorização de faturas, custos e consumos de energia dos SIMAS, pelo preço base de vinte e um mil trezentos e quarenta e três euros, acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de três anos, a iniciar em janeiro de dois mil e vinte e seis e a terminar em dezembro de dois mil e vinte e oito - Aprovado por unanimidade; -----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto, em função dos critérios materiais, destinados à produção de espetáculos exclusivos, subordinados ao tema água e ambiente - “AQK - Associação Quorum Cultural”, pelo preço base de doze mil cento e noventa e cinco euros e doze céntimo, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses - Aprovado por unanimidade;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços laboratoriais para controlo da qualidade da água, pelo preço base de cinquenta e cinco mil cento e dezasseis euros e sessenta céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de três anos, com início em vinte e cinco de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, ou até que a verba se esgote - Aprovado por unanimidade; -----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais, para a aquisição de serviços destinada à normalização dos processos do cliente na Gestão Documental Eletrónica, com convite à entidade “Link Consulting-Tecnologias de Informação, Sociedade Anónima”, pelo preço base de onze mil quinhentos e cinquenta euros, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de quarenta e cinco dias - Aprovado por unanimidade;-----

----- Abertura de procedimento por concurso público, para a prestação de serviços destinada à aquisição de infraestrutura de segurança e soluções integradas de Cibersegurança, pelo preço base de noventa e três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de trinta e seis

meses - Aprovado por unanimidade; -----

-----Procedimento por concurso público destinado à “Prestação de serviços especializados para avaliação de maturidade e risco em Cibersegurança” - Adjudicação à empresa “Índice ICT & Management, Limitada”, pelo preço contratual de cinquenta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de seis meses, no período de um outubro de dois mil e vinte e cinco e trinta e um de março de dois mil e vinte e seis - Aprovado por unanimidade;

-----Procedimento por concurso público, destinado à prestação de serviços de decoração e aplicação de vinhos, em quinhentos e cinquenta bebedouros, existentes nos Concelhos de Oeiras e da Amadora - Adjudicação à empresa “Drawline Dois - Marketing & Publicidade, Limitada”, pelo preço contratual de nove mil trezentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e com um prazo de execução de vinte dias - Aprovado por unanimidade; -----

-----Procedimento por ajuste direto ao abrigo de critérios materiais, destinado à aquisição de serviços de auditoria IPAC, de acompanhamento e extensão para o ano de dois mil e vinte e cinco, para a Unidade Laboratorial - Adjudicação a “IPAC - Instituto Português de Acreditação, I.P.”, pelo preço contratual de sete mil e cinquenta e oito euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de dois dias - Aprovado por unanimidade; -----

-----Procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a prestação de serviços de assistência técnica/manutenção da aplicação, equipamento e cibersegurança da Telegestão para o período de dois mil e vinte e seis-dois mil e vinte e oito, na modalidade de tarefa - Adjudicação à empresa “Veolia Portugal, Sociedade Anónima”, pelo preço global de cento e vinte e dois mil e setecentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução três anos, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito - Aprovado por unanimidade; -----

-----Procedimento por concurso público, por lotes, destinado a “Merchandising” - Adjudicação - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por consulta prévia a cinco entidades, destinada à prestação de serviços de psicologia, para os trabalhadores dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Adjudicação à empresa “Clínica Navegantes Oeiras”, pelo valor de sessenta e quatro mil oitocentos e noventa e seis euros, isento de IVA, com um prazo de execução de três anos (trinta e seis meses, a iniciar em outubro de dois mil e vinte e cinco, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito - Aprovado por unanimidade;-----

----- Procedimento por concurso público, destinado à prestação de serviços para a “Elaboração de projetos de remodelação de redes de abastecimento de água em fibrocimento nas zonas de Cacilhas, Paço de Arcos e Caxias, no Concelho de Oeiras” - Adjudicação à empresa “Hidra - Hidráulica e Ambiente, Limitada”, pelo valor total de quarenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de cento e oitenta dias - Aprovado por unanimidade;-----

----- Procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinado ao aluguer de dois equipamentos de grande formato (Plotters) - Adjudicação à empresa “Konica Minolta, Unipessoal, Limitada”, pelo preço contratual de onze mil seiscentos e noventa e oito euros e vinte cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de trinta e seis meses, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete, dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e nove - Aprovado por unanimidade;-----

----- Procedimento por concurso público, destinado à aquisição patrimonial de uma viatura ligeira de passageiros quatro por quatro, para os SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora - Adjudicação à empresa “Renault Portugal, Sociedade Anónima”, com um prazo de execução/entrega da viatura, impreterivelmente até ao dia trinta de novembro de dois mil e vinte e cinco, pelo valor de vinte e três mil setecentos e cinquenta euros e cinquenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por concurso público destinada à empreitada de

“Remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de consumo, no Concelho de Oeiras, para os anos de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito” - Adjudicação à empresa “Olico - Materiais para Construção Civil, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada”, pelo preço contratual de duzentos e onze mil quinhentos e setenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, nos termos da alínea j), do número um, do artigo segundo do Código do IVA (inversão do sujeito passivo), com o prazo de execução de mil e noventa e cinco dias - Aprovado por unanimidade; -----

-----Reclamação de cliente número cinco milhões quinhentos e trinta e seis mil quatrocentos e cinco - Local de consumo um milhão duzentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta - Fatura número dois mil e vinte e quatro/dois milhões oitenta e quatro mil cento e noventa e seis, de nove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no valor de nove mil cento e dezassete euros e oitenta e um cêntimos e fatura número dois mil e vinte e cinco/sessenta e cinco mil duzentos e trinta e oito, dez de janeiro de dois mil e vinte e cinco, no valor de setecentos e vinte e sete euros e vinte e cinco cêntimos - Acerto de faturação a “preço de rotura” - Aprovado por unanimidade; -----

-----Cliente número cinco milhões trezentos e sessenta mil oitocentos e noventa e sete (Dynamic Skills, Unipessoal, Limitada) - (Fatura dois mil e vinte e quatro/trezentos e trinta e nove mil trezentos e sessenta e seis, de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no valor de trinta e um mil setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos, fatura dois mil e vinte e quatro/quinhentos e dois mil novecentos e oitenta e seis, de vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro, no valor de cento e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos, fatura dois mil e vinte e quatro/um milhão noventa e quatro mil setecentos e oitenta e seis, de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro, no valor de mil duzentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos e fatura dois mil e vinte e quatro/um milhão

quatrocentos e trinta e três mil e cem, de vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro, no valor de mil cento e setenta e seis euros e noventa céntimos) - Local de consumo setecentos e cinquenta e três mil setecentos e cinquenta (Estrada Marginal, número onze, Oeiras) - Reclamação de faturas a “preço de rotura” - Aprovado por unanimidade; -----

----- Procedimento por concurso público, destinado à prestação de serviços para a fiscalização externa da empreitada de “Prevenção, controlo e mitigação de cheias na bacia de drenagem da ribeira de Massamá, ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena, no Concelho de Oeiras” - Adjudicação à empresa “PMT - Coordenação e Gestão de Projectos, Limitada”, pelo valor total de cento e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito euros e setenta e nove céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de seiscentos e quinze dias e reprogramação financeira - Aprovado por unanimidade; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público, destinado à locação de oito viaturas novas, ligeiras de passageiros, cem por cento elétricas, na modalidade de aluguer operacional (AOV), por um período de trinta e seis meses e quilometragem até quarenta e cinco mil quilómetros, para os SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, pelo preço base de cento e cinquenta e seis mil e seiscentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Aprovado por unanimidade; -----

----- Revisão ordinária de preços no âmbito da empreitada de “remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de consumo, no Concelho da Amadora - Anos dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro” - Concurso público vinte e um mil e vinte um/dois mil e vinte e um - Aprovado por unanimidade; -----

----- Aprovação do Regulamento de Estágios dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Aprovado por unanimidade.”-----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil

e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número quatrocentos e setenta e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Pesar em memória das vítimas da tragédia do Elevador da Glória, apresentado pelos Grupos Políticos Municipais do PAN, PS, PSD, IL, EO, Chega e CDU, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar manifestando publicamente profundo pesar pelas vítimas da tragédia do Elevador da Glória endereçando as sentidas condolências às respetivas famílias, bem como guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas. Transmitir este voto à Carris e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em reconhecimento do impacto humano e institucional sofrido, bem como às Embaixadas em Portugal dos países das vítimas estrangeiras - Reino Unido, Coreia do Sul, Canadá, Suíça, Ucrânia, Estados Unidos e França - em sinal de solidariedade do Município de Oeiras com as suas comunidades. -----

-----Foi ainda deliberado publicitar o presente Voto de Pesar num jornal de âmbito nacional.-----

-----Número quatrocentos e setenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Pesar em memória das vítimas do descarrilamento do elevador da Calçada da Glória, apresentado pelo Grupo Político Municipal do INOV, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal



Câmara Municipal
de Oeiras

Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar prestando uma sentida homenagem em memória das vítimas mortais do descarrilamento do elevador da Calçada da Glória, e de rápido restabelecimento de todos os feridos. -----

----- Foi ainda deliberado remeter o presente voto à família do Senhor André Marques, às famílias dos funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa mortos no acidente, às embaixadas dos países com cidadãos falecidos no acidente, bem como publicitá-lo no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

----- Número quatrocentos e setenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de recomendação pela classificação da Serra de Carnaxide como área de paisagem protegida de âmbito local, apresentada pelo Grupo Político Municipal do EO, na qual foi rejeitado, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com uma abstenção do Partido Social Democrata e com doze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

----- Número quatrocentos e setenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de recomendação pela efetiva recuperação do Património Histórico de Oeiras ao cuidado da Câmara Municipal de Oeiras, apresentada pelo Grupo Político Municipal do EO, na qual foi rejeitado, com vinte e quatro votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, e com seis votos a favor, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

-----Número quatrocentos e setenta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre admissão da Moção de Repúdio aos maus ofícios da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Senhora Elizabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira - Mandato dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e cinco, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Chega, na qual deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e com um voto contra do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, admiti-lo a discussão. -----

-----Número quatrocentos e oitenta, remetendo cópia da deliberação sobre Moção de Repúdio aos maus ofícios da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, Senhora Elizabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira - Mandato dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e cinco, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Chega, na qual foi rejeitada, em sufrágio secreto, por maioria, com vinte e sete votos contra, cinco votos a favor, três abstenções e um voto branco. -----

-----Número quatrocentos e oitenta e um, dando conhecimento que na reunião de nove de

setembro apreciou a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras à Assembleia Municipal - junho, julho e agosto de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Número quatrocentos e oitenta e dois, dando conhecimento que na reunião de nove de setembro apreciou a apresentação dos Relatórios relativos à Atividade desenvolvida pelas Comissões da Assembleia Municipal de Oeiras no decurso do presente mandato. -----

----- Número quatrocentos e oitenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número setecentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e cinco - DFP - Contrato de Empréstimo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Instituto Público, para a construção de oito fogos de habitação a custos acessíveis no Palácio Restani-Queluz de Baixo, ao abrigo do aviso de publicitação investimento re-co dois-i zero cinco - componente zero dois-habitação - Vertente Empréstimos, na qual deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a autorização de contratação de empréstimo ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Instituto Público, de acordo e com as condições constantes na minuta do contrato de empréstimo “Programa de Recuperação e Resiliência”, para a construção de oito fogos no Palácio Restani, em Queluz de Baixo. -----

----- A autorização da assunção de compromissos plurianuais, referente ao serviço da dívida do empréstimo. -----

----- A alteração orçamental plurianual (anos futuros), no valor de global de um milhão cinquenta e seis mil e seiscentos euros. -----

----- Número quatrocentos e oitenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre

proposta C.M.O. número setecentos e setenta e seis, de dois mil e vinte e cinco - GIT - Adesão do Município de Oeiras à iniciativa “Mulheres pelo Clima”, na qual deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a adesão do Município de Oeiras à iniciativa “Mulheres pelo Clima”, dos países de língua portuguesa para o mundo, que pretende unir mulheres lusófonas para promover o progresso e bem-estar das comunidades e a sustentabilidade do Planeta, procurando um maior equilíbrio e aproximação entre os direitos humanos e a ação climática, e focando na implementação de modelos de desenvolvimento sustentável, iniciativa dinamizada pela Business as Nature - Associação para a Produção e Consumo Sustentável e a Economia Circular.

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

-----O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes municíipes: -----

-----“**O primeiro munícipe** disse: -----

-----“Estava a morar numa casa já há nove anos, na Travessa da Pátria, as que estavam junto da minha estavam a cair, a minha não, no entanto, colocaram lá um edital sem me avisar onde dizia que a casa estava a cair.-----

-----Entretanto, marquei uma audiência para tentar resolver a situação, até porque estou grávida e o que me disseram é que iria ter uma resposta e que a casa não seria demolida. -----

-----Mais tarde, disseram-me que tinha que sair mesmo estando grávida, nessa altura, tive uma ameaça de aborto e após a saída do hospital o entendimento dos serviços da Câmara foi a minha ida para o hostel, porque tinha que estar em repouso, onde estive um mês, mas depois tive

de sair. -----

----- Tenho dois cães, tive que os colocar no canil, neste momento, estão apreendidos. -----

----- Neste momento vivo numa carrinha, estou grávida, não consigo alugar casa talvez porque somos ciganos e pedem-nos fiador e recibos de vencimento, mesmo assim, já dei entrada para uma casa que era barata, porque não quero ter o meu filho na rua, mas não alugaram, devolveram-me o dinheiro, não sei se foi por ser cigana, a verdade, é que nunca pedi ajuda, nem rendimentos sociais. -----

----- Agora, preciso porque estou na rua, vivo numa carrinha, não tenho onde tomar banho, preciso de comer como deve de ser, mas não consigo porque não tenho condições para cozinar, nem tenho dinheiro, nem sei como é que vou às consultas médicas porque eu não tenho nada, tinha a minha casa, estava descansada, mas puseram-me na rua sem mais nem menos. -----

----- Pedi ajuda à Câmara para solucionar a situação, não disse que não saía, a Câmara é que tomou posse administrativa, eu já lá vivia há nove anos. -----

----- A casa estava toda partida, o meu marido é pedreiro, remodelou a casa toda, tenho provas em como estava e como ficou. -----

----- Estive dois meses sem vestir uma peça de roupa porque não tinha sítio onde colocar as minha coisas, ficaram na Polícia Municipal e ao fim de dois meses pedi uma carrinha fui buscá-las e coloquei-as no lixo porque não tinha sítio para as colocar. -----

----- Não falo com a minha família, o meu marido também não fala com a família dele, porque não queriam que estivéssemos juntos, portanto, não tenho nem de um lado nem do outro quem nos ajude. -----

----- Faltam quatro meses para o meu filho nascer, não tenho uma peça de roupa para ele, quando nascer vai ficar numa carrinha? -----

----- Queria que me ajudassem nem que fosse através de uma casa a pagar uma renda jovem, só não quero ter o meu filho na rua, porque a Segurança Social vai buscá-lo e já me

tiraram tanta coisa.-----

-----Quanto à habitação, disseram-me para tratar da minha situação o mais rápido possível, só não tratei mais cedo porque tive que estar de repouso e tenho aqui a documentação onde se pode comprovar.-----

-----Neste momento, já tenho toda a documentação entregue na habitação, fico à espera. -

-----Houve uma pessoa da segurança social da Amadora que vive no prédio em frente da minha casa que me chamou e que me disse que se eu quisesse era minha testemunha porque sabia que estávamos a viver na carrinha.-----

-----Houve uma altura em que a Polícia esteve lá e disse-me que não podia estar ali com o carro estacionado, mas também não tenho outro sítio para estar, embora não tenha segurança porque a carrinha não fecha e o calor lá dentro é imenso.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“A senhora estava numa casa que tinha ocupado ilegalmente, a casa não era sua, eu conheço o processo e a Câmara de Oeiras faz as coisas com muita seriedade. -----

-----A senhora foi notificada como todas as pessoas são neste Município nos termos da lei, ou seja, por edital.-----

-----Sabia que estava ilegalmente numa casa que não tinha condições de estabilidade suficiente de acordo com os técnicos, eu não sou técnico.-----

-----Quando a senhora saiu de casa, foi-lhe oferecido ficar no hostel transitoriamente até que a sua situação estivesse resolvida no Município de Oeiras, isto significa o seguinte: -----

-----Um - Inscrever-se na habitação, coisa que mais uma vez a senhora não quis fazer antes deste processo, porque tinha sido convidada para se inscrever no Departamento de Habitação tempestivamente, coisa que não fez e nestes nove anos anteriores teve muito tempo para se inscrever;-----

-----Dois - Foi convidada para ficar transitoriamente no hostel social para encontrar uma



Câmara Municipal
de Oeiras

casa, no caso de não poder suportar a renda na totalidade o Município de Oeiras, através do FES, suportaria parte, isto para que tivesse uma casa digna, nós fizemos tudo. -----

----- A senhora diz que vive numa carrinha, porque é que não está no hostel social?"-----

----- Argumentando a **munícipe**:-----

----- Porque me mandaram embora, só podia ficar lá um mês."-----

----- Volvendo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- "Não, podia ficar lá mais do que um mês, mas se não foi assim, tem que procurar os serviços de ação social do Município e tudo isso tem que ser explicado." -----

----- Repetindo a **munícipe**:-----

----- "Mandaram-me embora".-----

----- Dizendo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- "Não vale a pena dizer-me isso a mim, porque não há forma de queimar etapas, eu acompanhei o processo, o que importa agora é a parte da ação social da Câmara apoiar no que tem que apoiar. -----

----- Já fez a inscrição no Departamento de Habitação? -----

----- A **munícipe** respondeu:-----

----- "Já."-----

----- Atalhando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- "Agora tem que esperar até haver uma habitação disponível.-----

----- Até lá, tem apoio do município, através do Fundo de Emergência Social.-----

----- A sua questão tem que ser tratada pelos serviços de ação social, não há forma de queimar etapas. -----

----- A senhora diz que a casa foi sua. Quando foi notificada através de edital meteu uma providência cautelar que foi rejeitada liminarmente pelo tribunal, porque a senhora não tinha a titularidade do imóvel.-----

-----Eu conheço o processo, se a casa fosse sua o tribunal não rejeitava, reitero, eu conheço o processo e estou a tentar ajudá-la.-----

-----O que tem que ser feito é um arrendamento com o apoio social do Município até que tenha uma casa da Câmara, para tal tem que esperar na fila como os outros.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** mencionou:-----

-----“Também estou a par do processo.-----

-----Relativamente ao pedido de habitação que fez no dia dezanove de agosto deste ano e a cinco de setembro verificou-se que o processo não estava completo porque não entregou o comprovativo de morada, declaração da Segurança Social, não conseguiu indicar uma morada onde estava a viver.-----

-----A Câmara enviou um email no dia cinco de setembro para fazer a entrega destes documentos, de modo a que o processo fique completo, ou seja, há um pedido de habitação, mas não está completo e não há entrega de casas enquanto não estiver completo. -----

-----A senhora tem que ler os emails que a Câmara lhe envia.-----

-----O que falta no processo é o seguinte:-----

-----Comprovativo de morada relativa a dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, mas se não tem tudo... -----

----- Declaração do Instituto da Segurança Social com indicação do núcleo familiar e declaração do Instituto de Segurança Social relativo ao seu companheiro. -----

-----O que lhe peço é que se marque uma reunião com as técnicas para que o processo fique completo.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse:-----

-----“O adjunto da Senhora Vereadora Carla Rocha vai ficar com o seu contacto para marcar a reunião.-----

-----A doutora Ivone Afonso vai falar consigo sobre a situação.” -----

----- O **segundo município** mencionou: -----

----- “Venho falar em nome de uma senhora que tem tido muitos problemas de saúde, como tal, tenho comigo uma procuração para poder representá-la. -----

----- Venho expor uma situação sobre um quiosque, desde dois mil e dezanove que não consegue mexer em nada, supostamente o quiosque era para ser demolido e se este tem que ser demolido todos os outros também têm. -----

----- Tenho conhecimento que era para ser feita uma ciclovia até à praia da Torre, até então, a senhora não consegue trabalhar, não consegue subalugar, o espaço não é da Câmara, ela é a dona do espaço, gostaria de saber qual é o ponto de situação.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** clarificou: -----

----- “Eu já tinha falado com essa senhora (dona do quiosque). -----

----- Este quiosque foi objeto de uma licença de direito de superfície em mil novecentos e setenta e sete. -----

----- Foi instalado um quiosque dentro dos modelos de chapa antiga que funcionava como tabacaria, frutaria que não obrigava sequer a ter água nem esgoto, apenas eletricidade. -----

----- Entretanto, a senhora ficou doente, pretendeu entregar o espaço à Câmara esta, por sua vez, recebeu o espaço e agora está para remoção na via pública. -----

----- Há potenciais interessados no espaço e, na altura, o que foi dito, foi que poderia haver a análise de um novo quiosque naquela zona, não exatamente na mesma localização, mas que seria apreciado com um novo pedido. -----

----- O quiosque já não tem as condições estruturais para voltar a funcionar e o espaço integra o percurso da ciclovia, portanto, naquele espaço não, pode haver uma eventual nova atribuição ligeiramente afastado de um outro lado do passeio e é esta situação.” -----

----- O **município** referiu: -----

----- “Mas continua a pagar IMI.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente disse:-----

-----“Se eu disser que o palácio é meu, as finanças cobram-me IMI, o IMI não é prova de nada.”-----

-----Prosseguiu o **município**: -----

-----“Quiosque Universal, com o alvará oitenta e seis/setenta e sete, número três oito quatro/três, artigo matricial número dezasseis oitenta seis desde mil novecentos e setenta e oito. -

-----O projeto foi camarário, foi construído pelos pais da atual proprietária quando vieram de Angola.- -----

-----Antes do quiosque tinham um bar em roulotte, carro, com café, churros, o proprietário deixou para a sua mãe pagar em prestações, ficava do outro lado da estação de Oeiras.-----

-----Pouco tempo depois do quiosque ser feito, foram efetuadas obras também na via pública e a roulotte foi para o ferro velho. -----

-----As laterais do quiosque são manilhas de betão cortadas ao meio, teve que haver intervenção de uma grua com policiamento por causa do trânsito para as colocar, onde também estavam representantes da Câmara.” -----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto perguntou:-----

-----“Este quiosque é o que fica do lado da praia? -----

-----O **município** respondeu:-----

-----“Sim, é o que fica do lado da praia.” -----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto frisou:-----

-----“Peço desculpa, porque estava a referir-me ao quiosque do Alto da Barra.” -----

-----O **município** prosseguiu:-----

-----“Estes representantes disseram pessoalmente aos pais da proprietária do quiosque para se dirigir às finanças para pagar o IMI do quiosque, argumentando que as fundações e as

manilhas foram profundas e, por isso, ia ser considerado como se tratasse de um prédio.-----

----- O quiosque paga IMI desde a sua feitura e nunca deixou de pagar mesmo estando fechado.-----

----- Existe uma caderneta predial muito antiga que pode ser pedida online, não há qualquer problema, os meus advogados tratam disso sempre que seja requerido pela Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Após o falecimento do pai da munícipe o alvará foi averbado para a munícipe.-----

----- Nesta altura, foi todo remodelado de uma ponta à outra, foi substituída toda a chapa, o interior, as bancadas, arcas de frio, lava loiça, etc., tudo em inox para não haver contaminação.

----- A partir de dois mil, dois mil e quatro, quando a proprietária um dia chega às cinco e trinta da manhã encontra uma carrinha da Câmara ali estampada, ficou seis meses sem poder exercer a sua atividade profissional.-----

----- Passados seis meses pagaram os estragos, foi reaberto, mas não tinha nem metade dos clientes porque, entretanto, perdeu os clientes.-----

----- A munícipe começou a ter problemas de saúde, com dores nos ossos e nas articulações, como o clima do Algarve é mais favorável a senhora mudou-se para lá e arrendou o quiosque. - -----

----- Passado algum tempo houve uma vistoria, um levantamento ao quiosque e constataram que ela não estava lá.-----

----- Nessa altura, houve muita confusão e disseram que não o podia ter feito e que só ela é que podia explorar o quiosque.-----

----- A advogada, Fátima Narciso a pedido da proprietária com quem de direito da Câmara não conseguiram resolver a situação. -----

----- O senhor Martins, amigo da senhora e que vive no Alto da Barra, conhecia um Vereador, tentou falar com ele, mas nada foi feito.-----

-----Todas as faturas, recibos, pagamentos estava tudo em dia, ficaram em nome do inquilino. -----

-----Foi assinado um documento de passagem de titularidade para o arrendatário com a condicionante de que o quiosque era da munícipe e caso ela melhorasse em termos de saúde podia sempre reverter para ela. -----

-----Infelizmente os problemas agravaram-se, fez cerca de doze cirurgias, conclusão foi reformada por invalidez em dois mil e dez com sessenta e nove por cento de incapacidade. -----

-----Neste momento, tem noventa por cento de incapacidade. -----

-----Em outubro soube da demolição, ou seja, em dois mil e dezoito recebe uma carta com a informação que era do conhecimento da proprietária que o quiosque iria para demolição por razões do interesse publico, que se prendiam com a realização de obras, requalificação da zona onde o quiosque estava inserido com o prolongamento até à praia da Torre, que iria existir uma licença do quiosque universal e que seria renovada até dois mil e dezanove. -----

-----Foi recebida uma carta em novembro de dois mil e dezoito, não estava ninguém a explorar o quiosque, na altura, o inquilino tinha saído, como a senhora não queria enganar ninguém, não achava justo, depois de todo o investimento que fez de milhares de euros, teve que fechar um ano depois. -----

-----O quiosque nunca mais funcionou até à data de hoje, está encerrado praticamente há sete anos. -----

-----Foi várias vezes do Algarve até à Câmara para tentar resolver a questão, a assessora do Presidente, doutora Lurdes Vaz, Maria Gama, Teresa Campilho e a senhora Marta todas estas pessoas disseram que o quiosque tinha que ser demolido. -----

-----Chegou a ir com o sogro à Câmara, trouxeram a senhora pelo braço porque tinha que falar lá fora, em privado, coação, dizendo que o arquiteto queria falar com ela. -----

-----Em dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e um, enviou uma carta dirigida ao

Senhor Presidente a apelar ao bom senso e à generosidade, à qual não obteve qualquer tipo de resposta. -----

----- Entretanto, o quiosque foi pintado duas vezes, provavelmente pelo motivo de ter sido gratificado, não se sabe se alguém queria ficar com o quiosque, porque há muitas pessoas que querem ficar com ele. -----

----- A município todos os anos fazia uma manutenção rigorosa, aplicava antiferrugem limpezas, etc., hoje está todo deteriorado. -----

----- Sabendo que, a município tem uma reforma que passa pouco dos quatrocentos euros, foram capazes de manter o quiosque no mesmo sítio sem fazer qualquer exploração do mesmo quando o dinheiro lhe faz muita falta. Uma pessoa desta idade, com noventa e três por cento de incapacidade, com quatrocentos euros, é complicado. -----

----- Há uma grande contradição, no que diz respeito ao pagamento da renda de ocupação da via pública e, relativamente ao IMI, nunca deviam ser pagos em simultâneo, tendo em conta a lei. -----

----- A proprietária gostaria de abrir o quiosque porque este representa um grande esforço de trabalho de pessoas boas e lutadoras que foram os pais desta senhora e de quem ela tanto se orgulha. -----

----- O quiosque tem para ela um valor sentimental incalculável, quando vem a Oeiras não consegue sequer olhar para o quiosque, prefere dar uma volta maior para não passar por lá. -----

----- Há muitos quiosques que foram vendidos e outros arrendados, o que está em frente ao dela é um dos casos, continua lá tranquilo sem condições nenhuma de higiene e segurança. --

----- O Senhor Martins diz que estorva muito mais do que a senhora que estava à frente. --

----- Há uma subexploração de uma pessoa que está lá agora, já não há problema, que é a Raquel, que estava na APAPOL já não há problema. -----

----- Houve uma situação que há pouco me esqueci de referir, em janeiro de dois mil e

dezanove pagou a taxa e a renda de ocupação da via pública e em dezembro de dois mil e dezoito fez um pedido para deixar de pagar, porque estando parado, não faz sentido uma pessoa com poucos recursos económicos estar a pagar esse valor.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** frisou:-----

-----“Só não percebo onde é que chegamos hoje com isso, não tenho aqui o processo, por isso, não o consigo ver. -----

-----A única coisa que posso fazer é receber a senhora ou um representante legal, mas para isso, vai deixar o seu contacto com o doutor Ednilson, o qual vai falar com a doutora Sandra Miranda para ver o processo e para depois se marcar uma reunião com o senhor, de outra forma não sei o que se passou até agora.” -----

-----O **município** retomou a palavra: -----

-----“Relativamente ao quiosque vou falar com o doutor Ednilson.-----

-----No que diz respeito ao desporto, o hóquei de Oeiras é uma instituição, há um pavilhão para dar um toquezinho, porque o de Paço de Arcos também tem condições. -----

-----O Futebol de Onze está abandonado, mas os Leões de Porto Salvo estão em grande na primeira divisão, tal e qual como a Quinta dos Lombos. -----

-----O meu vizinho de baixo é um senhor que trabalha na Câmara, na tesouraria, tanto ele como a mulher têm condições económicas para estarem numa casa não camarária, tentou agredir a minha mãe com lixívia, já saiu de um prédio para o outro, faz coação às crianças, é um mal educado e qualquer dia alguém lhe acerta o passo, peço desculpa pela questão. -----

-----Têm que resolver essa questão, ele tem um T Três e vive num quarto, para além disso faz violência doméstica à mulher, toda a gente sabe, agrediu o meu vizinho do rés do chão direito e agrediu o neto da vizinha que vive no segundo andar.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** questionou: -----

-----“Tudo isso já foi relatado às autoridades?” -----



**Câmara Municipal
de Oeiras**

----- **O município** respondeu: -----

----- “Ainda não, mas vai ser, mas é só para terem conhecimento da situação. -----

----- Falei com o Senhor Vereador Nuno Neto sobre o assunto e ele disse-me para fazer uma exposição, mas estou a dar a cara, porque esse senhor o que fez à minha mãe, se fosse noutra altura seria mais complicado, agora estou mais calmo.” -----

----- **O terceiro município** mencionou: -----

----- “Já não é a primeira vez que a situação que vou descrever foi mencionada em reunião de Câmara. -----

----- Há um edifício que fica no fundo da Rua do Colégio Militar juntamente com a Rua Marechal Teixeira Rebelo que, inicialmente foi licenciado para comércio e escritórios e que, neste momento, se encontra totalmente devoluto, destruído e degradado, encontra-se ocupado ilegalmente umas vezes sim outras não, até posso passar umas fotografias para poderem ver o que se passa quando se vem de Sassoieiros pela Estrada da Lage e que é uma ode ao vandalismo.”

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse: -----

----- “Costumo mandar fechar, eles reparam as portas, repõem os vidros e depois volta a acontecer o mesmo.” -----

----- Dizendo o **município**: -----

----- “Reparar vidros nunca vi, o que vejo é um cadeado.” -----

----- Volvendo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Também reparam as portas da garagem.” -----

----- Argumentando o **município**: -----

----- “Eventualmente, mas há sempre uma entrada partida. -----

----- Há uma entrada que é subterrânea que fica na parte posterior, essa nunca foi reparada, porque é uma porta blindada, essa é a da garagem e que é frontal lateral. -----

----- Na parte posterior do edifício há umas escadas que dão acesso posterior à garagem,

essa parte tem uma porta blindada que está destruída desde sempre, aliás, esse foi o primeiro ponto de entrada que foi em outubro de dois mil e vinte e três onde eu faço uma primeira denúncia à Polícia Municipal que toma conta da ocorrência, notifica o proprietário uma primeira vez, mas sem resposta, uma segunda, uma terceira e uma quarta sempre sem resposta, o proprietário foi notificado umas quatro vezes. -----

-----Há uma última resposta por parte da Polícia Municipal em junho deste ano onde diz que o proprietário foi notificado em morada certa e que teria quinze dias para repor as condições de salubridade, higiene e segurança do imóvel. -----

-----Aquilo que a nós nos incomoda muito, enquanto moradores é que a Polícia de Segurança Pública é chamada dia sim dia não, muitas vezes aparece, não posso dizer o contrário, mas a Polícia Municipal é chamada com muita recorrência a esta urbanização. -----

-----Uma urbanização que em termos arquitetónicos, provavelmente, é das poucas em Oeiras que tem uma única rua que permite entrada e saída, o que faz com que os moradores e algumas pessoas que frequentam aquele jardim, tenho que dizer que é um trabalho exímio por parte da Câmara no sentido da limpeza, no sentido urbanístico é exemplar, quanto a esse aspeto não tenho nada a dizer, mas que permite que os moradores e outras pessoas que frequentem o espaço possam usufruir do mesmo até de forma tranquila porque não há ali muitos carros a circular. -----

-----As crianças brincam na rua, as pessoas mais e menos idosas convivem salutamente, mas efetivamente, desde dois mil e vinte e três até agora, até antes, mas agora há marginalidade, toxicodependência porque aquele edifício é um chamariz, é o local onde este tipo de pessoas se introduzem e praticam tudo o que seja atos de qualquer espécie e ordem lá dentro.-----

-----Obviamente, que os moradores sentem isto como uma ameaça à sua segurança, à sua tranquilidade e como uma agressão à sua qualidade de vida. -----

-----Devo dar nota, que ontem deu entrada na Câmara um abaixo-assinado dos

moradores, tenho comigo o número do registo, posso dar conhecimento do mesmo ao Executivo.

----- Em termos de procedimentos administrativos, a denúncia, os passos a dar sem queimar etapas, como o Senhor Vice-Presidente disse anteriormente penso que já todos tenham sido tomados. -----

----- Enquanto morador venho questionar o Executivo na pessoa do Senhor Vice-Presidente e daquilo que é o meu conhecimento em termos de regime jurídico de urbanismo e de edificação, inclusivamente de Código do Procedimento Administrativo, as coisas estão ultrapassadas e há aqui ferramentas que eventualmente o Município possa tomar e é isto que nós vimos aqui questionar.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** referiu: -----

----- “Como já deve de ter percebido nós conhecemos o processo, recorrentemente temos notificado o proprietário, aliás, a porta da garagem até já foi reparada, eu vou lá dentro e já verifiquei que as carpetes já não existem, a zona dos elevadores também está muito mal, o passo seguinte será tomar posse administrativa e emparedar, porque não há muito mais a fazer. -----

----- Aquilo está num fundo há muitos anos e os fundos não têm cara, já o contactamos várias vezes, já o chamámos, mas o passo seguinte será esse.” -----

----- **O munícipe** retomou a palavra: -----

----- “Aquilo que nós não sabemos é se tem proprietários.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse: -----

----- “Tem um fundo.” -----

----- **O munícipe** mencionou: -----

----- “No início deste ano este imóvel esteve à venda numa imobiliária, contactei a agência na expectativa de contactar o proprietário, dei uma nota e enviei um email ao mediador, no dia a seguir o imóvel saiu de estar à venda. -----

----- Sei que há alguns expedientes que, por vezes, os proprietários e os fundos utilizam

para os municípios não considerarem o imóvel como devoluto, este poderá ser um dos casos. ----

-----Se o fundo alegar que o imóvel está para venda ou tem alguma dificuldade em considerá-lo como devoluto, neste caso, com o aumento do IMI em seis vezes, às vezes também é a partilha de herdeiros, por vezes é o imóvel estar para venda, mas desconheço se é, é somente uma mera suposição. -----

-----Até posso deixar aqui uma sugestão, se a Câmara, eventualmente tomar posse administrativa e tiver esta intenção...” -----

-----Argumentando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Empareda e devolve, não vamos ficar com o edifício.” -----

-----Dizendo o **município**: -----

-----“O regime jurídico permite. -----

-----Pelo menos garantir as condições de segurança, essa é que é a nossa grande pretensão, como já disse, garantir as condições de segurança, impedir que estas pessoas circulem em direção àquele imóvel.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** clarificou: -----

-----“A questão é a segurança, o Município à partida não vai ficar com o edifício, vamos passar para esse passo seguinte.” -----

-----O **município** mencionou: -----

-----“Fica essa nota, emparedar e garantir as condições de segurança.” -----

-----O **quarto município** mencionou o seguinte: -----

-----“Sou morador há vinte e seis anos em Linda-a-Velha e venho aqui denunciar aquilo que é a degradação dos serviços municipais pela qualidade, quer na recolha, quer na manutenção de espaços verdes e outras manutenções.”-----

-----Em Linda-a-Velha junto ao Pingo Doce tenho vindo a constatar uma degradação na qualidade dos serviços, nomeadamente naquilo que é a recolha dos lixos nas ilhas ecológicas.

Para além dos lixos ficarem acumulados durante dias e semanas nas próprias ilhas, quando é feita a recolha a qualidade dos serviços continua a desejar muito. Eu sou utilizador da plataforma “O Meu Bairro”, telefono também quase diariamente para fazerem recolhas. -----

----- Vão fazer a recolha não limpam o lixo que está no chão para dentro dos caixotes, independentemente se é lixo indiferenciado ou lixo de papel, seja aquilo que for. Quando vão fazer a recolha de papel fazem a recolha dos contentores, o que está no chão umas vezes fica, outras vezes é recolhido. Já entreguei uma fotorreportagem, posso deixar aqui também nos serviços. -----

----- Estive reunido com os serviços no local e não é só aquela ilha, estou a falar daquela ilha porque é aquela que está junto à minha porta, aquilo é uma lixeira a céu aberto. Inclusivamente com este verão, maus cheiros e até problemas de salubridade havia pela quantidade de lixo. -----

----- Na Praceta António Cruz os canteiros estão degradados há imenso tempo. Um conjunto de pedras que os miúdos vão para ali, constantemente, atirar pedras uns aos outros na brincadeira. Em frente à farmácia Marta está um candeeiro há mais de um ano e meio sem luz, numa zona de passagem e num cruzamento onde é difícil circular à noite e pode haver acidentes, não sei se já houve ou não, pelo menos com gravidade não, porque tinha tido conhecimento. -----

----- E principalmente era isto, a qualidade dos serviços que se veio a degradar desde dois mil e vinte e três. Eu consigo constatar, até conheço os funcionários. Diariamente o mau serviço é uma coisa anormal, mesmo, eu acho que há um problema sério de chefia e de liderança, neste momento. Era isso o que eu queria denunciar.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse: -----

----- “A Senhora Vereadora pediu-me aqui para lhe dizer que vai ter consigo, o contacto julgo que estará aí. Mas eu não posso deixar de lhe dizer duas ou três coisas. -----

----- Eu sou testemunha do trabalho e do empenho da Senhora Vereadora nessa matéria,

na gestão do espaço público do concelho. E sou testemunha do trabalho dos serviços, particularmente da senhora diretora do Ambiente e Qualidade de Vida que está aqui. E vou-lhe dizer outra coisa, sem qualquer filtro, a senhora diretora é um verdadeiro purgante a falar com o Vice-Presidente. Porque me purga várias vezes ao dia a pedir para eu mandar a Polícia Municipal, para encontrar a morada das pessoas que deixam as coisas cá fora. E vou-lhe dizer, é uma aberração o que está a acontecer neste concelho. -----

-----Permita-me discordar consigo. Há de haver focos de problemas e não estou a dizer que não haja aí um foco, temos que ver para resolver. Mas na maior parte dos casos o que eu sei é que ainda na semana passada, eu estive três dias com a senhora diretora do Ambiente e Qualidade de Vida a dar-me cabo do juízo para eu mandar a Polícia Municipal todos os dias a uma zona da Cruz Quebrada, porque todos os dias foi limpo junto ao ecoponto, todos os dias, três dias seguidos e três dias seguidos o ecoponto estava limpo por dentro e as pessoas deixavam cá fora.-----

-----Nós temos, e isto temos de dizer, alguma população que tem problemas de respeito pelo próximo, só posso dizer desta forma. Porque deixar o lixo cá fora, sujando o espaço público, não é apenas desrespeitar o trabalho dos funcionários do município, mas é também desrespeitar o outro.-----

-----E eu digo-lhe isto, porque tenho sido fustigado com as queixas do Ambiente para mandar lá a Polícia Municipal, para a Polícia Municipal tentar encontrar a origem do problema, através dos endereços de alguma caixa que esteja. Porque há muita gente que não respeita o próximo.-----

-----Todavia a Senhora Vereadora já me pediu, vai fazer uma visita ao local e combinará consigo.” -----

-----O **município** asseverou: -----

-----“Eu sou consciente disso. Há um grande problema de dever cívico. Faltou-me dizer

isto, mas eu acho que o Município deveria de fazer alguma comunicação. -----

----- É pena o Senhor Presidente não estar, porque eu queria dar os agradecimentos desde mil novecentos e oitenta e cinco àquilo que ele tem feito pelo município, não venho só criticar.”-

----- Aludindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Nós transmitimos.” -----

----- O **município** prosseguiu: -----

----- “Eu sugiro é o Senhor Presidente, por exemplo, no seu “Instagram” não vá só ver as coisas boas, vá também aos sítios onde os próprios municíipes tenham um comportamento indevido.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** constatou: -----

----- “O Senhor Presidente também o já fez. Se calhar não fez, tantas vezes quantas as necessárias.” -----

----- O **município** referiu: -----

----- “Eu acho que é fundamental. E é um facto que mais de sessenta por cento dos problemas é causado pelos municíipes e pela falta de dever cívico.-----

----- Mas a qualidade. Por exemplo, eu tenho fotografias que mostram isso, vir a fazer a recolha de lixo indiferenciado, colocarem dois contentores do lixo indiferenciado em frente ao contentor de plástico e em frente do contentor dos vidros, leva as pessoas a não terem acesso ao vidrão e ao plástico e deixam tudo no chão. Aliás aquilo veio a degradar desde dois mil e vinte e três, desde que puseram os ‘pirilampozinhos’ para não se estacionar junto à ilha ecológica, em cima do passeio. Começou a haver espaço para pôr tudo e mais alguma coisa. -----

----- Principalmente é a qualidade de quem presta o serviço, eu acho que tem de haver uma conversa séria com aqueles senhores porque, realmente, é lastimável aquilo que fazem.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** informou: -----

----- “Garantindo-lhe, se houver um foco certamente será resolvido.” -----

-----A quinta munícipe disse o seguinte:-----

-----“Eu não venho no papel da coitadinha, não, nada disso. Eu venho expor uma situação que me incomoda. Nasci em Oeiras, vivo em Oeiras desde sempre, tenho quatro filhas, mestres, todas a trabalhar na área, todas em gestão, estudaram todas na NOVA. Portanto, eu e o meu marido fizemos um esforço colossal para que isto acontecesse. -----

-----Contudo uma delas teve que sair para o estrangeiro, porque Portugal não dava aquilo que ela queria, como é óbvio e todos sabem, não é? Acontece que tenha uma quarta filha, a mais nova que acabou de sair de uma licenciatura, está a trabalhar na área também. Mas que pretende sair do país. -----

-----E pretende sair do país porquê? Porque as nossas políticas não são favorecedoras aos nacionais. Nenhuma das minhas filhas teve ajuda alguma do Estado para rendas reduzidas, não pagar isto, não pagar aquilo. Nunca tive nada disso. Nunca beneficiei de abono de família, a não ser quando a minha quarta filha nasceu durante o primeiro ano. Eu acho que isto é de uma injustiça social para a classe média portuguesa. -----

-----Pena que o Senhor Presidente Isaltino Morais não está aqui. Conheço-o há muitos anos, reconheço aquilo que ele fez pelo concelho.-----

-----E eu vinha aqui perguntar, como é que é feita e quais são os critérios da Habitação Jovem no Concelho.-----

-----O meu marido foi vinte de cinco anos professor contratado. É professor no concelho de Oeiras, eu sou no concelho da Amadora, como todos sabem nós recebemos imenso. Vivemos de uma forma justa, digna, contribuições, IRS, não temos um centímo que não seja com contribuição, não fugimos ao fisco, rigorosamente nada.-----

-----E por isso é que eu gostava muito de vos perguntar que respostas, o que é que têm para me dizer? Não quero dizer mal da política, não quero dizer mal dos dirigentes...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente indagou:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Não percebi a sua questão, dizer sobre? Em concreto, qual é que é a questão?”-----

----- Respondendo a **munícipe**:-----

----- “A minha questão é, como são feitas as atribuições aos jovens no concelho de Oeiras de Habitação Jovem.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

----- “Tem um regulamento que é de conhecimento público.”-----

----- A **munícipe** aferiu: -----

----- “A minha filha já concorreu e não foi...” -----

----- Intervindo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Ia a concurso.-----

----- Então eu vou dizer, o Vice-Presidente da Câmara, que sou eu, conheço uma pessoa a quem foi atribuída casa de Habitação Jovem. Em todas as casas que foram atribuídas até hoje. Conheço uma que foi sorteada. É um sorteio puro e duro.-----

----- A **munícipe** comentou: -----

----- “Que estranho, um sorteio tipo o quê, Totoloto?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** argumentou: -----

----- “Não tem nada de estranho, felizmente. É público o sorteio. Quem concorre pode ir assistir ao sorteio.” -----

----- A **munícipe** disse: -----

----- “Desconhecia.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** indagou: -----

----- “Pensava que era o quê? Um despacho do Senhor Presidente ou do Vice-Presidente? É ver o regulamento.” -----

----- A **munícipe** disse: -----

----- “Não. Desconhecia. Foi a minha filha que viu, foi ela que concorreu. E agora

recentemente vi no “Facebook” do Senhor Presidente a atribuição de casas nos Aciprestes, e ...”

-----Intervindo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Isso é outra coisa. Há várias modalidades habitação, tem renda apoiada para pessoas com o rendimento muito baixo, renda acessível para pessoas que necessitam de habitação pública pelo seu rendimento ser baixo que não conseguem aceder ao mercado aos preços atuais. Portanto, tem renda acessível e tem habitação jovem em programas que só o Município de Oeiras é que tem, creio eu no país, especificamente dirigida há população jovem dentro de determinado escalão de rendimento. Isto é, tem que ganhar mais do que tanto para não estar no escalão de renda acessível, muito menos de renda apoiada. E não pode ganhar mais do que tanto, sob pena de nós termos o Cristiano Ronaldo a concorrer à habitação jovem, não devendo poder concorrer.

-----Estando dentro desse escalão, é sorteado uma habitação. Isto é, nós fazemos um edifício, tem vinte casas. Dez T Zeros, cinco T Um, cinco T Dois. É sorteado pelas pessoas que concorrem para aquele tipo de habitação e o sorteio é público. Sai ou não.” -----

-----A **munícipe** clarificou: -----

-----“Então existem outras respostas, que não apenas a habitação jovem.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** asseverou:-----

-----“Evidente, a renda acessível. Mas tem de se inscrever na habitação do município.” -----

-----A **munícipe** indagou: -----

-----“Diga-me uma coisa, quais são os critérios?” -----

-----Respondendo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Mais uma vez, escalão de rendimento. Se cair dentro de determinado escalão de rendimento, naturalmente que uma pessoa que ganhe seis mil euros por mês, não tem direito a uma renda...” -----

-----Intervindo a **munícipe**: -----

-----“Como deve calcular não é o caso.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** argumentou: -----

----- “Por isso mesmo que eu estou a falar de modo hiperbólico, para mostrar que não têm acesso a essa renda. Quem ganha menos terá acesso.-----

----- O que é que nós estamos a viver? Uma crise de habitação grave que por um lado necessitamos de muito mais casas de renda acessível para a classe média empobrecida, provavelmente é isso o que a senhora está a sentir, o empobrecimento da classe média portuguesa.-----

----- Apesar de muita gente não concordar connosco, a Câmara de Oeiras assim o entende e há muitos anos continua a promover esse tipo de habitação e havendo muita procura para a renda apoiada, para pessoas como aquela senhora que falou em primeiro lugar, que à partida é um caso de renda apoiada. Portanto, com tanta necessidade de renda apoiada vai sobrando muito pouco para renda acessível, mas nós temos procurado atribuir também alguma renda acessível.---

----- Portanto, o que a sua filha tem que fazer é inscrever-se nos serviços de habitação municipal e esperar a sua vez. Se estiver dentro do escalão de rendimento que legalmente lhe permite aceder a esse tipo de habitação.”-----

----- **A munícipe** comentou: -----

----- “Que nunca poderá ser convertida numa propriedade.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

----- “De momento, não. A habitação pública portuguesa neste momento, construída ao abrigo do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, não permite propriedade. Só arrendamento.”-----

----- **A munícipe** disse: -----

----- “Muito obrigada, acho que estou esclarecida quanto a este caso.-----

----- Já agora se me permitir vou só fazer aqui mais um apelo. Validando um bocadinho aquilo que o meu vizinho sem saber veio dizer, eu acho que de facto, a Câmara de Oeiras é

exímia em muita coisa e acho que é uma Câmara inclusiva e louvo a Deus por isso. -----

-----Contudo, acho que deve de haver um maior investimento a nível da formação dos profissionais que desenvolvem algumas atividades, a nível do município. Nós temos pessoas que vão arranjar o Jardim dos Plátanos, vão fazer as limpezas, e depois não se dignam sequer a ir à casa-de-banho do centro de saúde, vão urinar e defecar no meio da vegetação. Nós depois vamos passear os cães e ficamos todos sujos. Acho que isto é de uma gravidade brutal. Não vou estar aqui a repisar aquilo que o senhor anteriormente disse, mas acho que isto é uma coisa mesmo muito preocupante.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** mencionou: -----

-----“Para terminar, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Num universo tão grande quanto aquele dos trabalhadores do município, sendo trabalhador do município ou sendo funcionário de uma empresa que pode estar a prestar serviços para o município, dizer uma ou duas coisas. -----

-----Haverá sempre focos de problemas, sempre. Não é possível ter um corpo de funcionários perfeito. Mas há uma questão que eu quero deixar clara para todos percebermos. Todos nós ou pelo menos uma ampla maioria de nós, aprecia muito a qualidade de vida que temos no Município de Oeiras. Essa qualidade de vida decorre da liderança política, mas decorre sobretudo da dedicação e do esforço dos funcionários do Município de Oeiras. -----

-----Pode haver um ou outro problema, um ou outro foco de problema. Mas é este corpo de funcionários que nos têm garantido a qualidade de vida que nós usufruímos hoje, são eles que põem em prática no terreno, as políticas públicas e as decisões políticas do município. Nós estamos todos, da minha parte e creio que também da parte dos Senhores Vereadores, muito gratos ao trabalho desenvolvido pelos funcionários do Município de Oeiras. -----

-----Muitas vezes com pouco reconhecimento, porque os funcionários públicos não têm, por parte da comunidade o reconhecimento que muitas vezes deviam ter e a senhora como professora sabe isso tão bem quanto nós. Trabalham por muito pouco, esforçam-se muito, com

muita abnegação. Portanto, tem sido deles o trabalho, a parte “de leão”, do desenvolvimento de Oeiras.” -----

----- **A município** referiu: -----

----- “Eu acredito que sim, mas isto acho que é mesmo um ponto muito importante a rever. Há muita gente ali a passear os cães, as crianças, os bebés no final do dia e deparamo-nos com isto com muita frequência.” -----

----- **Concluindo o Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Continuaremos a formá-los e é estar atenta ao regulamento e aos concursos, porque são públicos.” -----

----- **A sexta município** disse o seguinte: -----

----- “Eu vim cá mais uma vez explicar a nossa situação, da última vez quem falou foi o meu esposo. Explicar que tenho um filho com setenta por cento de incapacidade, ele tem uma doença renal crónica e faz diálise peritoneal em casa. Moramos com o meu sogro, pessoas a mais dentro de casa. Dormimos nós os três dentro de um quarto em que mal cabe a máquina de tratamento do meu filho.” -----

----- Eu peço por favor, que se sensibilizem com a minha situação, porque nós estamos muito cansados, muito, muito cansados. E nós apenas queremos conforto para o nosso filho, porque ele nem sequer tem uma cama em que ele possa dormir sozinho.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** questionou: -----

----- “Senhora Vereadora Carla Rocha, qual é o ponto de situação?” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Rocha** referiu: -----

----- “Senhor Vice-Presidente conheço bem, conheço mesmo muito bem, tenho o processo. Está devidamente concluído, mas tem que aguardar. Está numa boa posição, mas tem que aguardar, Senhor Vice-Presidente. Aliás, tenho sido sempre muito honesta, entregou há muito pouco tempo o atestado de incapacidade do seu filho, há mesmo muito pouco tempo. E

falta-me saber com esse atestado de incapacidade em que lugar é que ficou. Sei que vivem no nosso bairro, em casa de familiares, sei que vivem num quarto e também sabemos que é uma situação que temos que resolver.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** indagou:-----

-----“Quando é que foi entregue o documento, sabe?” -----

-----Respondendo a **Senhora Vereadora Carla Rocha**:-----

-----“Não lhe sei dizer quando é que foi entregue. Sei que foi há um ou dois meses, certo?” -----

-----A **municípe** aferiu:-----

-----“Sim, exatamente.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** comentou: -----

-----“Foi há muito pouco tempo.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** indagou:-----

-----“E ainda não está atualizado?” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** argumentou:-----

-----“Ainda não.” -----

-----Não, porque as pessoas entregam muitos documentos e neste momento estamos a atualizar os documentos entregues até junho. No caso da senhora uma vez que é uma questão de saúde e de um menor, nós pusemos à frente. Por isso é que eu sei que foi entregue o documento. Mas ainda não tenho a pontuação que vai estar assim que houver casas para atribuir.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse à **Municípe**:-----

-----“Eu não tenho outra coisa para lhe dizer a não ser isto, não está esquecido.” -----

-----A **sétima municípe** disse:-----

-----“O que me traz aqui são dois tópicos.” -----

-----Um é a infestação de pragas de baratas e ratos em toda a Carnaxide e não apenas em

algumas ruas, inclusive no Hospital de Santa Cruz, apesar de dizerem que estão a fazer a desinfestação nas ruas onde há queixas. No prédio onde vivo, tem erros de construção, nomeadamente...” -----

----- O Senhor Vice-Presidente questionou:-----

----- “Onde?” -----

----- A **muníci**pe respondeu:-----

----- “Em Outurela, naqueles prédios construídos há vinte e cinco anos, em que o escoamento das águas pluviais é feito diretamente para os esgotos da rua, não têm algerozes e por esses tubos sobem ratos e baratas, situação que já dura há uns anos e ninguém faz nada, nem resolve nada.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente aferiu:-----

----- “O escoamento das águas pluviais é feito para o coletor pluvial.” -----

----- A **muníci**pe mencionou:-----

----- “Para o coletor do esgoto, não existem os algerozes, são canos que vão diretamente para as sarjetas.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente comentou:-----

----- “É só?” -----

----- Argumentando a **muníci**pe:-----

----- “Não, não é só.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente disse:-----

----- “Então diga.” -----

----- Prosseguindo a **muníci**pe:-----

----- “E por ali sobem essas pragas, disseram-me hoje que amanhã irão fazer a desinfestação na minha rua, espero bem que seja, é que isto já dura há algum tempo e, entretanto, hoje apresentei uma queixa sobre o que se passa no Hospital de Santa Cruz, porque trata-se já de

um problema de saúde pública. -----

-----Esta é uma das questões que trago aqui hoje. -----

-----A outra questão tem a haver com o pagamento dos estacionamentos, porque é vergonhoso que a empresa Parques Tejo cobre estacionamento em todo o lado. Carnaxide é uma aldeola, nem sequer uma vila é, no entanto, se uma pessoa quer ir fazer um tratamento, ir a uma farmácia ou a uma consulta médica, tem de pagar estacionamento e vim aqui pelo que aconteceu comigo-----

-----Fizeram o “World Trade Center”, muito bonito, com o Continente e mesmo em frente ao Continente há um beco, nem sequer é uma rua, é uma lomba perpendicular a uma rua, onde resolveram pôr estacionamento pago. Aquilo tem uma dúzia de estacionamentos e há um ano, em agosto, estive bastante doente, quando melhorei fui lá para ir fazer compras à farmácia e ao supermercado e qual é o meu espanto, porque aquilo antes não era pago e a indicação de pagamento estava muito mal sinalizada, não vi nenhuma sinalização de pagamento, quando chego ao carro tinha uma multa que não paguei, nem vou pagar, eu vou para a frente com isto, porque é vergonhoso o que está a ser feito e espanta-me como é que as pessoas não reclamam com isto. Recentemente estive de férias e quando chego a casa tenho outra carta a dizer que agora tenho de pagar taxa judicial.” -----

-----Questionando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Não pagou?” -----

-----A **munícipe** respondeu:-----

-----“Não, não paguei, nem vou pagar, porque quero levar isto a tribunal, para já, onde puseram estacionamento não pertence à rua, aquilo é uma lomba e um beco, que por acaso têm saída, mas é só também do supermercado Continente, portanto, aquilo não pertence à rua onde puseram o estacionamento pago, tanto que a máquina para pagar está na parte de baixo da rua, no beco não está lá nenhuma máquina para se pagar. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Estou a alertar, acho estranho como é que as pessoas não reclamam com isto, porque chega a ser vergonhoso, em todo o lado tem que se pagar, nós não somos livres de circular no Concelho de Oeiras. Que numa cidade ponham isso, tudo bem, agora numa aldeola, Carnaxide, não tem Câmara, não tem Tribunal, não tem nada, é inacreditável. -----

----- São estas as minhas duas reclamações.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** comentou:-----

----- “É só?” -----

----- Confirmando a **município**:-----

----- “É.” -----

----- Volvendo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Então, primeira resposta, se há um aumento em determinadas ruas de infestação de pragas e ratos, significa que outras ruas já estão a ser objeto de desbaratização e desratização e os bichinhos vão para outro sítio, estão a fugir, porque estão a ser mortos noutro sítio, portanto, eles vão fugindo e há de chegar uma altura em que termina, já estamos a fazer o nosso trabalho.-----

----- Sobre os erros de construção, tenho que ver o que é que se passa, mas dificilmente haverá erros de construção aprovados.-----

----- Sobre o estacionamento, a senhora conhece a medida dos cento e vinte minutos para os municípios de Oeiras? -----

----- É que todos os municípios de Oeiras, para exatamente esse tipo de deslocações, têm direito a cento e vinte minutos por dia. Em vez de não fazer nada, faz assim, escreve uma carta ao Senhor Presidente da Câmara, não deixe chegar ao tribunal, a dizer o seguinte, “Senhor Presidente passou-se isto, isto e isto e a minha situação é injusta, tanto que o Município com a Parques Tejo, implementaram a medida dos cento e vinte minutos diários para os municípios de Oeiras poderem se deslocar”, para tentar reverter a situação, porque se não fizer nada, será executada.”-----

-----A **munícipe** argumentou, mas devido a não ter microfone, ficou inaudível o que disse.-----

-----Prosseguindo o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Envie a carta para o Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Refira isso, “a minha situação é justa, que foi implementada esta medida”.-----

-----Neste momento entrou na sala o **Senhor Presidente** tendo assumido a presidência da reunião.-----

-----A **oitava munícipe** mencionou o seguinte:-----

-----“Venho aqui por causa de dois terrenos que tenho em Porto Salvo, que não estão urbanizados e era para pedir à Câmara se podia tratar da urbanização dos mesmos e as pessoas pagavam à Câmara, porque senão nunca mais.”-----

-----Indagando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Onde são os terrenos?”-----

-----A **munícipe** informou:-----

-----“Em Porto Salvo, na rua projetada à Lopo Soares.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** questionou:-----

-----“Qual é o bairro?”-----

-----A **munícipe** disse:-----

-----“É ali onde é o Bairro dos Navegadores.-----

-----E eu pedia à Camara se o podia fazer, para ver se era urbanizado e depois as pessoas pagavam a sua parte, porque senão nunca mais.”-----

-----Intervindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Mas diga-me uma coisa, já falaram com o Departamento Projetos Especiais e Reabilitação Urbana - DPERU?”-----

-----A **munícipe** referiu:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Acho que o arquiteto Carrilho já sabe.” -----

----- **O Senhor Presidente** indagou: -----

----- “E o que é que ele vos disse? -----

----- A Senhora mora lá?” -----

----- **A munícipe** mencionou: -----

----- “Não sou eu que tem estado à frente, Senhor Presidente, era um Senhor que já tem noventa anos e que agora não está bem e eu não sei muito bem das coisas, mas eu tenho lá dois, ao todo são onze lotes.” -----

----- **O Senhor Presidente** comentou: -----

----- “Isso deve estar inserido na zona do Casal das Chocas, faz fronteira com o Bairro dos Navegadores?” -----

----- **A munícipe** disse: -----

----- “Não, o Bairro dos Navegadores é mais acima.” -----

----- **O Senhor Presidente** indicou: -----

----- “Então é no Casal das Chocas.” -----

----- **A munícipe** comentou: -----

----- “A partir de onde era o Intermarché, é a segunda praceta.” -----

----- Identificando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Sim, quando se desce, quando se vem do Intermarché, para o Casal das Chocas, é do lado direito, é isso?” -----

----- **A munícipe** esclareceu: -----

----- “É do lado esquerdo, há uma rua...” -----

----- **O Senhor Presidente** informou: -----

----- “O que posso dizer é que todas essas zonas têm plano, só lhes falta o loteamento e para o loteamento ser aprovado é necessário que os proprietários ou os coproprietários se juntem

para haver a emissão do loteamento.” -----

-----Indagando a **munícipe**: -----

-----“O que é que se tem de fazer, Senhor Presidente?” -----

-----Elucidando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Têm que se apresentar no Departamento de Projetos e Reabilitação Urbana e ver essa situação. -----

-----Disse que está em nome de outro Senhor, é isso?” -----

-----A **munícipe** disse: -----

-----“Era ele qua andava a tratar disso, quando fui para lá, já era há muito anos assim.” -----

-----Intervindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Mas ele é coproprietário?” -----

-----A **munícipe** mencionou: -----

-----“Ele já não é, ele vendeu o terreno...” -----

-----O **Senhor Presidente** perguntou: -----

-----“Então quem é?” -----

-----Respondendo a **munícipe**: -----

-----“Sou eu, é mais...” -----

-----Interrompendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Então a Senhora é coproprietária?” -----

-----A **munícipe** assentiu: -----

-----“Eu sou.” -----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Comprou alguns indivisos?” -----

-----Anuindo a **munícipe**: -----

-----“Sim.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Senhor Presidente** preconizou: -----

----- “Então dê a sua identificação e contactos ao doutor Ednilson Santos, adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência e depois ele manda alguém para ir falar consigo.” -----

----- A **nona munícipe** mencionou: -----

----- “Eu vim a esta reunião de Câmara devido a um pedido de casa que eu fiz há uns anos atrás, no Departamento de Habitação de Oeiras e até agora não foi nada resolvido e há uns meses atrás fiz também um pedido para renda acessível e pretendo saber como está a situação, para resolver o problema.” -----

----- O **Senhor Presidente** perguntou: -----

----- “Onde é que vive?” -----

----- A **munícipe** disse: -----

----- “Eu vivi em Algés e fui despejada.” -----

----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Mas vive onde agora?” -----

----- Respondendo a **munícipe**: -----

----- “Agora estou a viver num quarto.” -----

----- O **Senhor Presidente** questionou: -----

----- “Aonde?” -----

----- Comentando a **munícipe**: -----

----- “Também em Algés.” -----

----- Prosseguindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “E no Departamento de Habitação falou com quem?” -----

----- A **munícipe** disse: -----

----- “O processo já tem vários anos e falei com as técnicas.” -----

----- O **Senhor Presidente** indagou: -----

-----“Quando é que foi a última vez que falou com o Departamento de Habitação?” -----

-----Respondendo a **munícipe**: -----

-----“Foi no mês de junho, eu tenho o processo.” -----

-----Certificando o **Senhor Presidente**: -----

-----“A senhora vem à procura de casa, é isso?” -----

-----A **munícipe** referiu: -----

-----“Sim, vim ver como está a situação do pedido que eu fiz.” -----

-----O **Senhor Presidente** questionou: -----

-----“Qual é a informação que há?” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** informou: -----

-----“Nunca estivemos juntas, nunca me tinha pedido uma audiência, entregou documentos no passado mês de junho, está atualizado o processo, mas Senhor Presidente, ainda tem algumas pessoas à frente, está tudo atualizado, está tudo direitinho, mas tendo em conta o rendimento e a renda do seu quarto, ainda há pessoas em situações piores.” -----

-----O **Senhor Presidente** inquiriu: -----

-----“Vive sozinha?” -----

-----Anuindo a **Munícipe**: -----

-----“Sim.” -----

-----Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Tem que aguardar em função da disponibilidade de casas, vai haver casas, estamos a entregar casas, ainda há dias entregámos umas tantas, estão várias casas em construção e é natural que nos próximos meses haja essa possibilidade, mas no Departamento de Habitação informam-na sobre qual é rigorosamente a sua situação.” -----

-----A **munícipe** comentou: -----

-----“Como são dois pedidos que eu tenho, quero saber qual a oportunidade que posso ter,

entre uma casa da Câmara ou de uma casa por preço mais acessível.”-----

----- **A Senhora Vereadora Carla Rocha** disse:-----

----- “Os seus rendimentos que são novecentos e quarenta e oito euros por mês, não lhe permitem a renda acessível, a Senhora está na renda apoiada e está onde deve estar, ou seja, tem algumas pessoas à frente, é uma pessoa isolada, mas o seu processo não é para renda acessível, porque se se candidatar a renda acessível, não tem critérios porque o valor da renda é superior a trinta e cinco por cento daquilo que você ganha.”-----

----- **A munícipe** mencionou:-----

----- “Novecentos e setenta...” -----

----- Asseverando a **Senhora Vereadora Carla Rocha**: -----

----- “Rendimento líquido de novecentos e quarenta e oito, certo?” -----

----- **A munícipe** disse: -----

----- “Não.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Rocha** comunicou: -----

----- “Então tem de atualizar.” -----

----- Prosseguindo a **munícipe**: -----

----- “Eu ganho o salário mínimo e recebo mensalmente setecentos e quarenta e nove euros.” -----

----- Argumentando a **Senhora Vereadora Carla Rocha**: -----

----- “O mínimo é oitocentos e qualquer coisa, não é?”-----

----- **A munícipe** comentou: -----

----- “Sim, mas o que recebo em líquido são setecentos e quarenta e nove.” -----

----- Comunicando a **Senhora Vereadora Carla Rocha**:-----

----- “Então deve de ir à habitação para atualizar.” -----

----- Intervindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não pode ir para renda acessível, não tem condições.”-----

-----**A Senhora Vereadora Carla Rocha** assentiu:-----

-----“Não tem critérios para acessível.” -----

-----Prosseguindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Tem de ir para renda apoiada, não sei se está a ver qual é a diferença. Na renda apoiada, são rendas entre os dez e os trezentos e cinquenta euros por mês e em função dos seus rendimentos é possível que vá pagar setenta ou oitenta euros, não será muito mais que isso, na renda acessível, são rendas superiores, que vão de quinhentos a setecentos e oitenta euros, portanto, a Senhora está inscrita na renda apoiada e é nesse contexto que lhe será atribuída uma casa, quando chegar a sua vez.” -----

-----**A Senhora Vereadora Carla Rocha** disse:-----

-----“Senhor Presidente se me permite, eu nunca tinha estado com a munícipe, estou disponível para se quiser marcar uma audiência comigo, para lhe explicar as diferenças e o que é que o seu processo tem e porque é que não deve ser renda reduzida e ser renda apoiada. -----

-----Tenho todo o gosto em falar consigo, se tiver disponibilidade, fale com o doutor Flávio Santos, está bem?-----

-----Acho que é o melhor.”-----

-----**O Senhor Presidente** concordou:-----

-----“Marca lá essa reunião.”-----

-----**A décima munícipe** disse o seguinte:-----

-----“Eu estou aqui derivado à minha situação. Tenho trinta e seis anos, tenho cinco filhos, vivo na casa do meu pai. Estamos todos num quarto. A renda está em nome do meu pai, mas sou eu que sou responsável por tudo.”-----

-----**O Senhor Presidente** questionou:----- \

-----“E vive aonde?”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Respondendo a **munícipec**: -----

----- “No Alto dos Barronhos.” -----

----- **O Senhor Presidente** indagou: -----

----- “E diga-me uma coisa, já veio falar aqui com a Senhora Vereadora Carla Rocha?” -----

----- **A munícipec** disse: -----

----- “Já.” -----

----- **O Senhor Presidente** questionou: -----

----- “E então, o que é que lhe foi dito?” -----

----- **A munícipec** mencionou: -----

----- “Que vinham novas construções, novas casas, para esperar um pouco.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu: -----

----- “O seu caso, é um caso de desdobramento de fogos e está a ser estudada essa situação, portanto, tem que aguardar. Logo que haja uma casa ser-lhe-á entregue. Os desdobramentos atualmente têm prioridade. Agora é uma questão de disponibilidade de casa. Está devidamente identificada. A Senhora Vereadora Carla Rocha dir-lhe-á qual é o ponto da situação. -----

----- A senhora se tem cinco filhos precisa de uma casa grande. Portanto é preciso que a Câmara tenha essa casa grande. Tem de ser aí umas três ou quatro assoalhadas.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Rocha** referiu: -----

----- “É um T Quatro.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “É um T Quatro, portanto, é o máximo que construímos.” -----

----- **A munícipec** aludiu: -----

----- “Não, eu estou para uma tipologia T Três.” -----

----- Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Está bem, se houver um T Três, mas a senhora quer é uma casa. A casa correspondente à sua família é um T Quatro. Mas a Senhora Vereadora Carla Rocha vai informá-la de qual é a situação, está bem?” -----

-----Respondendo a **munícipe**: -----

-----“Está bem, obrigada.”-----

-----**O Senhor Presidente** comentou: -----

-----“Estão a ver, isto até parece o tempo em que estávamos a realojar as famílias das barracas. Portanto, a crise da habitação está aí. Só os cegos é que não veem.”-----

-----**A décima primeira munícipe** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada por me aceitarem na reunião. Acho que já conhecem o meu caso desde o início. -----

-----Eu venho pedir aqui uma oportunidade para ser reintegrada no hostel, uma vez que tenho estado a ser constantemente agredida, a última vez foi no dia três de setembro fiquei com um traumatismo. -----

-----A situação lá em casa já não é como casal e a minha sogra já não me quer lá em casa. Neste momento só tenho a minha irmã e ela vive num quarto. Já não temos família.” -----

-----**A Senhora Vereadora Carla Rocha** mencionou:-----

-----“Conheço bem, já esteve comigo. É um caso complexo. Já teve aqui apoio, até inclusive apoio da DCS - Divisão de Coesão Social com o FES - Fundo de Emergência Social. A senhora já esteve num lugar primeiro, foi-lhe dada oportunidade na altura de ir para o hostel que não quis. Depois foi-lhe dado um apoio do FES para alugar um quarto, enquanto aguardava habitação, mas a senhora foi dezassete dias para a Madeira e houve aqui um valor do FES que foi gasto. -----

-----Há aqui uma situação, a senhora vive com o companheiro em casa da sogra. A senhora, penso que posso dizer, foi vítima de violência por parte da família, mas... Senhor



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente, a situação está toda identificada.” -----

----- **O Senhor Presidente** interrompeu dizendo: -----

----- “Se faz favor, fale com a Senhora Vereadora Carla Rocha, não é assunto para se expor aqui nesta reunião. Está bem? Vai falar com ela outra vez, combina isso, mas não é assunto aqui para a reunião.” -----

----- **A décima segunda munícipe** interveio dizendo: -----

----- “Sou irmã da munícipe anterior, o caso que me trás aqui é complicado. -----

----- A minha irmã saiu de casa muito cedo, eu permaneci em casa com o meu pai, entretanto, ele adoeceu gravemente em dezembro de dois mil e vinte e três. -----

----- A minha irmã mais velha roubou-nos descaradamente, fiquei sem a casa do meu pai, fiquei sem nada, vivo em quartos, a convivência com culturas diferentes é complicada. -----

----- Já tive várias vezes internada porque tive o azar de ser mordida por um carrapato/percevejo, estive muito mal, tive sorte porque trabalho no Hospital dos Capuchos e os médicos conseguiram identificar o problema e fiquei internada. -----

----- Pergunto, se a Câmara nos pode ajudar, a mim e à minha irmã, tirando o apoio de emergência social pontualmente, se é que existe alguma coisa pode ser feita para esta situação.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Rocha** observou: -----

----- “A senhora não tem pedido de habitação, não tenho conhecimento desta situação.” -----

----- **A munícipe** respondeu: -----

----- “Neste momento não.” -----

----- **O Senhor Presidente** argumentou: -----

----- “Este é um assunto que não é para ser tratado aqui, como há assuntos complexos, a Senhora Vereadora Teresa Bacelar irá recebê-las e dar-lhes-á a informação adequada relativamente à questão aqui colocada.” -----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou à Câmara as seguintes informações:-

-----“No dia quatro de setembro, participei com os restantes vereadores na entrega de material promovida pela Oeiras Community Valley, dar-lhes os parabéns por mais um ano.-----

-----Desta vez contou com mais de cem crianças dos nossos bairros municipais, receberam os “Kits” completos, garantindo também as condições não só necessárias para o seu sucesso, mas também para começarem da melhor forma o ano escolar.-----

-----No dia cinco, estive presente na cerimónia de inauguração do novo Centro Cultural de Barcarena com a nova biblioteca.-----

-----Os meus parabéns pelo trabalho e também por levar mais uma vez a cultura às nossas freguesias.-----

-----Durante este dia decorreu a tradicional festa das vindimas, desta vez não vindimei, só estive presente no almoço porque de manhã estava em Barcarena, a verdade, é que este convívio é extraordinário com todas aquelas pessoas que esgotam a tradicional festa das vindimas, em Oeiras.-----

-----No dia seis de setembro, assisti ao evento organizado pela Associação Equestre de Porto Salvo, onde tive a oportunidade de ouvir alguns dos grupos das nossas universidades seniores e do grupo do Canto e Dança do CCD onde actuaram para as famílias e colegas ali presentes.-----

-----No dia dez, estive presente na cerimónia de entrega de diplomas dos melhores alunos finalistas do ensino secundário.-----

-----De facto, ver alguns daqueles alunos com médias de dezanove e vinte é um orgulho para todos nós e também perceber a forma como Oeiras os distingue de forma exemplar.-----

-----Dia onze, tivemos aqui a presença do senhor Ministro da Educação, na Escola Secundária Professor José Augusto Lucas.-----

-----É um projeto ambicioso, trata-se da requalificação desta escola, é importante não só

ver passo a passo este importante investimento, mas também criar condições para que ele seja cada vez mais evidente em outras escolas. -----

----- No dia doze de setembro, teve lugar a inauguração de um arruamento com sentida homenagem por parte da comunidade e de todos nós ao Padre Manuel Martins, o qual dirigiu uma mensagem a todos os presentes e que foi recebida com muito agrado. -----

----- No final deste dia, realizou-se a sessão pública de apresentação dos resultados do Programa Oeiras Educa Mais. -----

----- Agradecer sempre aqui este pormenor nesta demonstração de resultados, porque é um trabalho que o projeto educativo de Oeiras oferece, o qual tem vários serviços como seja os serviços de mercados, que de ano para ano conseguem ter mais oportunidades para mais alunos, mais escolas e também novos desafios para que professores e alunos possam integrar este novo programa. -----

----- No último fim de semana estive presente nas festas da Sociedade Educação Recreio Unidos de Leceia, nomeadamente na missa de Nossa Senhora da Piedade com a tradicional procissão e bênção onde tivemos a agradável presença do Senhor Bispo que fez uma homilia que não era esperada, foi algo inesperado, mas que a todos agradou. -----

----- Duas notas para eventos futuros, no próximo sábado teremos também a nossa sexta edição do Mercado no Bairro em conjunto com as festas dos vinte anos da Associação da Pombal Vinte e Um, irá decorrer do meio dia às vinte horas, todos terão tempo para participar, sugiro que apareçam e que participem. -----

----- No dia vinte e sete, vai realizar-se o Mercado de Artes e Sabores, no Largo Cinco de Outubro, em Oeiras.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“No dia quatro de setembro estive na entrega de material escolar pela Oeiras Community Valley, a cento e oito crianças dos bairros municipais. Eu tenho muita pena que nem toda a gente tenha estado lá, porque na verdade quando estamos, nós sentimos de maneira diferente. -----

-----Só quem não tem filhos é que não sabe a importância que é no início do ano escolar e o material escolar ser todo gratuito. Para além de gratuito, aquele momento dos miúdos que querem a mochila mais verde, mais amarela, mais cor de rosa, em que nós tentamos que escolham as nossas mochilas e depois aquela interação entre todos os miúdos, e vale a pena falar aqui de várias comunidades, nomeadamente a comunidade cigana, é realmente um momento único e este programa, e aqui tenho que dar os parabéns, que junta a responsabilidade social, as empresas, com a nossa comunidade mais carente é realmente de salutar.-----

-----Depois estive na inauguração do Centro Cultural e Biblioteca de Barcarena. Nós partimos sempre de nós para as coisas, não é? Nós vemos sempre aquilo que queremos ver e eu acho que o edifício é uma peça que está muito bem recuperada, lindíssima, vale mesmo a pena ir lá. Mas não pude deixar, nem posso deixar de vos falar da coleção da Chancela Livros de Oeiras que está logo à entrada e quem entra e vê, percebe a importância que esta Câmara dá à cultura.---

-----Volto a dizer, a cultura é aquilo que quando não temos nada, nos permite ser quase tudo. Não podia deixar de dizer isso. -----

-----No passado dia treze de setembro houve o encontro de Talentos em Porto Salvo. O encontro de talentos o que é que é? Convidamos as várias comunidades de todos os bairros municipais da área de Porto Salvo, são três bairros, a mostrarem aquilo que são as culturas de origem, nomeadamente gastronómica, a dança e o canto. Então tivemos nove comunidades, mas tirámos as pessoas do bairro, fomos para o Largo da SIMPS - Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo. Tivemos Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal e a Ucrânia. Pudemos provar os pratos típicos. A senhora da Ucrânia que está

cá há vinte e sete anos disse que se sentiu emocionada ao ir buscar as origens daquilo que ela aprendeu com a mãe e com a avó e esta partilha que as pessoas fazem acreditam que nos torna cada um de nós bem mais ricos. Ainda tivemos momentos de zumba, batuko e também tivemos uma música dos Romani, que é uma família cigana.-----

----- Neste momento, não posso deixar de dar os parabéns às técnicas, foram as técnicas que fizeram isto e são elas que têm esta relação de confiança e de conhecimento com as pessoas que estão nos nossos bairros.-----

----- Eu volto a dizer, a casa é fundamental, a habitação parte da casa ou parte da ausência de casa, no nosso caso da casa, mas depois o que é que fazemos com cada família, que condições é que lhe damos, que apoio é que lhe damos, faz toda a diferença para que elas possam no futuro próximo serem cada vez mais capazes.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Chegado agora ao final do mandato é importante fazer, de alguma forma, não um balanço, mas dar alguma informação neste momento.-----

----- Na habitação assumimos em dois mil e vinte e um, o compromisso ambicioso de construir duas mil casas.-----

----- Hoje, podemos afirmar com toda a transparência e algum orgulho que já entregámos as primeiras noventa e duas habitações do País, no âmbito do PRR.-----

----- Quase cinco centenas de casas estão em construção e duzentas e quarenta estão em fase de lançamento da empreitada a que se somam as setecentas e setenta casas da Estação Rádio Naval em promoção do IHRU.-----

----- São no total mil e oitocentas casas em desenvolvimento, cumprindo desta forma o compromisso assumido para que todos os que enfrentam alguma dificuldade nos diversos regimes de renda e abrangendo todo o tipo de pessoas possam ter uma solução de chave na mão e

uma vida mais estável. -----

-----Não estamos só a promover a construção nova, fomos também ao coração dos nossos bairros onde vivem alguns milhares de pessoas que merecem do Município o mesmo olhar dedicado que aquelas todas que entram numa casa nova pela primeira vez. -----

-----Neste âmbito, já reabilitámos seiscentos e noventa e cinco casas, temos mais de mil em obra num universo de perto de três mil que sofrerão intervenção. -----

-----Este esforço de requalificação representa noventa milhões de euros de investimento e traduz-se em casas mais seguras, mais confortáveis e energeticamente mais eficientes.-----

-----Era importante, neste momento, e, nesta reunião, em que assistimos a vários munícipes com a necessidade de casa para dar algum tipo de esperança, estamos a trabalhar para cumprir aquilo com que nos comprometemos e que resultará no sonho de todos que é uma nova casa.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, cumprimento-o a si, os Senhores Vereadores, os serviços e os demais que acompanham esta reunião hoje, os cidadãos presentes.-----

-----Em primeiro lugar já foi referido aqui, mas nunca é demais sinalizar que chegámos ao final deste mandato com mais uma biblioteca pública na nossa rede, para além de Algés de Carnaxide e de Oeiras, temos agora uma nova biblioteca integrada no novo Centro Cultural de Barcarena, inaugurado no dia cinco de setembro, num edifício maravilhoso, como já foi aqui referido e que não temos dúvidas absolutamente nenhumas se afirmará como uma centralidade da atividade cultural na freguesia de Barcarena e haverá muito quem vá de outras freguesias, propositadamente àquele equipamento, que do ponto de vista da qualidade arquitetónica do objeto é de excelência, do ponto de vista das atividades culturais e educativas que ali existirão,

também.-----

----- É a primeira Biblioteca onde também temos um espaço oficial com atividades no âmbito da eletrónica, da robótica, da programação, disponíveis para crianças e jovens que será visitado pelas nossas escolas, portanto, fica a nota para quem não conhece, ir lá. É, de facto, bom, chegámos ao final do mandato com mais este equipamento da nossa rede com horário de funcionamento alargado como todas as bibliotecas até às oito da noite, seis dias por semana, fica o convite para a visita.-----

----- No dia dez de setembro, estive com alguns membros do executivo e com o Senhor Presidente na atribuição dos diplomas que reconhecem o mérito dos melhores alunos finalistas do ensino secundário das escolas particulares, das escolas públicas e internacionais do nosso Concelho. Treze jovens magníficos terminaram sua escolaridade obrigatória com a nota de excelência, ingressaram no ensino superior e se por um lado, esta cerimónia, reconhece o seu mérito e o seu percurso educativo de excelência, por outro lado ao premiar estes alunos, dá-se também um sinal político à comunidade e faz-se deles um exemplo para toda a comunidade discente do nosso concelho no sentido de apontar estes bons exemplos, como aqueles que, ao fim ao cabo todos os jovens devem almejar, procurando dar o seu melhor e explorar ao máximo o seu potencial em função das suas capacidades, com os meios, os recursos e as condições que encontram e que são excelentes na nossa rede de educação e ensino em Oeiras.-----

----- Na verdade, o diploma é uma forma de reconhecimento, o prémio para estes melhores alunos à semelhança do que aconteceu o ano passado será uma visita de estudo que se por um lado, contribui para o alargamento de horizontes, por outro lado, cria condições para que estes treze magníficos se conheçam, criem laços e relações que esperemos perdurem para o resto da sua vida com um denominador comum que é Oeiras, o local onde estudaram. -----

----- Dar uma nota para a visita às obras de reabilitação da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, integrada nos mais de trinta milhões de euros de investimento que, ao longo

deste mandato, foram realizados na manutenção e reabilitação do edificado escolar do nosso concelho. -----

----- Dizer também que é, de facto bom, chegarmos ao final deste mandato com inúmeros projetos concluídos, prontos para lançamento de concurso para a empreitada de obra pública num valor superior a cem milhões de euros de investimento, para continuidade daquilo que é o programa municipal de reabilitação da rede escolar do nosso Concelho. -----

----- No dia onze, recebemos cerca de setecentos e cinquenta docentes do ensino público e do setor social particular e cooperativo do nosso Concelho, numa festa de receção aos docentes e abertura do ano letivo, que foi um momento de convívio, de reencontro e de desejo de um bom ano letivo para todos, porque, para termos uma educação de qualidade, é preciso ter professores que se sintam também, que se sintam felizes e que se sintam em condições de desenvolver a sua profissão nas escolas. Também para isso contribui aquilo que é o programa municipal de alojamento apoiado para docentes já temos vinte e cinco professores alojados e ainda temos capacidade para alojar mais três e temos o objetivo de a curto prazo conseguir ter a possibilidade de alojar mais cinquenta professores o que é um forte contributo para o problema da falta de docentes que se vai agravando dia para dia e que é cada vez mais premente, não obstante os esforços da tutela para resolver este problema. -----

----- No dia doze teve lugar uma reunião muito participada pelos vários parceiros do programa “Oeiras Educa Mais”, o nosso programa de educação não formal que oferece mais de duzentas experiências educativas de qualidade aos educadores de infância e professores das nossas escolas. Este programa tem um observatório que, ao longo do tempo vai recolhendo dados, vem entrevistando pessoas, vai fazendo questionários, vai acompanhando o desenvolvimento do programa e com base no estudo desses dados vai propondo a reestruturação do próprio programa, novos modos de funcionamento, novas práticas. Os resultados do último ciclo de recolha e análise de dados do Observatório foi apresentado no dia doze, com muitos

parceiros presentes quer internos, quer externos e anunciaram-se também aquilo que são as mudanças mais significativas no “Oeiras Educa Mais” como, por exemplo, a alteração do portal. Teremos em dois mil e vinte e seis, o novo portal que tem estado a ser trabalhado, esperemos que que esteja concluído no próximo ano, com novas funcionalidades, com a automatização de muitos processos que vai simplificar a vida, quer dos parceiros internos da Câmara Municipal quer dos externos que providenciam atividades, quer dos utilizadores, entre outras alterações. ----

----- No dia treze tivemos o “Oeiras Valley Futsal Cup”, organizado pelo Clube Futsal de Oeiras, com uma série de clubes de futsal de referência do nosso Concelho e de fora, a presença de muitas famílias e uma celebração desta modalidade nas condições únicas da cidade do futebol e do Arena Portugal só possível, porque estamos em Oeiras e porque temos na Cidade do Futebol, a Federação Portuguesa de Futebol, um parceiro extraordinário e porque é função das boas relações institucionais, podemos ter a possibilidade de realizar várias atividades no Arena Portugal ao longo do ano, uma delas foi este torneio de futsal para os escalões de formação e devo dizer-vos que foi extraordinário ver crianças de sete, oito, nove e dez anos, entrarem nos balneários da seleção nacional e perdoem-me a expressão, mas quase que precisavam de umas fraldas, tal era a emoção de estarem nos balneários da seleção nacional e circularem pelos mesmos corredores, a jogar no mesmo campo, com uma equipa de arbitragem de excelência, as mesmas músicas, os mesmos painéis, uma coisa incrível. -----

----- No dia treze e catorze tivemos a corrida do Tejo Kids, com quinhentas crianças até aos doze anos de idade a participar com as suas famílias e não é só uma corrida, é uma grande feira de atividades e de celebração da atividade física na pista de crosse do Jamor, junto à Senhora da Rocha, com muitos parceiros, portanto não é só uma corrida é uma grande feira de atividades e de promoção da atividade física. Quem não visitou este ano, eu deixo o convite para visitar no próximo ano, porque é, de facto, deslumbrante nós vemos mais de quinhentas crianças e milhares de pessoas no total, porque são acompanhados por adultos e inclusivamente, às vezes

por mais do que dois membros da família, a realizar imensas atividades naquele espaço. -----

-----Hoje teve lugar um encontro de abertura do ano letivo com os docentes do Programa Municipal de Educação Musical nas escolas do primeiro ciclo, continua a ser algo único em Portugal, uma educação musical de grande qualidade levada a cabo por professores de música, selecionados pela Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, nosso parceiro na implementação do programa. Abrange todo o universo de crianças do primeiro ciclo à roda de cinco mil alunos que ao fazerem o sua escolaridade primária no município de Oeiras, significa que chegam ao fim dessa escolaridade com um reportório, um cancionero de cerca de cem canções que trabalham, que sabem, que estudam, que cantam e a conhecer dezenas de compositores, a ser iniciados às várias famílias de instrumentos musicais e, portanto, com uma sensibilidade estética e artística completamente diferente daquela que teriam se este programa fosse ausente de sua formação durante os primeiros quatro anos de escolaridade. Foi um encontro de balanço e de agradecimento também e de preparação do arranque deste ano letivo. -----

-----Senhor Presidente, quero dar conhecimento a si e ao Executivo Municipal, que recebemos mais um prémio, uma distinção que nos honra muitíssimo, neste caso, é Prémio Europeu de Ciência Cidadã dois mil e vinte e cinco, atribuído pela Comissão Europeia. Infelizmente, não tivemos nem o primeiro, nem o segundo, nem o terceiro prémio a nível europeu, em todo o espaço europeu na nossa comunidade, mas recebemos uma menção honrosa pelo projeto “Oeiras Experimenta - Climate smart crops for sustainable food production”, o projeto de Ciência Cidadã que está a ser desenvolvido na Quinta de Cima acompanhado pelo ITQB NOVA e tem a ver com a produção alimentar sustentável e que tem envolvido uma quantidade muito significativa de cidadãos que acompanham os investigadores neste projeto e na recolha de dados para a investigação, que eles têm estado a fazer sobre a produção alimentar sustentável. -----

-----Termino com a proposta de um voto de louvor a dois estudantes do nosso Concelho,

o Marcelo Santos Lago do décimo primeiro ano e o Rodrigo Miguel Saraiva Ferreira do décimo segundo ano, da Escola Secundária Sebastião e Silva. -----

----- E porquê? Porque, estes dois alunos foram vencedores do International Space Settlement Design Competition, que teve lugar no Kennedy Space Center da NASA na Florida, com o objetivo de estimular os melhores estudantes do ensino médio em todo o mundo a abraçarem formações superiores ligadas ao espaço, de estimular a formação de empresas de ponta que sejam viáveis e bem organizadas na área da indústria aerospacial, são organizados em todo o mundo com inúmeros parceiros concursos nacionais, depois regionais ao nível continental e, por fim o concurso mundial, onde se apuram os melhores alunos do mundo participantes neste concurso. -----

----- Este ano existiram duzentos e cinquenta finalistas que se deslocaram de todo o mundo ao Kennedy Space Center, seis alunos eram portugueses dois dos quais da Escola Secundária Sebastião e Silva, estes dois foram vencedores deste concurso, portanto, uma proposta de voto de louvor para estes dois bravos magníficos, que podemos dizer de acordo com esta informação são dois dos melhores alunos do mundo.” -----

10 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A DOIS ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor a dois estudantes do nosso Concelho, Marcelo Santos Lago do décimo primeiro ano e Rodrigo Miguel Saraiva Ferreira do décimo segundo ano, da Escola Secundária Sebastião e Silva. -----

----- “Estes dois alunos foram os vencedores do International Space Settlement Design

Competition, que teve lugar no Kennedy Space Center da NASA, na Florida.-----

-----Este ano existiram duzentos e cinquenta finalista que se deslocaram de todo o mundo ao Kennedy Space Center, seis alunos eram portugueses, dois dos quais da Escola Secundária Sebastião e Silva. Estes dois alunos foram vencedores deste concurso, portanto, para estes dois bravos magníficos, que podemos dizer que são dois dos melhores alunos do mundo.”-----

-----Este voto de louvor deverá ser transmitido aos alunos e dado conhecimento à Escola Secundária Sebastião e Silva. -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte:- -----

-----“Tivemos conhecimento de mais um prémio que ganhámos, mas a verdade é que a política é sempre a arte do possível, nunca tudo está feito e há sempre muito por fazer. -----

-----Ao longo deste mandato fui revelando alguns números trimestralmente mais ou menos em formato da atividade do DGRH -Departamento de Gestão de Recursos Humanos, vou terminar apenas aqui com alguns globais para ficar na memória dos presentes e pronto, depois falaremos mais à frente.-----

-----Formação interna e externa até à data de hoje, vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e sete horas, num total de mil oitocentos e vinte formandos. -----

-----Estágios curriculares, trinta e dois estagiários até à data.-----

-----Nascimentos e óbitos, faleceram sete trabalhadores mas tivemos a compensação com vinte e cinco nascimentos.-----

-----Algumas curiosidades, continuam visitas no âmbito do programa de desfibrilação automática e da rede de primeiros socorros, também visitas a escolas com atendimentos descentralizados, que fizemos este ano indo àqueles que são trabalhadores também do Município de Oeiras, mas que por vezes ficam um bocado naquela dúvida, se devem responder ao diretor de

escola ou se respondem à sua entidade patronal e então, tem entendido o DGRH que faz todo o sentido ir lá ter com eles em vez de esperar que eles cá venham. -----

----- E por último, dar nota de que estão ativos sessenta e nove processos ainda de acidentes de trabalho, o que perfaz em dias perdidos por acidente de trabalho a móida quantia de vinte e cinco mil novecentos e sessenta e dois dias.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Vou começar exatamente pela campanha anual de recolha de material escolar promovida pelo Oeiras Community Valley que, como sabem, e como já aqui foi referido este ano teve uma grande participação por parte das empresas. -----

----- Tivemos a participação de dezoito empresas e à semelhança do ano passado decidimos fazer uma cerimónia de entrega de “kits” escolares que aconteceu no dia quatro de setembro. -----

----- Na verdade, foi um sucesso tão grande e houve tanta participação das empresas, o material este ano foi tanto, que além das cento e oito crianças que iniciaram o seu percurso escolar, o primeiro ano do ensino básico, também beneficiámos as salas de estudo apoiadas pelo Município, ou seja, abrangemos cerca de quinhentas crianças. -----

----- No dia cinco, assisti à inauguração do novo Centro Cultural de Barcarena e não vale a pena estar aqui com grandes conversas, é um sítio lindíssimo, a requalificação do espaço é irrepreensível e a mais-valia que vai ser para aquela comunidade e para as pessoas de fora é incrível, já foi tudo dito e já foi tudo falado. -----

----- Também estive presente no almoço convívio das vindimas é sempre um espaço e um momento de grande convívio muito, muito agradável e onde eu gosto muito de ir e que todos os anos se repete e que espero por muitos anos. -----

----- No dia dez, estive presente na décima oitava edição da Gimnorecreativa de Praia que

tiveram como propósito proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo, através da atividade física, promovendo a interação a solidariedade e a sensibilização da comunidade para a inclusão social de todos.-----

-----Este ano estiveram presentes duzentas e sessenta pessoas de dezanove instituições que trabalham na área da deficiência e incapacidade, ou seja, foi um grande sucesso, o dia estava bom para esta atividade, porque não estava demasiado calor nem muito sol, por isso, foi um dia repleto de alegria, de atividades e, realmente, poder satisfazer todas estas pessoas que saíram com um sorriso e com uma alegria contagiante foi maravilhoso.-----

-----Ainda neste dia, da parte da tarde, assisti à cerimónia de atribuição dos diplomas dos melhores alunos finalistas do ensino secundário do Concelho de Oeiras, dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco, de facto, são magníficos e não há muito mais a dizer, o Senhor Vereador Pedro Patacho já disse tudo.-----

-----No dia dez de setembro, também estive presente na visita às obras de requalificação da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas.-----

-----No dia doze de setembro, assisti à sessão pública dos resultados do Programa Oeiras Educa Mais, fiz mesmo questão de estar presente, uma vez que a parte da saúde e a área social contribuem com vários conteúdos para este programa, eu quis perceber como é que funcionava e como é que quem participa olhava para este programa.-----

-----Fiquei muito impressionada, parabéns Senhor Vereador Pedro Patacho, porque estavam todos muito participativos e tínhamos pessoas de todos os quadrantes, desde clubes desportivos, clubes recreativos, universidades e escolas.-----

-----Foi muito interessante ver tudo a funcionar, toda a dinâmica e tudo a interagir no Programa Oeiras Educa Mais.-----

-----Mais uma vez, parabéns ao Senhor Vereador e aos serviços que acompanham este programa. - -----

----- No dia catorze de setembro, assisti à missa solene em honra da Nossa Senhora do Cabo, só tenho a dizer que todas estas iniciativas cada vez mais têm a presença dos municípios e é com grande agrado que vejo toda a comunidade a participar, a estar na rua e a querer fazer parte de todas estas iniciativas que são levadas a cabo nas paróquias, e na comunidade sempre com o apoio do Município de Oeiras.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO:-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

----- “Eu hoje quero apenas falar da iniciativa da COP - Conference of the Parties Oeiras Valley. Esta é uma iniciativa absolutamente inédita no País inteiro, normalmente os “models U.N. - United Nations” são feitos para as universidades e não para os alunos do ensino secundário e nunca num território, como aquilo que está a acontecer em Oeiras. E, de facto, o sucesso da COP o ano passado foi tão grande que o Senhor Presidente confiou neste projeto e permitiu que este ano se alargasse e que tenha dois dias. -----

----- E nós temos estado a percorrer as escolas do município em conjunto com toda a equipa que está a trabalhar neste projeto. Quero valorizar isto, porque a equipa que está a fazer o projeto, que está a montar o projeto, são jovens. -----

----- Este ano praticamente todas as escolas estão a participar, acho que apenas uma escola não está a participar, uma escola privada, de resto todas as escolas públicas participam e as escolas privadas também, inclusivamente a Escola Val do Rio está encarregue de toda a comunicação e toda a cobertura desta iniciativa. -----

----- Eu não podia deixar hoje de aqui falar daquilo que está a ser esta iniciativa, que do ano passado para este ano temos auditórios cada vez mais cheios, alunos com cada vez mais vontade de participar e, de facto, é um orgulho imenso puder, mais uma vez, ter aqui este projeto e eu estar a desenvolvê-lo com eles.-----

-----E dar nota de que isto requer muito trabalho, porque temos reuniões constantes com a equipa de jovens que está a fazer todo o projeto, desde os manuais, às reuniões com o resto dos colegas que vão participar, às visitas às escolas, à comunicação, portanto, tudo está a ser feito por eles e temos estado a acompanhá-los. No fundo, o nosso trabalho é acompanhá-los e orientá-los e é um orgulho.-----

-----Dia vinte e três e vinte e quatro de outubro lá estaremos então novamente com um auditório cheio, desta vez dedicada ao tema da energia, para discutir aquilo que poderão ser as soluções para o futuro.”-----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** iniciou o seu período de informações, dizendo o seguinte:-----

-----“Boa tarde a todos os presentes com uma saudação especial aos municípios que se dirigiram a esta Câmara e que ainda acompanham a reunião que não é transmitida.-----

-----Começar pelo caso dos prédios no Bairro de Laveiras-Caxias que têm dezenas de moradores que vivem com o coração nas mãos, porque o Município construiu estes prédios na Avenida João Freitas Branco, no Bairro de Laveiras-Caxias, precisamente com uma série de problemas estruturais. Os números trinta e sete, trinta e nove e quarenta e um, continuam com estes problemas gravíssimos, apesar de obras de reforço estrutural já terem sido feitas.-----

-----No caso do trinta e sete, onde residem cerca de quarenta pessoas foi intervencionado com mico estacas há bastante tempo, foi-o há mais tempo, a obra terminou em janeiro de dois mil e doze, uma obra com custos elevados, avultados, já está tudo a rachar novamente, os problemas são como disse bastante graves e os moradores continuam à espera de soluções.-----

-----O edifício apresenta danos estruturais que se têm acentuado, nomeadamente no piso três, onde existe uma fissura por baixo de uma viga junto ao teto, chaminés partidas, infiltrações, o exterior do edifício apresenta fissuras e todo o terreno envolvente do edifício apresenta

movimentos diversos. -----

----- Nós requeremos o acesso ao relatório da vistoria efetuada pelo Departamento de Habitação em março deste ano, que ainda não foi divulgado. Consideramos que é fundamental requerer ao LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, uma avaliação das estruturas e condições de segurança, porque estamos a falar de muitas dezenas de pessoas que ali residem, é uma questão de segurança e é também fundamental que os SIMAS verifiquem no local, porque é que se ouve ininterruptamente passagem de água nas traseiras daqueles edifícios, em caixas de saneamento. -----

----- Relativamente a bairros de habitação pública em que houve um tratamento desigual de municíipes e que aqui já falámos do Bairro do Alto da Loba, mas, entretanto, chegaram-nos vários casos de outros bairros por todo o Município, esses moradores proprietários são tão munícipes e têm tantos direitos como outros moradores proprietários que vivem em prédios mistos. -----

----- Eu gostaria de saber que soluções é que o Município vai dar a estas pessoas que tinham o direito de ser informadas para se candidatarem ao PRR para a melhoria da habitabilidade das suas casas, da eficiência energética e do conforto térmico. -----

----- Gostaria também de saber a resposta ao requerimento que fiz já há bastante tempo, já passaram os dez dias previstos na lei, relativamente aos imóveis património municipal em que se pedia um levantamento desses imóveis sem uso, bem como, o requerimento do registo das despesas do fundo de maneio, também hoje a resposta foi que tinham muito trabalho, já foi requerido em julho, abril, maio e junho e até agora nada. São documentos que deveriam estar facilmente acessíveis, são documentos administrativos. -----

----- Edifícios devolutos. A Antiga Cervejeira, em Carnaxide que estava para arrendamento para escritórios ou para venda para escritórios, está a cair literalmente aos bocados, com perigo para os transeuntes e para a integridade física das pessoas que ali passam, há pedaços

de placas dobradas para a via pública e acho que é altura do Município intervir, nomeadamente, por via da Polícia Municipal e se for preciso de uma intervenção administrativa. -----

----- Medidas de acalmia de tráfego. Nós temos um flagelo de atropelamentos, as pessoas queixam-se que realmente neste Concelho é mesmo importante termos medidas ativas de acalmia. Esta que é a última reunião antes das eleições, eu não posso deixar de lamentar que nestes quatro anos não tenha havido vontade, porque orçamento e dinheiro há com certeza, para resolver problemas como passeios atravancados com carros e outros objetos, nomeadamente, agora ecrãs por todo o lado, passeios exíguos, paragens de autocarro continuam sem abrigo, falta de passadeiras e problemas de insegurança rodoviária graves. -----

----- Nós temos ruas e estradas que para atravessamento, os peões põem em perigo a sua vida e isto não é aceitável num Município moderno. Nós temos locais no Município onde sistematicamente se registam velocidades excessivas e em que os munícipes solicitam a redução do limite de velocidade e não obtêm resposta. -----

----- Não se comprehende como é que em áreas urbanas, incluindo junto a escolas, nomeadamente em Miraflores há passadeira, mas depois não há medidas ativas nenhuma que acalmem as velocidades, não há fiscalização adequada também em Porto Salvo, em Tercena, Barcarena, Linda-a-Pastora, Queijas, nós temos velocidades estonteantes no meio de uma zona urbana e não temos realmente fiscalização. -----

----- Era muito importante, além das passadeiras, das lombas, termos melhorias no desenho das vias para reduzir as velocidades e termos uma campanha de tolerância zero ao excesso de velocidade em meio urbano. Estamos a falar da integridade física das pessoas e da sua vida, incluindo crianças. -----

----- Falar também da falta de opção vegetariana em escolas do Município de Oeiras. Os pais e encarregados de educação cujos filhos pretendem alimentação vegetariana, têm-se queixado, várias vezes, porque se verifica que a opção de alimentação vegetariana não aparece

nas escolhas aos encarregados de educação na plataforma SIGA. -----

----- Finalmente, e porque realmente esta é a última reunião antes das eleições, faço voto para que no próximo mandato as reuniões de Câmara públicas, sejam transmitidas como em qualquer Município moderno e que preze realmente a transparência e a proximidade entre os cidadãos e o poder autárquico, que haja para os vereadores e vereadoras da oposição, qualquer que ela seja, de qualquer força política que venha a ser oposição nesta casa, não apenas a disponibilização de um funcionário ou funcionária, assistente técnica, mas também de apoio jurídico, porque é mesmo importante e uma democracia saudável é também feita com a oposição e não com desejo de unanimismo. -----

----- Faço votos também para que haja uma elevada participação democrática nas eleições autárquicas, com redução da abstenção e que o Município e o Senhor Presidente cumpram efetivamente a lei que prevê especiais deveres de neutralidade e imparcialidade.” -----

15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Começo por cumprimentar todos os presentes internamente e também o público que ainda se encontra nesta sala e que hoje, de facto, tivemos aqui quase doze intervenções, é sempre bom, porque espelharam várias preocupações. -----

----- Retornando a uma informação que o Senhor Vereador Pedro Patacho mencionou no que respeita à reabilitação da Escola Secundária José Augusto Lucas, eu volto ao tema porque foi uma grande, grande conquista. -----

----- Estamos em dois mil e vinte e cinco, o processo de negociação começou exatamente há dez anos atrás, foram dez anos de negociação, muito tempo até ao desenvolvimento do estudo prévio, projeto de execução, revisão do projeto até chegarmos ao final desta caminhada com a devida concertação com o Governo, com o Ministério da Educação, com a CCDR e chegarmos a um valor de um projeto que é de elevada qualidade, irá proporcionar uma revolução dentro

daquela escola que durante quarenta anos não teve qualquer tipo de intervenção.-----

-----Dizer, que esta intervenção vai ser faseada e que estamos todos comprometidos, inclusive o empreiteiro para terminarmos a primeira fase já em dezembro, eu auguro tudo de bom para esta obra que termina em fevereiro de dois mil e vinte e sete que nos leva para um investimento de quase catorze milhões de euros.-----

-----Como o Senhor Vereador Pedro Patacho acabou de dizer temos um catálogo muito ambicioso de projeto, significa trabalho de casa, significa uma equipa proativa, seja o Departamento de Obras, seja o Departamento de Habitação, seja o Departamento de Projetos Especiais, todos eles fazem, executam projeto e obra, têm uma atitude proativa, seja internamente, seja no diálogo com as entidades externas, porque não trabalhamos de forma isolada.-----

-----Portanto, Oeiras está capacitada para o futuro e é isso que nos faz ser um território diferente na Área Metropolitana de Lisboa e no nosso país.-----

-----Dizer, que também estamos a viver a Semana Europeia da Mobilidade, demos ontem o pontapé de partida, é uma semana muito vocacionada para a mobilidade para todos, inclusiva, direcionada para um público mais jovem, começámos na Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em Paço de Arcos e hoje tivemos uma iniciativa em Carnaxide na Escola Camilo Castelo Branco, vamos ter a iniciativa que já tivemos no ano passado do encontro Nacional de Veículos Elétricos no Passeio Marítimo de Algés e, “cereja em cima do bolo”, no domingo, temos a marginal fechada e aí conseguimos perceber aquilo que é a vivência urbana que se pretende para aquela estrada como hoje é considerada, mas que pode ser uma verdadeira avenida urbana no futuro, quando tiver sobre a dominialidade e gestão do Município, é esse o nosso desejo, é essa a nossa ambição e tem sido fruto de muitas reuniões, não só com o Governo, mas também com as Infraestruturas de Portugal.-----

-----Dar-vos conta que vamos iniciar uma grande intervenção, amanhã eu e o



Câmara Municipal de Oeiras

Departamento de Obras vamos ter uma reunião com o empreiteiro da obra do Campus do Instituto Superior Técnico que é a nossa aposta na valorização e expansão da estrutura verde do nosso Município. -----

----- De facto, fazemos como ninguém, porque temos uma estratégia muito firme e consistente naquilo que é a expansão dos nossos espaços verdes tratados, e não só, é mais um parque verde que vamos entregar ao público, àquilo que é a vivência daquele polo tecnológico empresarial, mas também estudantil, académico do Taguspark. -----

----- Uma obra que não vamos iniciar porque vamos encerrá-la que é o Polo de Formação, em Outurela, eu espero que, no próximo mês, se o desempenho do empreiteiro assim o permitir que esta obra seja concluída e também seja entregue à comunidade. -----

----- Uma obra que não tem tanta visibilidade pública, mas faz parte daquilo que é a nossa estratégia e a forma como nós cuidamos os nossos. -----

----- Está em curso o futuro edifício da Câmara, o Fórum Municipal, mas ao longo destes últimos anos, temos desencadeado um conjunto de ações que nos permite dizer com firmeza que os nossos operacionais são os operacionais mais bem tratados do País, porque temos umas oficinas de Vila Fria em condições e temos secções de limpeza, um pouco espalhadas por todo o território que estão em condições devidamente requalificadas. -----

----- De todas elas, existem neste momento duas que nos falta desencadear obra, mas cujo projeto está concluído, portanto, o trabalho de casa está feito que é Carnaxide e Paço de Arcos. --

----- Todas as demais, obra concluída e devidamente mantida, mas estou a falar disto porque por via de um protocolo que estabelecemos com a Federação Portuguesa de Futebol, os contentores que estavam lá alocados funcionalmente ao Canal Onze vêm para as oficinas de Vila Fria, para a zona sul, junto ao posto de abastecimento e serão os futuros balneários dos nossos jardineiros. -----

----- Tínhamos um equipamento datado, obsoleto, que não oferecia as melhores condições

e postos de trabalho para os nossos operacionais e que, por via desta colaboração institucional, vamos conseguir proporcionar a breve trecho uma valorização e uma melhoria muito significativa para os nossos, isto está relacionado com as doze intervenções que tivemos hoje na reunião de câmara.-----

-----Não é correto, porque não é verdade, dizer que esta Câmara Municipal não tem uma política de proximidade, para já, porque temos um território com quarenta e seis quilómetros, portanto, é muito fácil, aliás, como viram pela alocução do Senhor Vice-Presidente, os assuntos que eram colocados eram do nosso conhecimento, é um território pequeno, mas próximo deste Executivo, porque este Executivo não faz política dentro do gabinete anda na rua e fala com as pessoas, conhecemos os problemas, a realidade real, não a fictícia. -----

-----Em Oeiras este Executivo conhece os problemas e tem uma noção de como é que se podem resolver, há problemas e há soluções, não é correto dizer que não há resposta. -----

-----Há respostas que não são imediatas, há respostas que implicam uma estratégia, há respostas que implica fazer projeto, negociações, expropriações, hoje em dia o problema já não existe.-----

-----Quantos anos é que demorámos a resolver a demolição dos prédios degradados da Avenida dos Bombeiros Voluntários, demorámos trinta anos num processo de negociação exaustiva.-----

-----A doutora Verónica Maia, o arquiteto Baptista Fernandes, a arquiteta António Lima foram quem acompanharam durante décadas este processo que foi exaustivo.-----

-----Já esquecemos, não, está nas nossas memórias, porque hoje em dia, a visualização, a imagem urbana daquela entrada do concelho em Algés é completamente distinta, portanto, não haver resposta, não é correto, há é respostas que não são imediatas.-----

-----No que respeita à acalmia de tráfego, temos a noção de que existem zonas com maior carga, como é o caso de Carnaxide, de Linda-a-Velha, de Algés, onde a pressão é muita, no que

diz respeito ao tráfego e ao estacionamento que temos que ter e ao contrário daquilo que a munícipe aqui veio dizer, que todo o estacionamento é tarifado, a questão não é o tarifado, é que quando existe pressão o espaço público tem de ser regulado, é fundamental porque é um bem raro, se não regularmos então é que os nossos munícipes reclamam ainda mais. -----

----- No caso daquela munícipe, todos os oeirenses que se inscreverem têm para si cento e vinte minutos gratuitos em qualquer espaço do Concelho de Oeiras, ela é beneficiada, mas não sabia deste benefício. -----

----- Amanhã vou ao Alta da Montanha porque os moradores e porque aquela zona já começa a ser habitada, reclamam de melhoria de acalmia de tráfego, portanto, todos os nossos munícipes são ouvidos, seja por email, seja por virem aqui à Câmara, através de uma reunião e não é só com o Executivo, é com a estrutura técnica, com a estrutura dirigente ou com os operacionais. -----

----- Há pouco vinha da Praia da Torre, estavam lá uma série de jardineiros que estavam a ouvir as pessoas, é esta a forma como nós lidamos com o nosso território e atuamos na política. --

----- Não faz só política o Presidente da Câmara ou os Vereadores, fazem política todos aqueles que atuam e trabalham no Município de Oeiras, porque encarnamos o problema e sabemos como caminhar para a solução. -----

----- Hoje não faço nenhum ponto de situação, nem nenhum balanço sobre o que foram estes quatro ou oito anos, porque diz-me o Senhor Presidente que temos mais uma reunião de Câmara. -----

----- Peço-vos a necessária compreensão porque vou ser um pouco mais exaustiva para fazer o balanço do que foram estes oito anos como Vereadora em que incorporei orgulhosamente Oeiras.” -----

16 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

----- O Senhor Vice-Presidente iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte:

-----“No dia quatro de setembro, estive na entrega de material escolar, quase tudo já foi dito sobre quase todos esses assuntos, exceto um ou dois. -----

-----No dia cinco a Festa das Vindimas.-----

-----No dia sete de setembro, no Dia Internacional da Moldávia em representação do Senhor Presidente com o qual estava presente o Senhor Embaixador da República da Moldávia e a Senhora Embaixadora da Roménia, no Jardim Municipal de Oeiras.-----

-----No dia dez de setembro, a atribuição dos diplomas aos melhores alunos finalistas do ensino secundário. O Senhor Vereador Pedro Patacho falou com muito mais propriedade do que aquilo que eu seria capaz, sobre a importância do reconhecimento ao verdadeiro mérito destes alunos, meritocracia em boa parte dos casos é uma fraude, nestes casos é o reconhecimento do trabalho e da capacidade daqueles alunos.-----

-----No dia onze de setembro estive na visita às obras de requalificação da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, num processo que foi muito mais tumultuoso do que aquilo que devia ser, decorrente do acordo que houve da Associação Nacional de Municípios com o Governo da República que não previa o valor correto para intervenções desta natureza e que como tal teve de ter esforço político suplementar do Presidente da Câmara.-----

-----Histórias que ficam muitas vezes nos gabinetes, mas que nós sabemos o quanto difícil foi encontrar recursos para fazer aquela obra. Era bom que o público em geral tivesse conhecimento desta matéria, porque muitas vezes para estas obras acontecerem, e quem agita os pais e a comunidade contra a Câmara, que diziam que devia fazer a obra rapidamente, não tinha sequer a mínima noção do quanto difícil foi encontrar recursos para o fazer e o quanto força política foi necessário exercer.-----

-----Ontem estive também em representação do Senhor Presidente na cerimónia de tomada de posse do novo comandante do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, no quartel em Paço de Arcos, ocasião na qual desejei a melhor das sortes ao novo comandante,

compreendendo, o comandante da missão de servir e de liderar os bombeiros e as bombeiras de Paço de Arcos.-----

----- Hoje de manhã, estive na abertura também em representação do Senhor Presidente na conferência Comic Con To Business no grande auditório do Taguspark, um evento que já vem sendo realizado há alguns anos no Concelho de Oeiras e que é marca da indústria da inovação e da criatividade. É interessante como o “Comic Con” nasce na periferia da criatividade e torna-se “mainstream” há alguns anos.-----

----- Depois Senhor Presidente com a sua licença, vou fazer algo que várias vezes faço, que é elogiar um Vereador, no caso concreto queria elogiar a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, que nos trouxe e ficou bem patente hoje a diferença entre o que é um Vereador que assume responsabilidades e um Vereador que faz do cargo um panfleto. -----

----- O trabalho que foi desenvolvido na COP - Conference of the Parties, o envolvimento com os serviços, o envolvimento com a comunidade e os resultados, mostram toda a diferença. A COP para quem não segue com tanta atenção faz enormidades pelos jovens que participam nelas. Seja no que respeita à participação cívica desenvolvida a partir de idades muito jovens, seja porque têm contacto com assuntos com outra profundidade do que aqueles que são discutidos na escola, que são assuntos que tem haver com a vida coletiva global do mundo. Nós estamos a formar com as COP jovens cosmopolitas, abertos ao mundo com outro tipo de sensibilidade.-----

----- Mérito à Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, que coordenou este processo e que demonstrou o que é ser uma oposição que assume responsabilidades e que faz a diferença, com uma oposição que é só inútil e panfletária.-----

----- Os cargos executivos servem para fazer coisas, para exercer poder, na minha opinião humilde, e a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho agora que estamos na última reunião pública, exerceu esse poder e essas responsabilidades da forma como devem ser assumidas, fazendo. Não assumindo como suas as opiniões de terceiros, mas dando o seu contributo para o

bem estar geral da comunidade. Certamente que o seu trabalho marcou a vida daquelas pessoas, não marcou apenas uma publicação nas redes sociais.”-----

17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“No passado dia três de setembro, realizei visitas, isto a propósito da participação, é interessante quererem-nos dar lições sobre participação pública, participação com os cidadãos, ouvir os cidadãos.-----

-----Com a maior humildade, confesso que já ganhei dez eleições. Só dez e, com certeza, que não foi por andar por aí a olhar para o ar, porque falo com milhares de pessoas e, naturalmente que sou responsabilizado por milhares de projetos, pela satisfação de necessidades da maioria da população deste Concelho.-----

-----Uma das minhas práticas são as visitas ao Concelho e as audiências. Eu recebo dezenas de pessoas todos os dias. -----

-----Ainda hoje, por exemplo, muitas das minhas visitas, umas são organizadas, outras são intempestivas, visitei Porto Salvo, na sequência de uma informação que me chegou ontem numa reunião de planeamento.-----

-----Um cidadão que mandou uma carta ao Presidente da Câmara, dizendo que se sentia perseguido pela Câmara Municipal que não lhe resolviam os problemas. Eu achei aquilo realmente tão grave que resolvi ir lá fazer a visita e fui acompanhado dos técnicos e dirigentes da Câmara da respetiva área.-----

-----É claro que cheguei lá, falei com as pessoas, naturalmente, foram informadas, tratava-se de uma casa antiga, que precisa de ser requalificada mas que pode ter uma ampliação, os Serviços da Câmara e bem, entendem que não pode ser demolida na totalidade, que há lá alguns apontamentos de cantarias que devem ser salvaguardados, enfim, aquele problema que,

naturalmente, existe com frequência entre visões diferentes de arquitetos. -----

----- Neste caso, nem sempre acontece, mas neste caso identifiquei-me perfeitamente com a perspetiva dos arquitetos da Câmara, acho que eles tinham razão. Mas claro, esmiuçámos o projeto e verificámos que se trata de uma situação que já tinha tido aprovado, um projeto antes do Covid, em dois mil e dezassete. -----

----- Depois com a história do Covid, claro as coisas atrasaram-se, as pessoas pensaram de maneira diferente e apresentaram outro projeto, esse projeto deu entrada em novembro do ano passado e só agora é que está prestes para ser despachado, porque já devia ter sido mas a técnica que tinha o processo entrou de férias e, naturalmente que não houve um técnico para substituir a que estava de férias, porque, como sabem, nós temos falta de arquitetos, temos falta de engenheiros, abrimos concursos para arquitetos, abrimos concursos para engenheiros, não aparecem porque os salários realmente são baixos e, portanto, os que estão cá dentro fazem milagres. -----

----- Isto a propósito de quê? -----

----- Desta preocupação que, às vezes alguns dos senhores vereadores que gostam de ser o centro das atenções, acham que qualquer requerimento que fazem, a lei diz que é para ser respondido em dez dias, tem de ser respondido em dez dias para a Câmara Municipal, porque só há aquilo para fazer. -----

----- Ora bem, este particular, desde novembro que está à espera de uma decisão da Câmara Municipal. -----

----- Também tem prazos, é lamentável que isso aconteça. Eu sou o primeiro a lamentar isso, mas não é possível, às vezes responder no prazo que está estabelecido na lei e não é ilegal não responder no prazo, esse é o problema. -----

----- Não é ilegal não responder no prazo. Na realidade, a lei impõe determinados prazos que têm de ser cumpridos se, porventura, não houver razões de força maior para não serem

cumpridos. -----

----- É óbvio que, em muitos processos, não é possível e, por isso mesmo são utilizados até vários expedientes e são utilizados em todas as câmaras municipais, nós tentamos corrigir tudo isso, às vezes num processo pede-se mais um elemento e depois manda esse elemento, afinal é preciso mais um. -----

----- Claro que no imediato todos nós dizemos assim, mas porque é que não se pede tudo no despacho saneador, quando se está a sanear um processo, ora falta isto, ora falta aquilo, ora falta aquelloutro, etc.. -----

----- O problema é que nada é perfeito, todos nós tendemos para a perfeição, pelo menos as pessoas que realmente têm um sentido sobre a sua existência, quererão ser cada vez mais perfeitas, mas a verdade é quase inatingível e, portanto, naturalmente que um processo ou um projeto, que vem instruído com determinadas peças e a dada altura, já no final do processo, descobre-se afinal falta isto, não se pode imputar que é sempre responsabilidade e que devia ter sido visto logo no início. Isto a propósito dos prazos para responder. -----

----- Como calculam, eu não respondo a nada, não tenho que responder a nada. Eu sou o responsável da Câmara por tudo o que se passa na Câmara. -----

----- Eu não sou daqueles que diz que não é responsável. Sou responsável por tudo, mas não conheço tudo. -----

----- Eu não sei tudo o que se passa na Câmara e quando sei coisas que eu acho que devia saber e não sei, fico aborrecido. Isso acontece com alguma frequência, mas, naturalmente que tenho que compreender e, portanto, parcial e dependente seria, se em função da pessoa “A” ou da pessoa “B”, seja ela quem for, eu próprio tomasse medidas para que houvesse uma reação. Eu não faço isso. -----

----- Se há requerimentos que não são respondidos em dez dias, há recurso, há isso tudo e quem tem que responder se defenderá. Agora como calculam, primeiro nem sei que

requerimentos é que são apresentados, eu sei com frequência é a resposta que é dada pelos Serviços e a resposta que é dada pelos Serviços, às vezes vem com vinte ou trinta dias e às vezes até mais. -----

----- Agora, não posso é fazer um despacho aos Serviços a dizer a prioridade é a resposta às questões colocadas pelo vereador “A” ou pelo vereador “B”.-----

----- Não, porque a prioridade é responder às questões que o presidente da Câmara põe. Quem tem prioridade é o presidente da Câmara e, portanto, a prioridade a responder às questões que o presidente da Câmara coloca e depois vêm as outras prioridades.-----

----- Isto no fundo para dizer à Senhora Vereadora Carla Castelo que se há um requerimento ou outro que não está respondido, aguardemos que os Serviços preparem a resposta devida. -----

----- Depois, questões sobre imóveis do património municipal sem uso. Não temos nenhum sem uso. Que eu saiba não temos nenhum imóvel sem uso. Pode estar, por exemplo, estou-me a lembrar, a Casa do Mar está sem uso, mas tem o projeto pronto, vai ser aberto o concurso público agora para instalar a Fundação do Mar. -----

----- O antigo quartel dos bombeiros aqui de Oeiras, já tem o círculo da arquitetura e tem o projeto quase pronto para avançar com as obras da junta de freguesia. Julgo que no primeiro trimestre do próximo ano abrirá o concurso público. -----

----- Portanto, não tenho conhecimento de imóveis degradados. -----

----- Despesas de fundo de maneio, os Serviços que respondam, mas a Senhora Vereadora tem acesso a isso tudo, portanto, julgo que tudo isso é claro, mas vem-se logo falar em falta de transparência e por aí fora. Isso é público, aliás, qualquer jornalista chega aí, aliás, acho estranho às vezes fazerem determinados requerimentos aqui na Câmara, já depois de ter saído a notícia nos jornais, é uma coisa estranha, ou depois de ver até nas redes sociais, mas os Serviços que respondam e é essa a orientação que eu dou, respondam de acordo com as possibilidades que têm

de responder. -----

-----Cervejeira de Carnaxide, vamos ver, julgo que estarão em obras, mas eu mandarei averiguar isso. -----

-----Quanto aos problemas vários que foram colocados de mobilidade, acessibilidades, velocidades, tudo isso, naturalmente que a melhoria tem que ser constante e a Câmara Municipal está atenta a isso, aliás, basta sair aqui da Câmara, quem quiser sair do Concelho de Oeiras e, portanto, não é que os maus exemplos nos sirvam de alguma coisa, mas não há nada como ver o que se passa à nossa volta e verificar se realmente estão numa situação melhor do que a nossa ou se nós, apesar de tudo, não somos um exemplo. -----

-----Agora é indiscutível que há aqui alguns problemas que têm a ver com o exercício da fiscalização. Em muitas das situações os limites de velocidade já estão estabelecidos, a Marginal tem neste momento um limite de velocidade de cinquenta quilómetros por hora, no entanto, à noite não se pode estar aqui na Marginal em lado nenhum, particularmente entre as dez e a meia noite, porque as motas, eu já chamei a atenção às autoridades várias, as motas passam ali a cento e vinte, cento e quarenta e cento e cinquenta quilómetros por hora, com uma velocidade brutal, com os “rateres” no máximo e, portanto, é lamentável, as pessoas realmente queixam-se, mas ninguém os manda parar, nem põe lá radares, nem põe polícia a fiscalizar e a Câmara Municipal, todas essas questões que a Senhora Vereadora aqui chamou, já nós estamos fartos de chamar a atenção sobre isso, portanto, aguardemos. -----

-----Mas qualquer dia vai haver uma boa notícia, mas eu não a dou aqui, porque a quero dar num vídeo, mas vou ter alguns partidos políticos a dizerem “nós é que fomos” e, por isso, é que eu não falo disso aqui, mas, por acaso, tenho uma boa notícia para dar um destes dias. Só estou à espera de um acontecimento para poder dar essa notícia. -----

-----Portanto, tolerância zero estamos de acordo. -----

-----Quanto à alimentação vegetariana, isso é uma questão que o Senhor Vereador Pedro

Patacho depois averiguará, não é para responder agora. É para averiguar e depois informar. -----

----- No que diz respeito ao futuro, o futuro o dirá.-----

----- Já ficava surpreendido se a Senhora Vereadora Carla Castelo não falasse aqui da transmissão destas reuniões. Eu digo aquilo que sempre disse, para que a Câmara se transforme na chicana que foi a última Assembleia Municipal, não vale a pena fazer transmissões televisivas ou através da internet. De todo o modo quem cá estiver tomará as decisões que deve tomar.-----

----- Quanto aos apoios, não deixa de ser caricato a Senhora Vereadora estar sempre a falar nisso, porque na realidade nesta Câmara sempre se cumpriu a lei e, portanto, sempre foi dado apoio aos vereadores da oposição. O apoio que a lei estabelece, exatamente o apoio que a lei estabelece. Nunca se deu nem mais nem menos do que aquilo que a lei estabelece e, de acordo com as informações das câmaras municipais aqui à volta o apoio é igual. -----

----- Portanto, não percebo o porque de se pretender ter um tratamento privilegiado, que a lei não permite, é que a lei não permite, portanto, não é assim. De maneira que eu reitero aquilo que sempre disse e depois das eleições cá estaremos. -----

----- Entretanto, já agora, devo dizer-vos que iremos ter mais uma reunião, mas essa reunião, porque esta é a última deste mês, iremos ter mais uma reunião que será no final deste mandato, no dia quinze de outubro. -----

----- As eleições são no dia doze de outubro, a posse da nova Câmara será com certeza lá para vinte e sete ou vinte e oito de outubro...” -----

----- Acrescentou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Vinte e cinco é sábado.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Sim, mas vai depender da questão dos resultados, a publicação dos resultados, portanto, em princípio, vamos apontar para que quinze de outubro.” -----

18 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O Senhor Presidente iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“No dia quatro de setembro, no Páteo das Araucárias, eu não estive lá, mas foi a entrega de material escolar.-----

-----No dia cinco de setembro, às dez horas e trinta minutos, estivemos na inauguração do Centro Cultural de Barcarena. Eu abstenho-me de produzir qualquer referência agora ao Centro Cultural de Barcarena, porque já disseram tudo.-----

-----Só posso dizer que é realmente um equipamento fantástico, lindíssimo e que vai naturalmente corresponder às necessidades de muita gente, de muitos municíipes. Eu tenho até a sensação que quem vai beneficiar mais daquilo vão ser cidadãos de Sintra, daquela zona ali de Massamá e tal, vai haver muita gente dali.-----

-----Depois, no mesmo dia, no Casal da Manteiga, foram feitas as vindimas.-----

-----No dia seis de setembro, na Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, a Oeiras Equestre dois mil e vinte e cinco, cerimónia de encerramento e concurso internacional de atrelagem de tradição, que alguns entenderam que isto era uma ação de campanha eleitoral. -----

-----Chegou à Comissão Nacional de Eleições, uma queixa sobre este evento, como calculam e, ao que parece, este evento tinha porco, pipocas, eu por acaso fui lá mas não vi pipocas nenhuma, não tive oportunidade de provar, mas trata-se de um evento realizado há vários anos que sempre teve o apoio da Câmara Municipal, é um apoio que tem financiamento da Câmara, promovido por uma entidade privada, associativa e que, como sempre fazem, pedem a cordialidade do Presidente da Câmara assinar o convite.-----

-----O convite foi feito em nome do Presidente da Câmara e do promotor da associação e vejam bem que nem sequer vi que aquilo tinha lá, presunto ou porco. Nem me apercebi que tinha esses petiscos no convite, mas foi logo uma participação para a Comissão Nacional de Eleições de que aquilo era propaganda eleitoral e que eram subsídios, etc.-----

-----Isto demonstra bem o clima que algumas pessoas gostam de criar, mas também dizer-

vos que já houve se não estou em erro vinte participações à Comissão Nacional de Eleições.-----

----- O lançamento da primeira pedra da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas e a inauguração aqui da habitação na Rua Heliodoro Salgado.” -----

----- Atalhou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “A Assembleia Municipal.” -----

----- Continuou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Eu não percebi o porquê, mas na Assembleia Municipal, curiosamente a deputada da Coligação Evoluir, tinha lá no ecrã virado para a câmara “Alternativa em Oeiras”. -----

----- Vejam bem, o Presidente da Câmara não podia mostrar os prémios, mas a deputada da Coligação tinha lá virada para toda a gente a alternativa e não sei o que, mas de qualquer maneira estas inaugurações e a transmissão em direto limita-se a transmitir o facto.-----

----- O Presidente da Câmara tem que se conter, por exemplo, quando inaugurámos as casas aqui da Rua Heliodoro Salgado, é claro que numa circunstância normal eu diria: -----

----- “Estão a ver?-----

----- Isto é um pequeno exemplo. Já recuperados mais de quarenta prédios. -----

----- Olha o Villa Longa, fantástico, uma coisa espetacular. -----

----- Nós fizemos ali o Largo da Boavista e temos mais de dez prédios em recuperação, são mais cem apartamentos de habitação jovem.” -----

----- Na escola podia dizer:-----

----- “Temos mais cem milhões de euros para investir e não sei o quê...”-----

----- Por acaso, ali no caso da escola até houve uma gafe que eu só me apercebi à meia-noite, aí até comprehendo que reclamem. Nesse caso até comprehendo, porque eu só me apercebi à meia-noite, quando ia para casa, é que vi que tinha sido passado um vídeo que referia intervenções noutras escolas e, portanto, estava fora da inauguração. -----

----- Nesse caso até dou de barato e, por isso mesmo, eu mandei retirar imediatamente.----

-----Agora, a Biblioteca de Tercena, eu não pude dizer sequer “esta biblioteca é maravilhosa”, “esta biblioteca é a melhor biblioteca do País”, “ninguém faz bibliotecas como nós”, etc. -----

-----Portanto, eu contengo-me. É a inauguração, é o facto, mostra-se a coisa e diz-se qual é a composição, como é que é, quanto custou e mesmo assim, vinte participações na Comissão Nacional de Eleições. -----

-----No mesmo dia, à tarde, a festa anual da Lage. Uma festa muito bonita, organizada pela Associação Lage em Movimento. -----

-----No dia oito de setembro, visita à Associação Cultural Sénior de Algés, que já estão apertados naquelas instalações e querem uma ampliação. -----

-----No mesmo dia, recebi também os agrupamentos de escuteiros. Digam lá se nós não temos participação com os cidadãos. Mais do que isto? -----

-----Quer dizer, o que eu recebo, aquilo que visitamos, as pessoas com quem falamos na rua, neste Concelho ninguém se fecha, todos nós conversamos, agora, nós temos é uma comunidade muito exigente. Isso é indiscutível. -----

-----Eu há dias também estava em Paço de Arcos, estava a almoçar e a dada altura vi nas redes sociais que havia uma notícia, tinha posto um vídeo muito bonito com jardins e alguém foi lá comentar dizendo que eu não via o que estava à minha frente, porque ali a Rua Costa Pinto estava cheia de lixo. -----

-----Dá-se a circunstância que eu estava mesmo ao fundo, ao pé do Palácio, estava lá na hamburgueria e pensei Costa Pinto, então vou fazer isto a pé até ao mercado. -----

-----Meti-me por ali fora e acreditam que não encontrei um papel? -----

-----Um papel, mas quando cheguei ao pé da creche, ali em frente ao antigo quartel, vi que havia muitas folhas no chão, porque eram dias de muito calor e o espaço estava cheio de folhas e eu não resisti e fui comentar: -----

----- “Mas onde é que está o lixo?” -----

----- Lá me disseram que eram as folhas e tal. As folhas, caiem a toda a hora.-----

----- Até foi uma senhora à Assembleia Municipal, muito zangada, porque lá na zona dela só se limpavam as folhas dia sim, dia não, portanto, não pode haver maior elogio do que este. -----

----- Uma Câmara Municipal que dia sim, dia não limpa as folhas, isto está escrito, está em ata, uma Câmara Municipal que dia sim, dia não limpa as folhas é extraordinário, mas isto traduz o grau de exigência dos nossos cidadãos, esse é que é o problema. -----

----- Portanto, havia ali folhas e as folhas, obviamente, não se podem estar a limpar duas ou três vezes ao dia e muito menos nesta época agora. Daqui até novembro é o cair da folha.” -----

----- Neste momento saiu definitivamente da sala a **Senhora Vereadora Joana Baptista**.

----- Continuando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Tive uma reunião com todos os agrupamentos de escuteiros aqui do Concelho e, já agora, quero-vos dizer que não fui eu que os chamei, foram eles que quiseram vir todos.-----

----- No dia dez de setembro, visitei a Casa Europa - Centro Europeu Intergeracional - PróAtlântico, porque antes que andassem a minar etc., como sabem, há o propósito de fazer um novo centro de saúde no Dafundo e, embora estejamos ainda a estudar alternativas, é provável que o sítio mais adequado para fazer o novo centro de saúde seja onde estava hoje a ProAtlântico e a ProAtlântico poderá passar por onde está o centro de saúde. Têm todas as condições para terem uma área idêntica, pura e simplesmente terá que se encontrar uma fase transitória para a prontificar. -----

----- Depois, nesse mesmo dia, foi a entrega de prémios aos melhores alunos finalistas, é sempre uma cerimónia muito bonita.-----

----- No dia onze de setembro, tivemos o Ministro da Educação em Linda-a-Velha. Finalmente, dá um prazer enorme ver aquelas obras numa escola em que há quarenta ou cinquenta anos não havia obra nenhuma.-----

-----Transitou, mas é um bom exemplo do presente envenenado da descentralização, porque faz-se a descentralização, mas não se transfere o pacote financeiro. Passam as obras ou passam as escolas para a responsabilidade dos municípios, mas o dinheiro vem quando o Estado tiver dinheiro e então, obviamente que o ónus fica em cima das câmaras municipais e se uma escola está degradada, o que vão dizer é “a Câmara não faz”. -----

-----Claro, dessas já o Estado se viu livre, portanto, estes processos de transferência de competências, quando não são devidamente feitos dão sempre mau resultado. -----

-----No dia doze de setembro, estive da inauguração da Rua Padre Manuel Martins, que foi um padre que esteve trinta anos ali em Linda-a-Velha, fez um trabalho extraordinário, o centro de dia, o lar da terceira idade da igreja, a escola de música, a cresce da Outurela, tudo isso foram equipamentos promovidos e liderados pelo Padre Manuel Martins. -----

-----No mesmo dia, às vinte horas e trinta minutos, estive no Parque dos Poetas, na abertura/boas vindas da gala do Big Brother e fiquei impressionado, porque estavam lá cinco mil pessoas e, realmente, só o futebol é que tem aquela coisa e as pessoas estavam entusiasmadas. Eu não aguentei muito tempo, mas fiquei surpreendido com o entusiasmo deste tipo de atividade. ---

-----Depois, estive presente no dia treze de setembro, às quinze horas, na Fundação Calouste Gulbenkian, no encontro “Compromisso com a Cidade” Jubileu dois mil e vinte e cinco, onde estava presente o Presidente da República e outras autoridades nacionais e estrangeiras.-----

-----No mesmo dia, decorreu a abertura do Encontro Talentos em Porto Salvo. -----

-----No dia catorze de setembro, domingo, a Corrida do Tejo. A Corrida do Tejo, não vale a pena dizer nada, é a melhor corrida de Portugal, num ambiente paisagístico único. -----

-----Por acaso, tenho aqui a resposta à Senhora Vereadora Carla Castelo, que diz o seguinte será de dar conhecimento ao Executivo, relativo a uma declaração de voto da Senhora Vereadora Carla Castelo, na reunião de Executivo de nove de julho de dois mil e vinte e cinco,

alteração ao alvará de loteamento, se calhar já dei conhecimento disto: -----

----- “Será de dar conhecimento ao Executivo numa próxima reunião de Câmara acrescentando, no que às referências de eventual “inconstitucionalidade” dos indicadores de controle do PDM, o seguinte: -----

----- O PDM de Oeiras, tanto no modelo urbanístico como nos aspetos regulamentares, no que a aplicabilidade dos indicadores diz respeito, nunca foi questionado por nenhuma entidade que foi solicitada a dar parecer ao seu sistema de controle (tanto na elaboração como na fiscalização jurídico contenciosa), o qual e com as devidas adaptações, vigora desde a versão de mil novecentos e noventa e quatro.”-----

----- Isto já lhe foi-lhe dado conhecimento Senhora Vereadora?” -----

----- Respondeu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Já me mandaram.” -----

----- Prosseguindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Porque às vezes questionam e há dias alguém me perguntava, não faço ideia quem, mas tenho a ideia que da Assembleia Municipal, se tínhamos um estudo económico para o impacto da publicidade às bolsas de estudo, dos “outdoors” relativos às bolsas de estudo. -----

----- Ali não é para ter impacto económico, é para ter impacto social. Quando pomos um “outdoor” a informar que estão abertas candidaturas para esta ou para aquela, seja para concorrer a habitação, seja para concorrer a bolsas de estudo, do que se trata é de informar. -----

----- Não há retorno económico, nem tem que haver, é uma informação a dizer está a decorrer deste concurso. O impacto económico é depois nas bolsas. -----

----- Está aqui uma revista muito interessante, se alguém tiver interesse eu posso lhe mandar que se chama “Super Interessante, Edição Biblioteca, Os primeiros portugueses, Pré-história no território de Portugal”. -----

----- Isto era uma coisa que eu queria mostrar, mas que agora não consigo, porque é um

artigo extraordinário, excelente, que vem aqui a propósito do Castro de Leceia. -----

-----Desemprego registado em Oeiras - primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco:-----

-----“Em Oeiras, o desemprego registado atingiu o valor de três mil quatrocentos e noventa e um indivíduos, ...” -----

-----É interessante esta tendência. -----

-----“... menos oito vírgula oito por cento face ao mês de julho de dois mil e vinte e quatro e menos zero vírgula quatro por cento face ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco.----

-----No primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco, houve uma média de três mil setecentos e quatro residentes em Oeiras registados como desempregados no Centro de Emprego de Cascais o que representa uma descida de seis por cento face à média do primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro.” -----

-----Portanto, é realmente muito positivo. -----

-----No dia onze de setembro, fui visitar o estacionamento que está em construção no UDRA - União Desportiva e Recreativa de Algés e também não deixa de ser interessante a forma como se valorizam e desvalorizam as coisas.-----

-----Como sabem, foi inaugurado um parque de estacionamento junto à Ribeira de Algés, com cerca de cento e quarenta ou cento e cinquenta lugares e aquilo foi ouro sobre azul porque, curiosamente, mal aquilo ficou pronto entrou em obras uma garagem que também tem de cento e quarenta ou cento e cinquenta lugares, ali ao lado do Largo Comandante Augusto Madureira. ----

-----De maneira que, se calhar também foi por isso, começaram as obras e, imediatamente, o parque de estacionamento encheu.-----

-----Depois, vi nas redes sociais, também não sei quem é que anda a pôr essas coisas, a dizer que as obras que estavam a decorrer no UDRA, aquela remoção de terras para fazer mais um parque de estacionamento provisório, que eu tive a oportunidade de informar a Câmara, o parque provisório para cerca de cem lugares de estacionamento.-----

----- Vejam bem, há mais de trinta anos também andávamos a negociar para trás e para diante, com a proprietária daqueles terrenos que, aliás, juntamente com a Habitat são os proprietários do campo de futebol também e, finalmente, conseguimos chegar a um acordo e a Câmara Municipal pôde iniciar imediatamente aquelas obras para fazer um estacionamento provisório e, imediatamente, já se estão a iniciar os estudos para a construção de dois parques de estacionamento para setecentos lugares e o campo de futebol em cima, mas vi nas redes sociais que tudo isso era mentira, que não havia nada. Pois não, enquanto não está feito não há, mas para se fazer tem que se começar por algum lado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

----- “Não sei se não tem nada a dizer sobre aquilo que perguntei relativamente aos prédios na Avenida Luís Freitas Branco, no Bairro Laveiras/Caxias, nomeadamente, o número trinta e sete onde vivem mais de quarenta pessoas.” -----

----- Retorqui o **Senhor Presidente**: -----

----- “Posso-lhe dizer que já foram feitas obras nalguns desses prédios, não sei se é nesses, a Câmara Municipal realizará todas as obras que forem necessárias para garantir, até porque foram prédios que foram vendidos pela Câmara Municipal e, portanto, a Câmara já fez obras em dois ou três desses prédios, não sei se o que está a citar já foi objeto de obras ou não, a Câmara Municipal assegurará as obras em todos aqueles prédios. É o que eu posso dizer.” -----

----- O Departamento de Habitação tem conhecimento dessa situação e estarão a ser tomadas as medidas adequadas à resolução do problema, portanto, isso será resolvido.” -----

----- Senhor Vereador Nuno Neto, como é que isso está?” -----

----- Mencionou o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

----- “Já tive a oportunidade de esclarecer na Assembleia Municipal diversas vezes, posso esclarecer novamente agora.” -----

----- Referiu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Sim, sim.-----

-----A Câmara está a acompanhar?” -----

-----Informou o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

-----“A Câmara está a acompanhar, há trezentas e onze candidaturas de proprietários...” -

-----Interrompeu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não é isso que eu estou a falar, isso já se explicou mil vezes, não é preciso. -----

-----Relativamente a patologias nos prédios de Caxias.” -----

-----Explicou o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

-----“Na Avenida Freitas Branco, houve um prédio com a intervenção infraestrutural em dois mil e doze, um processo antes de eu chegar, depois em dois mil e dezoito ou dois mil e dezanove, se não me engano, houve uma intervenção semelhante no prédio do topo da rua e não temos conhecimento de haja a mesma patologia que se verificou por deslizamento de terras por baixo dos prédios, estes que estavam identificados e que sofreram intervenção, no entanto, poderemos analisar.” -----

-----Indicou o **Senhor Presidente**:-----

-----“O Senhor Vereador irá providenciar isso e informa-me, sendo certo que aquilo que acabei de referir é que a Câmara Municipal assegura todas as obras que forem necessárias.” -----

-----Esclareceu a **Chefe da Divisão de Promoção e Conservação da Habitação, arquiteta Angelina Sequeira**: -----

-----“A equipa técnica da habitação já se dirigiu ao edifício em questão, o número trinta e sete da Avenida João Freitas Branco e estivemos a fazer aquilo que é a inspeção visual do edifício. -----

-----Já temos um relatório realizado pela equipa e já agendados uma reunião que vai decorrer amanhã no período da tarde com a administração do condomínio. -----

-----Mais será de referir que também consultámos o ISQ - Instituto de Soldadura e

Qualidade e o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para nos apresentar uma proposta para fazerem um relatório com metodologias que eles têm mais apropriadas, para atestar aquilo que estes moradores referem. -----

----- No nosso ponto de vista, neste momento, por aquilo que nós estivemos a verificar é um problema de falta de manutenção, porque os edifícios em questão há mais de dez anos que não tem obras de manutenção e as fissuras que eles alegam ser estruturais, não são mais do que patologias normais da construção pela idade que os edifícios têm.” -----

----- Declarou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Quando vierem os relatórios das entidades sobre essa matéria, a Câmara Municipal fará as obras que for necessário. Sempre foi assim, não é pelo facto, de agora haver uma Vereadora da oposição que é alternativa, porque o Partido Socialista deixa, não percebi ainda o que é que o Partido Socialista anda a fazer, acho que anda a dormir, quer dizer, têm mais votos e permite que a alternativa seja a extrema-esquerda, é uma coisa estranha.” -----

----- Citou a **arquiteta Angelina Sequeira**: -----

----- “O Departamento de Habitação está completamente a acompanhar todos os edifícios e todas as administrações de condomínio.” -----

----- Indicou o **Senhor Presidente**: -----

----- “Serão feitas as obras.” -----

----- Solicitou a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Como pedi há bocadinho, gostaríamos de ter acesso a este relatório da inspeção feita pelo Departamento de Habitação.” -----

----- Referiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Façam chegar.” -----

19 - PROPOSTA Nº. 877/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO DESTINADA À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE

CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DE OEIRAS, PARA OS ANOS DE 2025 A 2028 - NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO - PD 270-SIMAS/2025: -----

-----A Câmara deliberou, maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em nove de setembro, na qual deliberou autorizar a adjudicação da proposta apresentada pela entidade “Olico - Materiais para Construção Civil, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada” destinada à empreitada de remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de consumo, no Concelho de Oeiras, para os anos de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito, pelo preço contratual de duzentos e onze mil quinhentos e setenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com o prazo de execução de mil e noventa e cinco dias, após a consignação. Face ao caráter plurianual, deverá ser afeto para fins de compromisso o seguinte: o valor de onze mil setecentos e cinquenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, ao ano dois mil e vinte e cinco, o valor de setenta mil quinhentos e vinte e três euros e vinte e oito cêntimos, a cada um dos anos de dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete e o valor de cinquenta e oito mil setecentos e sessenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e oito, todos acrescidos de IVA e sujeitos ao regime de inversão de sujeito passivo. -----

-----A nomeação do técnico Fábio Miguel Coelho Renda, como coordenador de segurança em fase de obra e como diretor de fiscalização da mesma empreitada. -----

-----A celebração de contrato escrito.-----

----- A respetiva minuta. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e três, de vinte e nove de outubro. -----

----- Lei número quarenta e um, de dois mil e quinze, de três de junho. -----

----- Lei número quarenta, de dois mil e quinze, de um de junho. -----

20 - PROPOSTA Nº. 878/25 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA EMPREITADA DE PREVENÇÃO, CONTROLO E MITIGAÇÃO DE CHEIAS NA BACIA DE DRENAGEM DA RIBEIRA DE MASSAMÁ, AO LONGO DA AVENIDA INFANTE DOM HENRIQUE, EM TERCENA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD 273-SIMAS/2025:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em nove de setembro, na qual deliberou autorizar a adjudicação da proposta apresentada pela empresa “PMT - Coordenação e Gestão de Projectos, Limitada”, para a prestação de serviços, destinada à fiscalização externa da empreitada de prevenção, controlo e mitigação de cheias na bacia de drenagem da ribeira de Massamá, ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena, no

Concelho de Oeiras, pelo valor total de cento e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito euros e setenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de seiscentos e quinze dias, prevendo-se o seu início em outubro de dois mil e vinte e cinco e seu término em junho de dois mil e vinte e sete, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e sete, devendo, face ao caráter plurianual da prestação de serviços em causa, ser afeto para fins de compromisso, o valor de vinte mil quatrocentos e sessenta e sete euros e catorze cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e cinco, o valor de oitenta e um mil oitocentos e sessenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e seis e o valor de trinta e sete mil quinhentos e vinte e três euros e nove cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e sete, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----A exclusão da proposta apresentada pela empresa “RYB - Raise Your Business, Limitada”, uma vez que: “considera o Júri existir incumprimento factual dos requisitos materiais e formais exigidos no procedimento concursal”.-----

-----A celebração de contrato escrito.-----

-----A respetiva minuta.-----

-----A reprogramação financeira, de acordo com o cronograma financeiro.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 879/25 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À LOCAÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, 100% ELÉTRICAS, NA MODALIDADE DE ALUGUER OPERACIONAL - AOV, POR UM PERÍODO DE 36 MESES E QUILOMETRAGEM ATÉ 45.000KM, PARA OS SIMAS DOS MUNICÍPIOS

DE OEIRAS E AMADORA - PD 274-SIMAS/2025: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em nove de setembro, na qual deliberou autorizar a abertura de procedimento por concurso público, destinado à locação de oito viaturas ligeiras de passageiros, cem por cento elétricas, na modalidade de aluguer operacional (AOV), por um período de trinta e seis meses e quilometragem até quarenta e cinco mil quilómetros, para os SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, pelo preço base de cento e cinquenta e seis mil e seiscentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de trinta e seis meses, com início obrigatório em um de fevereiro de dois mil e vinte e seis, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete, dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e nove, devendo, face ao caráter plurianual da aquisição de serviços em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta euros, ao ano de dois mil e vinte e seis (onze meses), o valor de cinquenta e dois mil e duzentos euros, aos ano de dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito e o valor de quatro mil trezentos e cinquenta euros, ao ano de dois mil e vinte e nove (um mês), todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- As peças concursais, compostas pelo programa do procedimento e caderno de encargos.-----

----- A celebração de contrato escrito.-----

----- O júri do procedimento, a quem deverão ser atribuídas e delegadas competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas

faltas ou impedimentos, o respetivo superior hierárquico.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

22 - PROPOSTA N°. 880/25 - SIMAS - CP 21021/2021 - REVISÃO ORDINÁRIA DE PREÇOS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024 - PD 275-SIMAS/2025:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em nove de setembro, na qual deliberou autorizar a revisão de preços da empreitada de remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de consumo, no Concelho da Amadora - anos dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, pelo montante de vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos, com IVA a liquidar pelo adquirente.

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto. -----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

23 - PROPOSTA N°. 881/25 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO, PARA APOIO À FESTA DE NATAL DOS APOSENTADOS 2025:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de um subsídio de apoio à festa de Natal dos aposentados no montante de seis mil e quinhentos euros, ao Centro de Cultura e Desporto.-----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

24 - PROPOSTA Nº. 882/25 - GMA - MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 4º. TRIMESTRE DE 2024 E RELATÓRIO E CONTAS 2024: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----

----- “Depois de dois anos de resultados negativos, em dois mil e vinte e quatro a Município reduziu custos, aumentou a sua faturação, alcançando resultados operacionais e finais, depois de impostos, positivos.-----

----- A questão é, como já foi no passado se será conjuntural ou não.-----

-----Começa a ver-se ainda mais claramente o padrão de repetição de dois anos com resultados muito negativos, interpolados por um ano de resultados ligeiramente positivos. -----

-----Já aqui chamámos a atenção para isso.-----

-----Ao longo dos anos, como sabemos esta empresa com a maioria de capital do Município de Oeiras tem sido objeto de injeções financeiras do Município, precisamente por causa desses prejuízos.-----

-----Esperamos pelo retrato do conseguido pela empresa em dois mil e vinte e cinco para avaliar a consistência do seu novo rumo.-----

-----Registamos como positivos os indicadores de produtividade e de volume de negócios em dois mil e vinte e quatro, face àquilo que foram os dois anos precedentes.-----

-----Importa, de qualquer forma, ir vendo até na sequência do processo de auditoria externa que solicitámos e das buscas realizadas pela Polícia Judiciária à Câmara e ao diretor da Município, se justifica, uma vez mais, a empresa continuar a ter a confiança do Município, tanto a nível dos seus domínios de atividade, como a nível da robustez económica e financeira.-----

-----É importante ter em conta que neste mandato, ao contrário do que, por vezes se diz, enfim, que foi realmente por insistência da Coligação Evoluir Oeiras que foi feita uma auditoria externa à Município, aquilo que estava previsto era uma auditoria interna e essa auditoria não nos deixou completamente descansados, porque faltou informação, sobretudo, no que diz respeito aos negócios em Moçambique.-----

-----Na altura, em que foi apresentado os relatórios expusemos as nossas dúvidas, relativamente à auditoria que se estendeu imenso tempo, que demonstra dificuldades na obtenção de informação em vários momentos, que obrigou a Câmara a ter que ameaçar com penalizações dada a quantidade de desconformidades que foram identificadas, face ao processo contratado.----

-----O facto da Município MZ não ter respondido aos contactos, não é de forma a deixar-nos descansados.-----

----- As imparidades de centenas de milhares de euros, também não são, não nos parece que se possa considerar normal dizer-se que os auditores não tiveram acesso à informação sobre a Município MZ e, realmente, houve questões que nunca foram respondidas.-----

----- Portanto, ao longo de todos os anos, como disse, o Município de Oeiras tem injetado dinheiro na empresa, na medida em que é também o maior acionista.-----

----- O caso está sob investigação, aguardaremos os resultados desse inquérito, de qualquer das formas, não poderíamos deixar de dar esta nota, por um lado, de agrado deste relatório denotar, em dois mil e vinte e quatro resultados positivos, mas, no entanto, continuando com as preocupações que manifestamos aqui.”-----

----- **O Senhor Presidente** mencionou: -----

----- “Não deixa de ser surpreendente esta referência à auditoria, porquanto a mesma já foi apreciada na Assembleia Municipal e, portanto, estar aqui a repetir aquilo que já foi dito não deixa de ser uma redundância. -----

----- Cada vez que vem qualquer coisa da Município, repete-se aquilo que foi dito mesmo antes de haver auditoria e depois da auditoria e depois de ser apreciada na Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** observou: -----

----- “Não sendo eu advogado da Município, mas a Município foi objeto de denúncias, “a nossa filha só é séria até o vizinho da frente dizer que é bandida.”-----

----- Portanto, estar a lançar um anátema, porque houve buscas da Polícia Judiciária à Município, só significa que a Polícia Judiciária está a intervir porque houve alguém que fez uma denúncia. - -----

----- Se nós fizermos denúncias sobre o nosso vizinho, provavelmente a Polícia Judiciária terá nos termos da interpretação da lei, que abrir um inquérito, tem que fazer diligências e ao fazer diligências, algumas delas incluem buscas aos lugares. -----

-----Portanto, eu queria apenas dizer, que não é correto lançar-se nenhum anátema, porque são feitas buscas-----

-----As buscas são um método de investigação, lamentavelmente mais generalizado do que aquele que deveria ser na República Portuguesa, mas é um método de investigação como tantos outros.-----

-----Lançar um anátema sobre a empresa Município porque foram feitas buscas, só significa que foram feitas buscas, porque houve alguém que fez uma denúncia sobre aquela empresa e mais não quero dizer, até porque a Município está num diferendo há muito tempo com um concorrente que é conhecido como recorrentemente fazendo litigância de má-fé sobre os seus concorrentes.-----

-----A questão é conhecida de todos, portanto, a vida é o que é.” -----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do relatório e contas de dois mil e vinte e quatro que contém o parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal das Contas e o relatório trimestral de execução orçamental referente ao quarto trimestre de dois mil e vinte e quatro, da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada.-----

-----Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras, a proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos do artigo quadragésimo segundo, do número um, das alíneas d) e) e o artigo vigésimo quinto, do número seis, da alínea j), do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----Artigo vigésimo quinto, do número dois, da alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

25 - PROPOSTA Nº. 883/25 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO, PARA OBRAS NO QUARTEL:-----

----- **I - A Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----

----- “A proposta desta comparticipação a cem por cento nas obras de remodelação das instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo foi feita com grande informalidade baseada numa visita do Senhor Presidente, dos Senhores Vereadores ao quartel, incluindo o Senhor Vereador Armando Soares, em aparente conflito de interesses. Quantificada pelo somatório total das faturas apresentadas, não por orçamentos previamente submetidos. Em vez de assinada pela direção da associação humanitária cujo presidente é o Senhor Vereador Armando Soares é feita pelo comandante dos bombeiros que também tem um cargo na estrutura da Proteção Civil da Câmara, apesar deste...” -----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “E que é vice-presidente da associação.”-----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** continuou: -----

----- “Sim. Apesar de todo este quadro que quanto a nós se revela pouco saudável ou de excessiva dependência da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo relativamente à Câmara, nós votaremos a favor, porque somos a favor do apoio dado para as obras que o quartel precisa e que os bombeiros precisam. Mas, sem no entanto, deixar de notar esta tão grande informalidade, enfim, proximidade.”-----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “Antes de mais, não há informalidade nenhuma.”-----

----- Com frequência são feitos pedidos. O Presidente da Câmara ou o Senhor Vereador com pelouro da Proteção Civil visita o local, constata a urgência ou não da situação, em função dos elementos que dispõe. E, naturalmente, depois as formalidades estão aqui, na proposta de

deliberação ou numa carta que é enviada a solicitar apoio, a Câmara informa. -----

-----Surpreende-me muito que a Senhora Vereadora ao fim de quatro anos ainda não se tenha apercebido que a dependência dos bombeiros à Câmara Municipal é total. Se não for a Câmara Municipal, os bombeiros fecham. Os bombeiros voluntários dependem da Câmara Municipal.- -----

-----E é uma dependência felizmente saudável, porque se por ventura não dependessem da Câmara fechavam portas. Os bombeiros voluntários vivem de quê? Dos subsídios que a Senhora Vereadora lhes dá pessoalmente? Ou a Senhora Vereadora ou um cidadão qualquer. Acha que vivem de um pedido de esmola como se fazia há quarenta ou cinquenta anos que andavam aí com uma taleiga a pedir dinheiro na rua, acha que é assim? A dignidade dos bombeiros passa exatamente por lhes dar condições de trabalho. -----

-----Ainda há dias fui a um incêndio e até fiquei espantado, porque o próprio jornalista ficou admirado. Nunca tinha visto uma autoescada daquelas que era a melhor autoescada do País, e é. Custou um milhão de euros. Os bombeiros tinham dinheiro para comprar uma autoescada de um milhão de euros? -----

-----Portanto, eu fico surpreendido que ao fim de quatro anos ainda não tenha percebido que os bombeiros dependem da Câmara Municipal e esta coisa de ver promiscuidade e conflito de interesses em tudo, quer dizer, não deixa de ser interessante. -----

-----Quem é que julga que movimenta as associações culturais, desportivas e por aí fora? A maior parte deles são autarcas. Muitos deles são autarcas, se não são da Câmara, são da assembleia, se não são da assembleia municipal são da assembleia de freguesia, e não há nenhuma incompatibilidade nisso. -----

-----A única coisa, como sabe, que têm de fazer é na altura de votarem absterem-se, mais nada, portanto é tão simples quanto isso.-----

-----Até nos bombeiros se vê promiscuidade, quer dizer, tenham paciência.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu: -----

----- "Senhor Presidente eu resolvi falar porque sei que alguns membros deste Executivo fazem parte dos corpos sociais dos bombeiros e, como tal, acho que devo ser eu a fazer a defesa deles, mais do que os próprios. -----

----- Dizer duas ou três notas, os corpos sociais das associações humanitárias dos bombeiros, bem como os comandos, refletem a inserção das pessoas na comunidade e a generosidade dessas pessoas em pertencer às associações humanitárias e aos comandos. Estas pessoas que fazem parte destas associações dão o melhor de si à comunidade. -----

----- Ontem mesmo estive presente na tomada de posse do novo comandante de Paço de Arcos como disse há pouco. Sinceramente, foi a horas tardias eu estava doente como ainda estou, no entanto, fui substituir o Senhor Presidente, e não podia deixar de lá ir por uma questão que a maior parte das pessoas ignora. Os bombeiros existem, porque nós precisamos deles. -----

----- Aquelas pessoas que lá estão, são na maior parte deles, gente que vive de virtude. Eu disse isto ontem, vive de virtude e de querer ajudar. Quem faz parte daqueles órgãos sociais vive, ou muitas vezes fá-lo, porque há pouca gente disposta a fazê-lo. É por isso que muitas das pessoas são autarcas como disse o Senhor Presidente, porque é quem está disposto a dar. Não há assim tanta gente que esteja disposta a dar. Há muita gente que está disposta a criticar e a apontar o dedo, a dar há muito poucos. -----

----- Depois, para terminar, as associações humanitárias de bombeiros como o Senhor Presidente disse, vivem da Câmara. São de uma generosidade tremenda. Quem anda pelo País no verão e vê os bombeiros do Concelho de Oeiras, onde não há fogos florestais, a capotarem, como capotaram os bombeiros de Paço de Arcos. Há uns anos capotou um carro de fogo. Eu sei que este ano capotou o carro dos bombeiros do Dafundo e dois dias depois alguns dos que estiveram nesse acidente já lá estavam outra vez. -----

----- Portanto, a promiscuidade a existir, existe porque aqui há generosidade. Era bom que

houvesse mais gente generosa, mas ao que parece já não há assim tanta.”-----

-----**O Senhor Vereador Armando Soares** disse: -----

-----“Isto, de facto, as últimas reuniões e em períodos eleitorais acabam por ter sempre o seu quê de interessante. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo, o presidente dos Bombeiros Voluntários do Dafundo não tem assento neste órgão e, portanto, não lhe pode responder, mas depois da ata sair certamente que lhe poderá dirigir algumas respostas. No entanto, como o Vereador que aqui está sentado tem uma boa ligação com o presidente dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, eu gostava de lhe dizer o seguinte.-----

-----Primeiro, se a Senhora Vereadora fizesse política nacional, possivelmente nunca fez, teria noção que grande parte dos presidentes de câmara municipal deste País são presidentes de associações humanitárias de bombeiros voluntários. Eu sei que a Senhora Vereadora tem pouca experiência nestas funções, nomeadamente a fazer política e, portanto, não tem esse conhecimento. Se de facto soubesse, minimamente que essas instituições são lideradas pelo próprio presidente da câmara municipal veria que então todos eles estão em situação ilegal, porque não poderiam fazer, nem submeter os subsídios que submetem nas reuniões e que fazem com que essas associações sobrevivam.-----

-----Quando argumenta que o Vereador esteve presente nessa reunião, não sei, pode escolher, se foi o Vereador ou o presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Eu diria que estiveram lá os dois, agora grave seria se ele interferisse nestas votações e nunca interferiu. -----

-----Deixe-me dizer-lhe que há autarcas que se tornam dirigentes associativos, mas há dirigentes associativos que se tornam autarcas, é o meu caso. Eu sou dirigente associativo desde sempre. Fui presidente da associação de estudantes da escola secundária, depois fui da faculdade e por aí foi andando.-----

----- De forma que eu acho lamentável, a Senhora Vereadora quando veste a pele do Evoluir, ou da associação Vamos Salvar o Jamor ou outros, é capaz de solicitar auditórios aos Bombeiros Voluntários do Dafundo para reunir, e aí já não há conflito de interesses. Mas quando vem a esta reunião de Câmara e vê aqui sentado o Vereador que por acaso preside a essa associação de forma abnegada e pro bono desde sempre, vir aqui argumentar que há um conflito de interesses na votação de uma proposta que é perfeitamente normal. -----

----- Foram votadas várias propostas ao longo deste mandato e serão votadas muitas outras nos próximos mandatos que não sei se a Senhora Vereadora irá fazer parte. E, portanto, todos eles foram sendo votados, porque é muito simples aquilo que o Senhor Presidente da Câmara diz, a esmagadora generalidade das associações dos bombeiros voluntários no país todo, sobrevivem à conta das câmaras municipais. E, portanto, a Senhora Vereadora devia ter orgulho em votar esta proposta favoravelmente, em vez de tentar levantar anátemas sobre ela que não a enobrecem minimamente.” -----

----- O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

----- “Aliás, eu devo vos dizer, não são só as associações de bombeiros, a maior parte das misericórdias por esse país fora são presididas ou por presidentes de câmara ou por ex-presidentes de câmara.-----

----- Nós aqui por exemplo temos sete associações de bombeiros. Na realidade Oeiras é o município do País que tem mais associações de bombeiros por quilómetro quadrado, portanto, são sete. E o Presidente da Câmara não pode ser presidente de nenhuma, porque se for de uma depois os outros seis ficavam zangados.-----

----- Mas na realidade, é natural que assim seja. -----

----- E não deixa de ser estranho, eu devo vos dizer que é uma coisa nova nesta Câmara, de facto, há coisas novas que a Senhora Vereadora Carla Castelo trouxe. É que nunca se pôs nesta Câmara qualquer problema às relações da Câmara Municipal com as instituições de

solidariedade social, com associações culturais desportivas ou com associações de bombeiros, é um não assunto. Porque seja qual for a câmara, seja qual for o presidente da câmara este tipo de instituições que seja ao nível das humanitárias, cultura, desporto, etc., naturalmente tem uma dependência da Câmara. Mas não é pelo facto de ter uma dependência da Câmara que ficam dependentes do ponto de vista ideológico, quer dizer, e no entanto, eles estão a desaparecer com pena minha. -----

-----Quando eu fui eleito a primeira vez para a Câmara, as associações, sobretudo as culturais, era tudo liderado pelo Partido Comunista, era tudo militantes do partido comunista que lideravam essas associações. Só que, entretanto, eles também envelheceram, morreram e agora muitas destas associações têm dificuldade em encontrar, sequer, pessoas que estejam disponíveis para as liderar. É um problema.-----

-----Hoje há uma crise no associativismo. As associações desportivas ainda vão sobrevivendo, mas as associações culturais, sociais, etc., tem uma dificuldade enorme de sobreviver. -----

-----Olhe por exemplo, agora surgiram nos últimos trinta anos, as academias seniores. Bom, só há academias seniores porque há câmaras municipais, porque as academias seniores estão em edifícios da Câmara. Se a Câmara não lhes desse edifícios não havia academias seniores. Mas isso faz parte, naturalmente, daquilo que são as atribuições do município, no sentido de apoiar esse tipo de instituições. Não tenhamos ilusões.-----

-----A crise, de dirigentes desportivos, culturais, etc., é muito grande. Aliás, nós ainda há dias falávamos disso, não sei se era com o Senhor Vereador Pedro Patacho, a propósito da formação de dirigentes. -----

-----As próprias instituições evoluíram e, portanto, hoje há outras exigências até do ponto de vista legal, até nesse aspeto. Tem que ter uma contabilidade organizada, tem que ter inscrições nisto, inscrições naquilo e muitos desses dirigentes não estão... a Câmara Municipal já teve

cursos para dirigentes, nós há dias discutíamos isso. -----

----- E realmente, é uma área que temos de investir também, quer dizer, tem que haver alguma preparação para dirigentes associativos porque, muitos deles têm a sua generosidade, têm vontade para participar, de ser dirigente, mas depois falta-lhes realmente conhecimento. Portanto, é muito difícil hoje ser dirigente deste tipo de instituições e dos bombeiros também, quer dizer, os bombeiros estão em crise. -----

----- Temos ali, o Flávio Santos que também é presidente dos bombeiros, há muita gente aqui da Câmara que está ligada. O Senhor Vereador Nuno Neto, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho também faz parte, portanto, há muita gente ligada às associações, é natural que assim o seja. São eles próprios, aqueles mais carolas, dá-me ideia que normalmente há sempre um carola, dos bombeiros, ou do clube, ou da associação, que pensa onde vamos buscar alguém. -----

----- Às vezes vou a certas atividades, a certos encontros num clube desportivo e verifico, que o dirigente do clube desportivo, também é membro de uma assembleia de freguesia, quer dizer, há essa confusão, são as mesmas pessoas em vários sítios ao mesmo tempo, porque não há tantos quadros como isso.” -----

----- Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Armando Soares** por ausência momentânea. -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição do apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Dafundo, no montante global de cento e noventa e dois mil quatrocentos e oitenta e nove euros e quarenta e quatro centimos, correspondente ao montante global dos trabalhos e material despendido no decorrer das obras de requalificação e conservação efetuadas recentemente no Quartel dos Bombeiros da

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Dafundo.-----

-----Nos termos do artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de treze de agosto.-----

-----Artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea j), alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho e artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-----

26 - PROPOSTA Nº. 884/25 - DPM - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS E DOADAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, considerar adquiridos por ocupação e por doação os veículos constantes na lista junta ao processo, para posteriormente se proceder à respetiva venda à firma “BGR - Gestão de Resíduos, Limitada”, revertendo o produto da venda para o Município de Oeiras.-----

-----Nos termos dos artigos centésimo sexagésimo terceiro a centésimo sexagésimo oitavo, do Código da Estrada, designadamente no artigo centésimo sexagésimo quinto, números quatro e cinco e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas cc), dd) e rr), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

27 - PROPOSTA Nº. 885/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 25ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora

Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/dezassete mil cento e setenta e oito, referente à vigésima quinta alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e cinco, no valor movimentado de novecentos e setenta e oito mil seiscentos e um euros e sessenta e um cêntimos, na despesa. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**28 - PROPOSTA Nº. 886/25 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 26ª. ALTERAÇÃO
ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:** -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de onze de setembro de dois mil e vinte e cinco, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/dezoito mil e quarenta e sete, referente à vigésimo sexta alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e cinco, no valor movimentado de três milhões trezentos e oitenta mil duzentos euros e oito cêntimos, na despesa. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**29 - PROPOSTA N°. 887/25 - GCAJ - P°. 523/DCP/2023 - ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
DE PREÇOS DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N°. 652/2023, CELEBRADO
COM A SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., QUE TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFEÇÃO DOS EDIFÍCIOS E
EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atualização extraordinária de preços do contrato de aquisição de serviços número seiscentos e cinquenta e dois, de dois mil e vinte e três, celebrado com a “Sá Limpa - Facility Services, Limitada”, tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza, higiene e desinfeção de edifícios e equipamentos municipais, na modalidade de fornecimento contínuo, passando a ser praticados os seguintes preços/hora:-----

-----Oito euros e noventa cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os trabalhadores de limpeza;-----

-----Nove euros e oitenta e oito cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os responsáveis de limpeza. -----

-----A publicitação da modificação contratual.-----

-----Nos termos do artigo décimo nono, da Lei número quarenta e cinco-A, de dois mil e vinte e quatro, de trinta e um de dezembro.-----

-----Portaria número quarenta e seis, de dois mil e vinte e cinco/um, de vinte de fevereiro, artigo terceiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

----- Portaria número cento e oitenta e três, de dois mil e vinte e cinco/um, de catorze de abril.-----

30 - PROPOSTA Nº. 888/25 - DRU - Pº. 29/DRU/2024 - RECUPERAÇÃO DO JARDIM SUL DA QUINTA DA CASA BRANCA, EM CARNAXIDE - TRABALHOS A MENOS Nº. 1: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar os trabalhos a menos número um da empreitada de “Recuperação do Jardim Sul da Quinta da Casa Branca em Carnaxide”, no montante de dois mil e setecentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a correspondente descabimentação deste valor. -----

----- Nos termos do artigo tricentésimo septuagésimo nono, número dois, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

31 - PROPOSTA Nº. 889/25 - DPE - Pº. 11/DPE/2022 - PAVILHÃO DA ESCOLA AQUILINO RIBEIRO - BALNEÁRIOS - TRABALHOS COMPLEMENTARES, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** indagou: -----

----- “Estas obras são muito necessárias, já deveriam estar feitas há bastante tempo. -----

----- O que nós não percebemos, é porque é que uma proposta para a aprovação de uma reprogramação financeira que, teve como ponto de partida uma programação financeira que não foi aprovada pelo Executivo, porque é que vem agora? -----

----- Na realidade, estamos a deliberar sobre uma questão que inicialmente não foi deliberada, autorizada por esta Câmara, por este conjunto de Vereadores.” -----

----- O **Senhor Presidente** clarificou: -----

----- “É a mudança de exercício, é por via disso.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar os trabalhos complementares à “ECON - ECO Construção, Limitada”, referente à empreitada “Pavilhão da Escola Aquilino Ribeiro - Balneários” e a consequente e proporcional prorrogação do prazo de execução dos mesmos, relegando o término da empreitada para o dia três de fevereiro de dois mil e vinte e seis.-----

-----Os novos mapas de trabalhos, mão de obra, equipamentos, pagamentos e cronograma financeiro.-----

-----Os trabalhos complementares propostos no montante de trinta e seis mil cento e trinta e dois euros e noventa e sete cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal perfazendo o valor de trinta e oito mil trezentos euros e noventa e cinco cêntimos, com a seguinte programação financeira:---

----- - Ano de dois mil e vinte e cinco - trinta e oito mil e trezentos euros e noventa e cinco cêntimos* (Todos os valores com IVA).-----

-----A reprogramação financeira da obra dos trabalhos em curso, nos seguintes termos:---

----- - Ano de dois mil e vinte e quatro - duzentos mil quatrocentos e oitenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos*; -----

----- - Ano de dois mil e vinte e cinco - um milhão duzentos e vinte e quatro mil duzentos e setenta e cinco euros e dez cêntimos*; -----

----- - Ano de dois mil e vinte e seis - trezentos e vinte e um mil oitocentos e sessenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos. -----

-----Total - um milhão setecentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e seis euros e quarenta e um cêntimos*.-----

-----Trabalhos complementares consumidos todos em dois mil e vinte e cinco. -----

----- *(Todos os valores com IVA). -----

----- A minuta da adenda ao contrato. -----

----- Nos termos da alínea c), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, alínea c), do artigo tricentésimo décimo segundo, artigo tricentésimo septuagésimo e dos artigos tricentésimo septuagésimo terceiro a tricentésimo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Números um e seis, do artigo vigésimo segundo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Alínea b), do artigo terceiro, alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo décimo segundo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

32 - PROPOSTA Nº. 890/25 - UPGO - Pº. 2025/64-DEM/UCR - NOVO EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL - ARQUITETURA DE INTERIORES - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA ATA Nº. 1 DO JÚRI: -----

----- **I - A Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

----- “A proposta do Fórum que foi à última reunião de Câmara, é importante ver no Salão Nobre Digital porque está lá um lapso, consta apenas com quatro votos no Salão Nobre Digital o que, na realidade não corresponde à verdade, porque estávamos todos e todos votávamos, mas se forem lá ver, está lá um lapso.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “Sim, podem verificar e corrigir se for de corrigir.” -----

----- **A coordenadora do NAOM** referiu: -----

----- “Já está corrigido Senhor Presidente.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado, de aprovação da proposta do júri, constante na ata número um, respeitante ao procedimento pré-contratual para adjudicação da empreitada de obras públicas designada “Novo Edifício Administrativo Municipal - Arquitetura de interiores”.-----

-----Nos termos dos artigos quinquagésimo e sexagésimo quarto, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo centésimo sexagésimo quarto, número um, do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Nós, com a arquitetura de interiores que já aqui tinha vindo, a obra do Fórum Municipal já vai para oitenta milhões ou mais, isto quanto a nós é exorbitante.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Está a fazer mal as contas.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

-----“Este edifício foi, quanto a nós, e já o dissemos uma má opção tomada antes do atual mandato e se cá estivéssemos teríamos votado contra, a localização que é péssima, irá prejudicar a circulação na zona que já é excessivamente congestionada, é só ir lá em hora de ponta, com prejuízo para as pessoas que residem, mas também para os próprios funcionários do Município que terão de se deslocar para ali. -----

-----Além de que, a dimensão é realmente desproporcionada relativamente a toda a

envolvente aos outros prédios que estão ali, criando uma horrível mancha na paisagem.-----

----- A opção arquitetónica é lamentável, um caixote escuro envidraçado numa altura em que as boas práticas de arquitetura aconselham menos envidraçado e cores claras, precisamente, para termos menos necessidade de climatização mecânica. -----

----- Nitidamente, não se pensou numa utilização eficiente, nem climatização passiva, nem abordagens bioclimáticas, apesar de existir, até nesta casa quem saiba do assunto e quem tenha conhecimento para tal, mas pronto. -----

----- Em vez de termos um edifício ou edifícios para dar dignidade e boas condições de trabalho aos funcionários da Câmara, em zonas realmente bem servidas de transportes públicos eficientes em termos energéticos e que logicamente responsáveis com um mínimo de consumo de energia que é o que devíamos de ter e de água, que é o que devíamos de ter, portanto, bons exemplos ao nível das práticas ambientais, temos um edifício monstruoso, certamente muito exigente em termos de climatização mecânica, pelo que vi terá painéis solares fotovoltaicos, é o mínimo, mas de qualquer das formas será bastante exigente na climatização.-----

----- Temos a somar a tudo isto um custo elevadíssimo que, muito provavelmente irá ultrapassar como disse os oitenta milhões quando inicialmente estava previsto em quarenta e quatro milhões, além das sucessivas alterações ao projeto juntam-se gastos completamente exorbitantes em arquitetura de interiores, sete milhões, decoração, enfim, só podemos votar contra esta proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente** usou da palavra:-----

----- “Eu devo dizer que aquilo que mais me incomoda é a mentira, quando alguém mente muitas vezes, se não é contraditada, fica-se com a sensação de que é verdade aquilo que foi dito.

----- Ora bem, esta insistência nos oitenta milhões a mim repugna-me ouvir isto sistematicamente. -----

----- Claro, não sabia que a Senhora Vereadora era arquiteta ou engenheira para fazer

avaliações como faz, mas se é a sua opinião estética a pronunciar sobre a natureza do edifício não passa de uma opinião, vale tanto como qualquer outra, portanto, já fez essa avaliação centenas de vezes nesta Câmara, cada vez que se fala no edifício diz-se sempre a mesma coisa. -----

-----O edifício está lá, está quase concluído e, portanto, há observações que não vale a pena estar a repetir, porque o edifício não vai sair de lá, não vai ser demolido, o edifício vai ser concluído, até ao fim do ano fica pronto e depois há que o equipar e mobilar, contudo, é importante esclarecer em quanto é que está o edifício.” -----

-----A **engenheira Fátima Rabuge** Diretora do Departamento de Obras Municipais, quanto aos números esclareceu: -----

-----“Acho que este é o momento oportuno mesmo para esclarecer, uma vez que estamos mesmo na reta final deste mandato e, portanto, queremos, de alguma forma deixar aqui os números do Fórum para que não haja dúvidas para um próximo mandato. -----

-----A obra está a terminar, vai ser concluída previsivelmente até ao final deste ano se tudo correr bem.-----

-----Portanto, toda esta primeira obra, depois sim, trouxemos hoje então a abertura de procedimento para a arquitetura de interiores que será um complemento a esta primeira obra, isto para dar, de alguma forma, conforto e comodidade aos nossos trabalhadores e aos nossos colaboradores, no sentido de nós termos um espaço condigno de trabalho com as melhores condições e melhor comodidade. -----

-----Relativamente aos valores, a obra foi adjudicada por quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e oito mil, portanto os quarenta e cinco milhões, teve seis adicionais, como tivemos trabalhos a menos no valor de quatro milhões cento e cinquenta e um mil, estamos a apurar ainda mais trabalhos a menos no valor de cerca de mais um milhão, portanto, temos cerca de cinco a seis milhões de euros de trabalhos a menos, o que totaliza um custo de obra no valor de quarenta e sete milhões oitocentos e setenta e nove mil quatrocentos e sessenta e oito euros e

setenta e um cêntimos, isto é o valor sem IVA, estamos a cinquenta milhões com IVA, é o valor da obra. -----

----- Depois, o que é que nós temos, e aqui é que é a grande confusão da Senhora Vereadora quando fala que nós atingimos os valores de oitenta, de noventa, não percebo como é que vamos atingir esses valores. -----

----- Foi por mim aqui feita uma apresentação sobre o que é que são revisões de preços, revisões de preços, são revisões que estão indexadas à inflação ou à deflação e aí nós os técnicos e o executivo, não nos podemos sobrepor à lei, porque decorre efetivamente da lei. ----- \\

----- Portanto, eu trouxe aqui uma previsão, na altura, de uma apresentação que fiz em que nos foi apresentado uma fórmula de revisão de preços para esta obra, apresentada pelo empreiteiro, que assumia o valor de vinte e um milhões, em que nós contrapusemos, apresentámos uma contraproposta com uma nova fórmula e que vamos atingir os quinze milhões, foi a minha previsão na altura e trouxe aqui o porquê da previsão. -----

----- Neste momento, e vem cá hoje precisamente à Câmara para ser votada uma revisão de preços, como sabem as revisões de preços são mensais, que totaliza os catorze milhões e oitocentos mil ainda não atingimos os quinze milhões que estavam previstos, o que significa, mais uma vez que os técnicos fizeram uma previsão a quatro anos. -----

----- Portanto, nós há quatro anos atrás, já estimávamos que iríamos gastar mais quinze milhões de revisões de preços que decorrem da lei, não decorrem da obra, não é por má gestão ou por boa gestão que vamos conseguir reduzir este valor, não, ele decorre da lei. -----

----- Considerando que a revisão de preços e agora vamos ter aqui uma grande inflação e que a revisão de preços não vão ser os quinze milhões, mas vão ser dezassete milhões e meio, esta obra previsivelmente atingirá o valor, tudo somado, atenção, com a reposição do reequilíbrio financeiro que, entretanto, já foi paga, pagámos duzentos e vinte e dois mil euros de reposição de reequilíbrio financeiro, quando nos foi reclamado e, digo já sete milhões, portanto, os técnicos

levaram isto a duzentos e vinte e dois mil euros.-----

-----Há uma nova reclamação por parte do empreiteiro, nós estamos novamente a avaliar, longe de nós atingirmos um valor que está a se reclamado, como tal, todos reclamamos e onde está o sim está o não.-----

-----Considerando os quarenta e quatro milhões iniciais, considerando os seis contratos adicionais que tivemos, considerando os trabalhos a menos, considerando a reposição do equilíbrio financeiro que já foi pago, considerando a revisão de preços estimada em dezassete e meio, sendo que, neste momento, estamos a catorze, nós vamos atingir um valor de obra de sessenta e cinco milhões seiscentos e dois euros mais IVA, ou seja, sessenta e nove milhões com IVA, ainda não atingimos os setenta.”-----

-----**O Senhor Presidente** acrescentou: -----~

-----“Está um bocadinho longe dos oitenta milhões.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente** frisou:-----

-----“Acompanhei o Senhor Presidente na semana passada a visitar o edifício, já não ia lá há alguns meses e permitam-me que vos diga que estou encantado.”-----

-----**O Senhor Presidente** observou: -----

-----“Não diga isso Senhor Vice-Presidente”.-----

-----Prosseguido o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Estou encantado, porque a arquitetura é própria de um edifício da administração pública, com o peso e a dignidade que o Estado deve ter.”-----

-----As instalações são instalações de modo a que os nossos funcionários nos próximos anos não estejam em condições de trabalho precárias, porque quando se trabalha num edifício do século dezoito com dificuldades no aquecimento, no arrefecimento, na iluminação, na humidade, subir escadas em lugares esconhos.-----

-----Suponho, que tal como eu, muitos dos funcionários deste Município estarão

desejosos de mudar e passar a ter instalações condignas e confortáveis. -----

----- Portanto, como em Oeiras é diferente, nós vamos ter essas instalações para os nossos funcionários, espero que estejam tão encantados quanto eu. -----

----- A senhora engenheira Fátima Rabuge teve o cuidado de me mostrar alguns detalhes, daí, eu estar mais ou menos ansioso para que o tempo passe depois da estrondosa vitória que vamos ter o dia doze de outubro, para que no próximo mandato possamos terminar aquela obra e mudar para aquelas instalações. -----

----- Para terminar, queria certamente em nome de quase todo o Executivo, pedir desculpa por mais uma vez serem ofendidos na vossa competência técnica, afinal de contas fizeram um edifício que vai ter muitas dificuldades em lidar com o arrefecimento, com o equilíbrio térmico, Vossas Excelências não têm a competência técnica para fazer uma obra daquela natureza, ao que parece, queria mais uma vez, pedir desculpa por todos estes insultos que vos são dirigidos. -----

----- Saibam que da maior parte do Executivo a vossa competência é conhecida e reconhecida, o vosso esforço e dedicação, como disse, há bocado àquele indivíduo que veio cá falar e que disse que o trabalho dos trabalhadores da Câmara de Oeiras era muito mau, dizer-vos que, da nossa parte, pelo menos da maior parte de nós o vosso esforço e o vosso labor é reconhecido, eu estou desejoso de ir para aquelas instalações, a vista é maravilhosa. -----

----- O trabalho de ordenamento do território de Oeiras extraordinário que aqui existe, a maravilha que é o Concelho de Oeiras. -----

----- Nós conseguimos ver os limites do Concelho de uma ponta à outra. -----

----- Quem gosta de Oeiras, certamente vai gostar daquele edifício, e do que aquele edifício representará.” -----

33 - PROPOSTA Nº. 891/25 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 33: -----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão extraordinária de preços provisória número trinta e três, no montante total de catorze mil novecentos e setenta e sete mil novecentos e um euros e cinquenta e sete cêntimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, no âmbito da empreitada “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”, conforme cálculo apresentado pelo consórcio ACE “Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.”, bem como o pagamento de noventa e três mil seiscentos e noventa e três euros e oitenta e seis cêntimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, referente à diferença entre os valores já pagos de catorze milhões oitocentos e oitenta e quatro mil duzentos e sete euros e setenta e um cêntimos, nas revisões de preços anteriores. - -----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos, conjugados com a alínea b), do número três, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Como acabei de dizer, o edifício municipal não é só a obra em si, que ficámos a saber que vai em setenta milhões de euros. É também e já trouxeram a esta Câmara uma série de obras na envolvente e também as obras no seu interior e, por isso é que nós estimamos que esta obra chegue aos oitenta milhões de euros na sua totalidade, porque a construção do Fórum Municipal não é só o edifício, mas a sua envolvente e as obras que são necessárias para compaginar aquilo que vai ser a circulação de pessoas, de funcionários, etc., para o edifício.-----

----- Portanto, nós votamos contra também mais esta revisão extraordinária de preços como acima expliquei, porque, discordamos desta obra e consideramos que, sim, que está uma obra muito cara, isto sem qualquer desprimo para os técnicos do município, aliás, porque a

arquitetura até foi feita externamente. A questão não está nos técnicos do município, está sim numa opção política, que nós legitimamente consideramos errada, não nos queremos sobrepor a ninguém, não fomos nós que decidimos que assim será, têm também o Senhor Presidente e esta maioria toda a legitimidade para terem decidido que decidiram, mas nós também temos legitimidade para discordar e foi isso que fizemos, sem ofender nem insultar nenhum técnico.”---

----- **O Senhor Presidente** comentou:

----- “Agora falou muito bem, legitimidade para decidir, legitimidade para discordar. É bom registar.”-----

34 - PROPOSTA N.º 892/25 - UPGO - P.º 2022/84-DEM - CONSTRUÇÃO DO POLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGÊNCIA DE EMPREENDEDORES SOCIAIS, EM CARNAXIDE - 3.ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a terceira revisão de preços provisória, no montante total de trezentos e vinte e quatro mil setecentos e sessenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, bem como o pagamento de cento e quarenta e seis mil trezentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal de seis por cento, referente à diferença entre os valores já pagos de cento e setenta e oito mil trezentos e setenta e nove euros e quarenta e seis cêntimos, das revisões de preços anteriores, no âmbito da empreitada “Construção do polo de formação profissional e agência de empreendedores sociais, em Carnaxide”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Schmid - Construções, Limitada”. -

----- Nos termos do artigo sexto e número um, do artigo décimo nono, Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro.-----

-----Artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), h) e m), trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea g).-----

35 - PROPOSTA Nº. 893/25 - UPGO - Pº. 2024/18-DGEP - EXECUÇÃO DE PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL, EM ALGÉS-RAR - ADIANTAMENTO DO PREÇO DO CONTRATO: --

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o pedido de adiantamento do preço contratual, no montante de duzentos e trinta e um mil cento e cinquenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, bem como do respetivo plano de amortização, solicitado pela empresa “Ressa, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “Execução de passagem superior pedonal, em Algés-RAR”.-----

-----A notificação da decisão, para apresentação da garantia de prestação da caução no valor igual ao do adiantamento.-----

-----Nos termos do Código dos Contratos Públicos, artigos ducentésimo nonagésimo segundo e ducentésimo nonagésimo terceiro.-----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, artigo oitavo.-----

36 - PROPOSTA Nº. 894/25 - UPGO - Pº. 2021/104-DEM - BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OEIRAS - REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO - REVISÃO DE PREÇOS

DEFINITIVA:-----

----- I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou: -----

----- “Eu já aqui trouxe a questão do problema do ruído, as pessoas que vivem na envolvente da Biblioteca Municipal de Oeiras queixam-se e terá a ver com este ar condicionado, esperemos que, finalmente, seja resolvido o problema do ruído. -----

----- Aqui, considero que seria importante adiarmos a proposta para a uma correção de algumas questões e gostaria de perceber, poderei estar a ver mal. -----

----- A ficha de cabimento, tem registo de um valor que não corresponde ao valor a autorizar.-----

----- Parece-me aqui existirem então os seguintes problemas: -----

----- Segundo o contrato, a obra tinha cento e vinte dias de prazo, sendo os restantes setecentos e trinta para assistência técnica e manutenção de equipamento, sendo que a revisão de preços se aplica ou se deve aplicar à obra e não aos serviços de assistência técnica. -----

----- Existe aqui uma enorme discrepância que não percebo como, entre o valor apurado no cálculo da revisão de preços que são trinta e cinco mil trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos e o valor proposto para aprovação que são apenas duzentos e noventa e cinco euros e vinte e dois cêntimos, ficando-se na dúvida se este valor se deve à dedução de eventuais revisões provisórias. -----

----- Tendo em conta o valor cabimentado que são trinta e sete mil quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e três cêntimos, pressupõe-se que haverá aqui um erro que estará no valor proposto para aprovação, o que implicará uma correção do conteúdo da proposta de deliberação.”

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “Se estiver errado será esclarecida, mas adiar não, porque a proposta só ficaria para finais de outubro.” -----

----- **A engenheira Fátima Rabuge** explicou:-----

-----“Trata-se de uma revisão de preços definitiva, já teve todas as outras provisórias e agora é feito o pagamento do remanescente que não foi pago anteriormente. -----

-----O valor total da revisão é de trinta e cinco, trezentos e setenta e cinco. -----

-----O que acontece, estávamos agora a ver, há um lapso na proposta em questão, o pagamento somente do IVA, ou seja, ela tem de ser paga nos trinta e cinco trezentos e setenta e cinco mais os dois mil cento e vinte e dois, o que totaliza os trinta e sete. -----

-----Há, efetivamente um lapso na proposta.” -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Há que corrigir o referido lapso.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços definitiva, no montante total de trinta e cinco mil trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos (a acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento), bem como o respetivo pagamento, no âmbito da empreitada denominada “Biblioteca Municipal de Oeiras - Remodelação do sistema de ar condicionado”, conforme cálculo apresentado pela empresa “Termosul, Projectos e Instalações, Sociedade Anónima”. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

37 - PROPOSTA Nº. 895/25 - UPGO - Pº. 2025/815-UPGO - AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TODAS AS FONTES, LAGOS, ESPELHOS DE ÁGUA E GEISER MARÍTIMO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - MINUTA DO CONTRATO E DO RESPECTIVO

GESTOR: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e, consequentemente, adjudicação da empreitada de obra pública denominada “Aquisição da prestação de serviços de manutenção de todas as fontes, lagos, espelhos de água e geiser marítimo do Município de Oeiras”, do concorrente “Carlos Oliveira Caseiro - Manutenção de Fontes Luminosas, Unipessoal, Limitada”, no valor total de novecentos e noventa e nove mil seiscentos e quarenta e oito euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de vinte e três por cento (decomposto em seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito euros para manutenção preventiva e trezentos e sessenta e sete mil e duzentos euros, para manutenção corretiva). -----

----- A minuta do contrato. -----

----- A nomeação do gestor do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo, nonagésimo oitavo e octogésimo oitavo, número um, alínea a), do Código dos Contratos Públícos e artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públícos). -----

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, também do Código dos Contratos Públícos. -----

----- Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

38 - PROPOSTA Nº. 896/25 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA E PAISAGÍSTICA DA ANTIGA BATARIA DEFENSIVA DA LAJE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de participação financeira no valor de cento e um mil e trezentos e noventa e seis euros e oitenta e oito centimos, à Associação de Comandos, destinada a possibilitar a execução dos trabalhos de requalificação arquitetónica e paisagística da antiga Bataria Defensiva da Laje.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.---

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**39 - PROPOSTA Nº. 897/25 - UDPH - FPB - REALIZAÇÃO DA II EDIÇÃO DO FESTIVAL
“COMÉDIA OPEN AIR” - ISENÇÃO DE TAXAS, UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PÁTIO DO
ENXUGO E APOIOS LOGÍSTICOS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a isenção do pagamento à “JP Beats Entertainment”, para a realização da segunda edição do festival “Comédia Open Air” na Fábrica da Pólvora de Barcarena, de: -----

----- Taxa de utilização temporária de imóveis municipais / Fábrica da Pólvora, Anfiteatro do Pátio do Enxugo, no valor total de mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta cêntimos.-----

----- Valor referente à gestão de resíduos de novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos (disponibilização de equipamentos de deposição de resíduos urbanos e higienização - seiscentos e setenta e seis euros e oitenta e três cêntimos; recolha de resíduos urbanos e deposição de resíduos na Tratolixo - duzentos e noventa e um euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

----- Totalizando o valor a isentar de dois mil oitocentos e cinquenta euros e setenta e dois cêntimos. - -----

----- Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o), u) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, alínea e), do

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----
-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----
-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----
-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----
-----Artigo quadragésimo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----

40 - PROPOSTA Nº. 898/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINDA-A-VELHA, PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL VIZINH'ARTE - 2ª. EDIÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma participação financeira ao Centro Comunitário de Linda-a-Velha, no valor de três mil e quinhentos euros, por forma a viabilizar financeiramente do festival “Vizinh’arte” - segunda edição. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----
-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

41 - PROPOSTA Nº. 899/25 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE BILHÉTICA DA EXPOSIÇÃO WORLD PRESS CARTOON, NO PALÁCIO ANJOS EM ALGÉS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, fixar o preço devido pela entrada na exposição “World Press Cartoon” a realizar no Palácio dos Anjos em Algés, no valor de: -----

----- Bilhete para não-residentes - doze euros; -----

----- Crianças até aos seis anos, inclusive - seis euros. -----

----- Bilhete para residentes* - seis euros. -----

----- Bilhete reduzido (só para residentes em Portugal) - três euros: -----

----- Jovens dos dezoito aos vinte e cinco anos, inclusive; -----

-----Famílias (um ou dois adultos com filhos menores de dezoito anos); -----
-----Grupos de dez ou mais pessoas, três euros por pessoa; -----
-----Professores, mediante apresentação de cartão de identificação profissional, Protocolo NovaCultura. -----
-----*Mediante apresentação do Cartão de Cidadão da República Portuguesa.-----
-----Caso não seja portador de Cartão de Cidadão da República Portuguesa, deverá apresentar um documento de identificação e um certificado de residência, sendo válidos os seguintes documentos: -----
-----Certificado de registo para Cidadão da União Europeia/Espaço Económico Europeu/Suíça; -----
-----Certificado de residência permanente para cidadão da União Europeia/Espaço Económico Europeu/Suíça;-----
-----Título de residência para cidadãos de países terceiros. -----
-----Que a venda dos bilhetes seja efetuada na bilheteira do Palácio Anjos - Centro de Arte Contemporânea, bem como através do serviço de vendas online da “Ticketline”.-----
-----A receita proveniente da venda de bilhetes reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----
-----A cedência de bilhetes a título gratuito (só para residentes em Portugal): -----
-----Domingos até às catorze horas;-----
-----Dia Internacional dos Museus (dezoito de maio); -----
-----Menores de dezoito anos; -----
-----Sénior a partir dos sessenta e cinco anos, inclusive; -----
-----Professores, profissionais da comunicação social e do turismo no exercício das suas funções (mediante comprovativo); -----
-----Redes no âmbito da museologia às quais o Município tenha aderido;-----

- Membros de Entidades / Associações com as quais o Município tenha celebrado protocolos; -----
- Trabalhadores do Município, SIMAS e Juntas de Freguesia do Concelho; -----
- Desempregados; -----
- Pessoas com deficiência (mais de sessenta por cento de deficiência, mediante comprovativo), acompanhante isento; -----
- Antigos combatentes do Ultramar e respetivos viúva ou viúvo; -----
- Visitas / Atividades organizadas pelo Município. -----
- As visitas escolares e restantes atividades de Serviço Educativo sejam gratuitas (Bilhete visitas / Atividades organizadas pelo Município), à exceção das visitas guiadas para público geral e grupos organizados, em que o bilhete a aplicar é o de acesso à exposição. -----
- As diversas atividades estão sempre sujeitas a marcação prévia e limitadas à disponibilidade da mesma. -----
- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas e) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----
- Artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----
- Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----
- Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----
- Artigo décimo oitavo, da Lei número quarenta e seis, de dois mil e vinte, de vinte de agosto. -----
- Artigo nono, número treze, do Decreto-Lei número trezentos e noventa e quatro-B, de oitenta e quatro, de vinte e seis dezembro. -----

-----Artigos quadragésimo, octingentésimo trigésimo segundo, número dois, alínea d), subalínea iii), octingentésimo trigésimo quarto, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras e artigo décimo quinto, da Parte segunda, do anexo primeiro, da Tabela de Taxas e Outras Receitas.-----

42 - PROPOSTA Nº. 900/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À MADAME FILMES, UNIPESSOAL LDA., NO ÂMBITO DA PÓS-PRODUÇÃO E MONTAGEM DO DOCUMENTÁRIO MULHERES DE ABRIL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de apoio financeiro de cinco mil euros, à entidade Madame Filmes, Unipessoal Limitada, a efetuar nos seguintes termos:-----

-----Quatro mil euros, referentes a parte da despesa com a pós-produção e montagem do documentário, a pagar até final de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Mil euros, correspondentes ao valor remanescente da mesma despesa, a pagar após a apresentação do documentário (previsivelmente no último trimestre de dois mil e vinte e seis).---

-----O apoio destina-se exclusivamente à fase de pós-produção e montagem, representando oito por cento do custo total desta fase.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

43 - PROPOSTA Nº. 901/25 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MÚSICA ANTIGA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, PELA PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO XVIII WEST COAST EARLY MUSIC FESTIVAL 2025 EM OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de vinte e cinco mil euros, à “MAAC - Música Antiga Associação Cultural”, para a realização do décimo oitavo “West Coast Early Music Festival dois mil e vinte e cinco”.-----

----- A comunicação prévia de espetáculo de natureza artística à Inspeção-Geral das Atividades Culturais e consequente isenção do respetivo pagamento. -----

----- A minuta de protocolo de colaboração com a MAAC. -----

----- O apoio à divulgação do evento. -----

----- Que a receita gerada pela venda de bilhetes, organizada pela MAAC, reverta a seu

favor.-----

-----A designação como gestor do protocolo, para efeitos de acompanhamento permanente da execução do contrato conducente à concretização deste apoio, a técnica superior Susana Isabel Rebelo, afeta à Divisão de Cultura e Artes.-----

-----Na eventualidade de a comparticipação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Divisão de Cultura e Artes informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigo trigésimo nono, número um, alínea a) e número três, do Regulamento de Permissões Administrativas Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----

-----Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do

Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 902/25 - GCAJ - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO POESIA DE OEIRAS - REGULAMENTO Nº. 1049/2023:-----

----- I - A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu:-----

----- “Nós saudamos a iniciativa da Câmara Municipal de rever o Regulamento do Prémio de Poesia. É um sinal de vitalidade, sucessos alcançados, sublinhamos, contudo, que a revisão deve ser feita de forma participada. Envolvendo as entidades culturais, poetas, críticos e só assim é assegurada a qualidade, a legitimidade e a projeção cultural deste prémio. -----

----- Esperamos que o processo mantenha a ambição do prémio e reforce o seu papel de referência nacional. -----

----- E porque para nós é importante, chamamos à atenção que o modelo de edital em anexo é de uma consulta de interessados. E ultimamente a Câmara, e já o dissemos aqui, tem saltado a consulta pública dizendo que, quando não à constituição de interessados não vale a pena fazer consulta pública. Mas, ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo a consulta pública e audiência de interessados são dois conceitos diferentes. Portanto, nós consideramos que independentemente de haver ou não manifestação de interessados na audiência de interessados, deve sim ir a consulta pública.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o início do procedimento de alteração do Regulamento do Prémio de Poesia de Oeiras. -----

-----Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

-----Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo nonagésimo oitavo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

45 - PROPOSTA Nº. 903/25 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER DO ITQB-NOVA, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO 15º. ENCONTRO DE ESTUDANTES DE DOUTORAMENTO, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA OEIRAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA EOCT 2020-2025: -----

-----I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----

-----“Nós saudamos, enfim, este apoio. Nada temos contra. Mas parece-nos que a proposta tem aqui algumas incoerências, suscita-nos algumas dúvidas e gostaríamos de ver esclarecidas. -----

-----Prevê-se trezentos a trezentos e cinquenta participantes, mas o restaurante só comporta cento e dez jantares. O valor unitário, trinta e um euros e meio carece de comparação com outros fornecedores. Aplicou-se um ajustamento no “merchandising”, mas não no “catering”. Mistura-se ciência e inovação com despesas de restauração e brindes. -----

-----Portanto gostaríamos de perceber, há aqui estas dúvidas. Assegurar que realmente o apoio reforça a dimensão científica e não apenas estas questões de logística, “merchandising” e brindes, etc..” -----

-----**O Senhor Presidente** disse: -----

-----“Neste caso é mesmo logística, Senhor Vereador, é mesmo logística, faz parte.” -----

-----**O Senhor Vereador Pedro Patacho** mencionou:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Senhor Presidente, a iniciativa não é da Câmara Municipal, é uma iniciativa do ITQB NOVA - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier. O ITQB NOVA solicitou apoio à Câmara Municipal para organizar esta iniciativa e a Câmara Municipal está a apoiar. É o próprio ITQB que também quer ter a marca territorial Oeiras Valley e o “merchandising” da Câmara Municipal associada ao seu evento, uma vez que reconhece o Município como o Município líder na área da ciência e inovação, portanto, nós estamos a ceder àquilo que o ITQB NOVA solicitou.-----

----- Não somos os organizadores.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um apoio ao Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade NOVA de Lisboa (ITQB-NOVA) no montante de quatro mil duzentos e sessenta e cinco euros, destinado a apoiar o desenvolvimento do décimo quinto encontro de estudantes de doutoramento do ITQB-NOVA, a realizar em Oeiras, cujas finalidades se enquadram nos Eixos Um - Ciência, Educação e Sociedade; Dois - Ciência e Inovação; e três - Ciência e Internacionalização, inseridos na EOCT dois mil e vinte - dois mil e vinte e cinco.-----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- A designação da técnica Maria José Catarino Amândio, do Gabinete de Ciência e Comunicação, para acompanhamento e gestão do evento.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro, bem como o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

46 - PROPOSTA Nº. 904/25 - DBPL - ABERTURA DA 4^a. E DA 5^a. EDIÇÃO DO CONCURSO DO PRÉMIO DE POESIA 2025 E DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS QUE INTEGRAM O JÚRI: -

-----I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou:-----

-----“Saudamos a continuação do Prémio de Poesia de Oeiras, mas gostaríamos de perceber porque é que se lança já a quarta e quinta edição, enquanto decorre também em paralelo, como vimos há pouco a revisão no regulamento e fixa-se aqui um calendário até dois mil e vinte e sete sem assegurar o cabimento orçamental correspondente. -----

-----Repete-se também nomes no júri das duas modalidades sem clarificar se isso é compatível ou não.-----

-----Não explicita a articulação entre as alterações ao regulamento e organização das próximas edições, enfim, não sei se estas questões foram pensadas.” -----

-----**O Senhor Presidente** salientou: -----

-----“É simples, trata-se de um prémio que do ponto de vista do cabimento é um donativo.” - -----

-----**Atalhando o Senhor Vice-Presidente:** -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “É um prémio de cheque.”-----

----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Exatamente, há um mecenas que financia, ele próprio participa no regulamento.”---

----- O **Senhor Vice-Presidente** acrescentou:-----

----- “A Senhora Vereadora há bocado quando falou dos vários interessados não falou do mecenas, que é o principal interessado”. -----

----- O **Senhor Presidente** mencionou: -----

----- “Mas fica registado o que disse a Senhora Vereadora.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a abertura da quarta edição do concurso do Prémio de Poesia de Oeiras e determinar como período de apresentação de candidaturas o período entre as zero horas dos dias quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco e as vinte e quatro horas do dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e seis, em horário de Portugal Continental. -----

----- A abertura da quinta edição do concurso do Prémio de Poesia de Oeiras e determinar como período de apresentação de candidaturas o período entre as zero horas dos dias quinze de outubro de dois mil e vinte e seis e as vinte e quatro horas do dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e sete, em horário de Portugal Continental. -----

----- A designação dos membros do júri propostos para cada uma das modalidades da quarta e da quinta edição do Prémio de Poesia de Oeiras. -----

----- Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze de doze de setembro. -----

**47 - PROPOSTA Nº. 905/25 - PARECER POSITIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
PARA ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA, AO CLUBE DE KUNG FU
HONG LONG:**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o parecer positivo da Câmara Municipal de Oeiras para a atribuição do Estatuto de Utilidade Pública ao Clube de Kung Fu Hong Long, bem como ratificar o parecer anteriormente emitido em novembro de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Nos termos dos artigos oitavo, número um, alínea d) e décimo sétimo, número quatro, da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública. -----

-----Artigo segundo, número dois, alínea g), subalínea ix), da Portaria número cento e trinta e oito-A, de dois mil e vinte e um, de trinta de junho. -----

-----Artigos nonagésimo primeiro e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, artigo centésimo sexagésimo quarto, números um, três e cinco. -----

48 - PROPOSTA Nº. 906/25 - UJ - PLANO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE OEIRAS 2025-2030:

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu: -----

-----“Eu pedi a palavra para dar os parabéns a toda a equipa que fez este plano e ao Senhor Vereador Pedro Patacho. -----

-----Porque de facto, esta é a mais-valia que nós aqui temos, a de conseguirmos coordenar diversas áreas de ação e, de facto, tenho que aqui sublinhar que este plano tenha sido cruzado, quer com o PAECO - Plano de Ação Energia e Clima de Oeiras, quer com o Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação. -----

----- Queria mais uma vez reforçar a excelente colaboração que tem havido entre todos na elaboração dos diversos planos, o cruzamento de áreas que penso que é uma mais-valia para todos porque cada um conhece bem a sua área e quando nós conseguimos fazer esta coordenação todos ganhamos.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

----- “Nós saudamos a elaboração deste plano ou da proposta de plano. Os objetivos principais e princípios orientadores, nomeadamente, capacitar e qualificar a participação cívica e política dos jovens, combater o abstencionismo social e eleitoral, a construção da comunidade, melhorar a qualidade de vida dos jovens com a implementação de medidas que eles próprios proponham, promover o associativismo juvenil, tudo isso nos parece bastante importante e deve ser feito, claro está, sem cortar a liberdade dos jovens, sem manipulação, sem aproveitamento político-partidário. -----

----- Nesta proposta de plano, deveria quanto a nós começar com uma caracterização estatística e sociológica da população jovem do Município de Oeiras, e temos sim uma breve caracterização estatística nacional, apenas.-----

----- Na proposta é dito que o processo de construção do Plano assentou numa lógica participativa e colaborativa, que nós saudamos como é evidente, envolvendo diretamente os jovens, as associações, as escolas, os serviços municipais e também o Conselho Municipal da Juventude, reforçando a legitimidade e representatividade deste documento. -----

----- Ora, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, o conhecimento que temos é só que houve duas ou três reuniões sobre este assunto, no Conselho Municipal da Juventude, é essa a informação que nós temos.-----

----- Sempre com debates ainda bastante incipientes, enfim, sem um documento concreto para se trabalhar. Aquilo que nos foi relatado foi que a participação foi pouca neste âmbito.-----

----- Apesar do documento falar muitas vezes de inclusão, da sua importância, tirando o

projeto da Semear, não temos aqui projetos e planos para os jovens portadores de deficiência, nomeadamente, projetos de inclusão na infância e adolescência, no desporto, atividades culturais.

-----A questão da saúde mental que é identificada pelos jovens como urgente e carente de meios. É importante não desligarmos desse assunto e realmente garantirmos que todos tenham acesso à saúde mental. -----

-----A crise no associativismo juvenil e no sentido de comunidade, pode ser combatido realmente através da criação de ligações afetivas entre instituições, clubes, os jovens que muitas vezes vivem um pouco desligados do seu bairro, da sua vizinhança, da sua comunidade e devemos ter atenção e dar apoio a todos os projetos que emanem os jovens e criar uma espécie de eventos, de olimpíadas dos bairros e de outros eventos que fomentem essa participação e esse sentido de comunidade. -----

-----Também devemos ter em atenção a falta de espaços de diversão noturna para os jovens, que acabam por se deslocar para Cascais e Lisboa. E isto é sempre de difícil tratamento porque nós não podemos pôr espaços de diversão noturna ao pé de casas de habitação porque isso prejudica o descanso, o sono das outras pessoas. Portanto, temos de encontrar espaços que não conflituem com o direito ao descanso. Mas é importante, realmente, pensar em espaços para a diversão noturna dos jovens, nomeadamente ao pé de estações de comboio, de interface, enfim, menos próximas de habitações. -----

-----Consideramos que a proposta deve ser deliberar aprovar a proposta de plano, porque ainda o Plano será depois da consulta pública e da aprovação final na reunião e na Assembleia Municipal. -----

-----Portanto, vamos votar favoravelmente o que é a proposta de plano para consulta pública e mais uma vez damos os parabéns pela existência deste trabalho.” -----

-----**O Senhor Vereador Pedro Patacho** disse: -----

-----“Em primeiro lugar dar os parabéns aos serviços, ao Departamento de

Desenvolvimento Social, em particular à Unidade de Juventude e a toda a equipa e ao seu chefe de unidade, pelo empenho, pela dedicação, pelo esforço ao longo de muitos meses, mais de um ano de trabalho, para conseguir chegar a esta proposta de plano para a juventude de forma participada, de forma que envolveu a nossa comunidade jovem. -----

----- Gostava de sinalizar que registámos cerca de quatrocentos e quarenta e um jovens participantes em cerca de quarenta e três sessões de diálogo, que deram origem a noventa e três propostas concretas e objetivas que, depois foram muito discutidas e muito trabalhadas entre os jovens no Conselho Municipal da Juventude e internamente na Câmara Municipal, com a participação dos serviços mais diretamente ligados às áreas temáticas dessas propostas e intervenção política dos Senhores Vereadores dos pelouros respetivos. -----

----- Portanto, houve um constante vai e vem e um diálogo permanente, relativamente, quer àquilo que foi a auscultação da comunidade jovem, quer àquilo que foi a discussão e o debate das propostas emergentes dessa participação. -----

----- As sessões foram as mais variadas, tiveram frequentemente lugar na própria Biblioteca Municipal de Oeiras nas vésperas da realização dos Conselhos Municipais da Juventude, aproveitando-se a agenda do Conselho Municipal da Juventude para os jovens irem apresentar as conclusões das suas jornadas de trabalho. -----

----- Também houve sessões que tiveram lugar em escolas, com alunos dos vários níveis de ensino e houve um grande Fórum da Juventude, no centro de congressos do Taguspark, onde tivemos o gosto de ter duzentos e cinquenta jovens participantes, durante quase um dia a debater e a discutir as suas propostas. -----

----- Foi de facto um processo muito participado. -----

----- Foi desde o momento inicial acompanhado pelo Conselho Municipal da Juventude. O Conselho Municipal da Juventude acompanhou a ideia, o surgimento e a discussão da ideia de elaboração do Plano, como é que o devíamos fazer, a seleção de entidade parceira que apoiou a

Unidade de Juventude no trabalho de investigação, de análise e de coleção de dados para desenvolver o Plano. Acompanhou as sessões de auscultação dos jovens, foi apresentado ao Conselho Municipal da Juventude os resultados dessas ideias. Foi apresentada inicialmente a estrutura, portanto, o índice, a proposta de estrutura do Plano, foi discutida e aprovada pelo Conselho Municipal da Juventude, e depois foi apresentada a versão “draft” do Plano e mais tarde a versão que é apresentada aqui hoje no Executivo Municipal. -----

----- Todo este processo para além de ser muito participado pela comunidade foi muito acompanhado e continuará a ser pelo Conselho Municipal da Juventude, porque o documento apresenta-se como um documento aberto, como um documento flexível. -----

----- Há uma razão para a qual as medidas não estarem já automaticamente “linkadas”, há objetivos operacionais e metas de concretização. Porque a dada altura, é proposto que a implementação deste plano para uma vigência dois mil e vinte e cinco/dois mil e trinta, far-se-á através de planos anuais sectoriais ligados às várias áreas temáticas em que as medidas estão agrupadas. Planos esses que serão apresentados anualmente, como decorre da lei, juntamente com o Plano Anual de Atividades para a Juventude ao Conselho Municipal da Juventude, serão acompanhados na sua execução também pelo Conselho Municipal da Juventude e esses planos sectoriais anuais, esses sim, terão os objetivos operacionais e as metas “linkadas” a cada uma das medidas das várias áreas temáticas que estão aqui. -----

----- Por outro lado, dizer que quando este trabalho começou a ser feito, ele teve como base inicial o estudo sociológico de caracterização sociológica da juventude de Oeiras, que tinha sido feito algum tempo antes. Foi também apresentado publicamente e que obviamente não se reproduziu aqui. O documento faz referência a esse estudo sociológico como base de trabalho, mas todos esses dados que estão aí de caracterização sociológica da comunidade jovem de Oeiras não foram, obviamente, reproduzidos aqui. -----

----- Dizer também que este plano que aqui está não vem descobrir a pólvora. Procurou

carregar-se para aqui tudo aquilo que a Câmara Municipal já faz e não apenas através da Unidade de Juventude, tudo aquilo que a Câmara já faz na área da cultura, na área do ambiente, na área da educação, na área da habitação, na área dos apoios sociais, na área da saúde, área da governação, enfim, em diversas, tudo aquilo que a Câmara já faz, carregou-se para este plano e acrescentou-se aquilo que foi o resultado deste trabalho de envolvimento e de participação da comunidade, de onde surgiram muitas ideias. -----

----- Daquelas noventa e três ideias selecionadas viemos a verificar mais tarde, que muitas coisas já existiam, já estavam a ser feitas ou já estavam planeadas pelos próprios serviços municipais. Portanto houve aqui um trabalho de coligir tudo aquilo que já existe, tudo aquilo que estava já planeado pelos diversos pelouros naquilo que é o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Câmara Municipal e o enriquecimento disso com as propostas que emergiram do processo participativo de auscultação da comunidade jovem. -----

----- Portanto, acho que estamos de parabéns. Estamos na presença de um bom documento e que volto a dizer, não é uma proposta de documento fechada, acabada, é dinâmico, é flexível e será implementado através de planos anuais sectoriais proximamente acompanhados, quer pelos vários pelouros e serviços municipais, quer pelo Conselho Municipal da Juventude.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** mencionou: -----

----- “Senhor Presidente, depois do tempo que já se tomou nesta proposta, eu peço desculpa por intervir, mas tinha de o fazer. -----

----- Hoje, pela primeira vez, acho que é das poucas vezes que concordei com Senhora Vereadora Carla Castelo numa preocupação que aqui trouxe, que tem haver com o espaço de divertimento noturno para os jovens e até acho interessante que o diga “perto das estações ferroviárias”. -----

----- Estava aqui eu a pensar de cabeça que junto à estação de Oeiras, não dá. Junto à estação de Santo Amaro de Oeiras, também não dá. Paço de Arcos, em princípio também não.

Caxias, também não. A estação de Cruz Quebrada, talvez dê. Algés também não dá. -----

-----Na Cruz Quebrada talvez dê, portanto só posso crer que a Senhora Vereadora Carla Castelo finalmente percebeu, também nesta dimensão, a importância de um projeto como o projeto Porto Cruz. -----

-----Finalmente, vemos a Senhora Vereadora Carla Castelo a concordar connosco, da importância de se refazer aquela zona da frente ribeirinha do Tejo e o que nós temos todos a ganhar com aquilo.-----

-----Portanto, queria dar os parabéns a Senhora Vereadora Carla Castelo. Finalmente decidiu inovar e finalmente veio a concordar connosco, porque de facto a transformação daquela zona Cruz Quebrada/Dafundo, onde eu diariamente vou fazer o meu exercício físico, agradecendo todos os dias o génio da governação, que foi do Doutor Isaltino Morais ao ter aberto o rio para a população. Só falta agora fazer esta parte, que nos vai permitir requalificar toda aquela zona, ter uma nova estação de caminho de ferro, ter aquela marina extraordinária naquela zona da Cruz Quebrada de Algés. -----

-----E nessa marina sim, podemos estar longe de incomodar a população, ter também uma zona de diversão noturna para os jovens do concelho poderem estar. -----

-----Até porque eu há pouco tempo, cumprindo as instruções do Senhor Presidente tentei que os bares do Centro Cívico de Carnaxide fossem recuperados. Provavelmente eu seria “linchado” pela população à volta e a Polícia de Segurança Pública também deu parecer negativo.-----

-----Portanto, Senhor Presidente para terminar, dar os parabéns a Senhora Vereadora Carla Castelo por finalmente, ter concordado com a importância estratégica do projeto Porto Cruz para o Concelho de Oeiras.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** respondeu:-----

-----“Só vou dizer que não. Que é evidente que repudiamos o projeto Porto Cruz.-----

----- E por essa ordem de ideias perfeitamente descabida, já que lá querem pôr torres onde vivam pessoas, a não ser que seja só mesmo especulação imobiliária e os apartamentos acabem por nem ser ocupados.-----

----- Mas por essa lógica, também se as pessoas viverem lá também não iriam querer ter barulho com diversão noturna. Portanto, está completamente enganado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse: -----

----- “Só me desilude Senhora Vereadora.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o Plano Municipal da Juventude de Oeiras dois mil e vinte e cinco-dois mil e trinta, enquanto instrumento estratégico de política pública local para a juventude. -----

----- Submeter o Plano Municipal da Juventude de Oeiras dois mil e vinte e cinco-dois mil e trinta a consulta pública, durante trinta dias úteis, garantindo a recolha de contributos adicionais que enriqueçam e consolidem o documento. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e m) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea a) e r). -----

----- Lei número seis, de dois mil e doze, de dez de fevereiro.-----

49 - PROPOSTA N.º 907/25 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À EIA - ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S.A., NO ÂMBITO DA 2.ª EDIÇÃO DO NASA SPACE APPS CHALLENGE LISBON:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de três mil e quinhentos euros à “EIA - Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima”, destinado a apoiar a realização da segunda edição do “NASA Space Apps Challenge Lisbon”, a realizar nos dias quatro e cinco de outubro de dois mil e vinte e cinco, enquadrado nos Eixo Um - Ciência, Educação e Sociedade e Eixo Três - Ciência e Internacionalização da EOCT dois mil e vinte-e-dois mil e vinte e cinco. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Se o apoio não for executado na totalidade e surgindo a necessidade de redução do respetivo cabimento, o serviço gestor do subsídio informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria



**Câmara Municipal
de Oeiras**

número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

**50 - PROPOSTA N.º 908/25 - UJ - PROGRAMA TEMPO JOVEM 2025 - DESCABIMENTAÇÃO
DE VERBA 2025:-----**

----- I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou:-----

----- “Nós reconhecemos o valor do Programa Tempo Jovem, o impacto que tem tido nos jovens, na empregabilidade e no desenvolvimento de competências dos jovens do Município. -----

----- O que consideramos é que a proposta apresenta aqui fragilidades no texto. -----

----- Não me parece muito clara na exposição dos números, obrigando o leitor a fazer cálculos para perceber a lógica do descabimento, a previsão orçamental também se cabimentaram trezentos e oitenta e três mil e quinhentos, mas afinal, serão necessários menos noventa mil, a estimativa inicial foi inflacionada, não sei.-----

----- Além disso, a fundamentação não analisa as razões dessa diferença.-----

----- Menor número de jovens? Menos entidades que acolhem? Custos unitários mais baixos? Não sabemos.-----

----- A proposta limita-se a cortar a verba sem avaliar as tendências, estruturar mecanismos de previsão fiáveis, importa que esta gestão orçamental do programa seja de molde a perceber-se, porque não é acompanhada de explicações para garantir que percebemos que há aqui eficácia no uso dos recursos.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “Fica registado, se houver algum esclarecimento a prestar, façam o favor de tratar disso.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte

e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o descabimento do montante de noventa mil euros referente ao Programa Tempo Jovem dois mil e vinte e cinco.-----

-----Na eventualidade do valor remanescente não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do cabimento, o serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e f) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo nono e centésimo septuagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

51 - PROPOSTA Nº. 909/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, PARA APOIO À RESPOSTA ALIMENTAR DO PROJETO “FAMÍLIAS COM ALMA”:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à FOSRDI - Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, Centro Sagrada Família, para apoio à resposta alimentar do projeto “Famílias com Alma”, no valor de cinco mil e setecentos e cinquenta euros.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Código dos Contratos Públícos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

**52 - PROPOSTA Nº. 910/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO CABO, PARA APOIO ÀS
INTERVENÇÕES DIVERSAS NO EQUIPAMENTO:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de vinte e nove mil cento e setenta e três euros, para apoio à aquisição e montagem de marmita elétrica, às obras de requalificação e

impermeabilização do terraço e à instalação de bombas de calor.-----

-----A designação da técnica superior Helena Baptista, da Divisão de Coesão Social, como gestora do contrato.-----

-----A minuta de contrato de comparticipação financeira.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

53 - PROPOSTA N°. 911/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A CASA DE BETÂNIA”, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a

atribuição de uma comparticipação financeira à associação A Casa de Betânia, no montante de onze mil trezentos e noventa e oito euros e quinze cêntimos, para aquisição de uma viatura para transporte de géneros alimentares a fim de prosseguir com a sua missão em prol dos seus utentes.

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

54 - PROPOSTA N.º 912/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES SOCIAIS, NO ÂMBITO DO PRR, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS ELÉTRICAS - MOBILIDADE VERDE SOCIAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla

Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante global de vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e três cêntimos, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência - candidatura a financiamento na aquisição de viaturas elétricas - Mobilidade Verde Social, distribuída de seguinte forma: -----

-----Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide - nove mil seiscentos e vinte e seis euros; -----

-----Centro Social e Paroquial de São Miguel de Queijas - dezasseis mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e três cêntimos. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Na eventualidade de a comparticipação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Divisão de Coesão Social informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei dezoito, de dois mil e oito, de

vinte e nove de janeiro.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**55 - PROPOSTA Nº. 913/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA APOIO A
PROJETOS DESENVOLVIDOS PARA OBRAS DE ADAPTAÇÃO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de vinte e dois mil e vinte cinco euros ao Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra, sendo: -----

----- Quinze mil e duzentos euros, para apoio aos projetos desenvolvidos pela entidade; -----

----- Seis mil oitocentos e vinte e cinco euros, para apoio às obras de adaptação. -----

----- A designação da técnica superior Helena Baptista, da Divisão de Coesão Social, como gestora do contrato.-----

----- A minuta de contrato de comparticipação financeira. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números

um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

56 - PROPOSTA Nº. 914/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL BATOTO YETU PORTUGAL, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO IMIGRANTE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal, no montante de nove mil e oitocentos euros, para apoio ao funcionamento da resposta Gabinete de Inserção Profissional Imigrante (GIP) no ano de dois mil e vinte e cinco.-----

-----A minuta do termo de aceitação, prevendo a monitorização trimestral, com a entrega de cópias de comprovativos de despesa e relatório de execução.-----

-----Nos termos do dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u).-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte

e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 915/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CORAÇÃO AMARELO, PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO “VIVER E MORRER A MESMA PREPARAÇÃO” PARA VOLUNTÁRIOS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à associação Coração Amarelo para apoio à realização da formação “Viver e Morrer a Mesma Preparação” para os seus voluntários, no valor de mil oitocentos e oitenta euros. -----

----- A minuta de termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e

sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezrito, de vinte e um de agosto.-----

58 - PROPOSTA Nº. 916/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CERCIOEIRAS, PARA A CELEBRAÇÃO DO SEU 50º. ANIVERSÁRIO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à CerciOeiras no valor de dezasseis mil e cinquenta euros, para a realização das celebrações relativas ao quinquagésimo aniversário da Instituição.---

-----A minuta do termo de aceitação.-----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos

Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos terceiro, número um, alínea a), trigésimo sexto e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

59 - PROPOSTA Nº. 917/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS PARA EMISSÃO DE LICENÇA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, NO ÂMBITO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DA PAZ: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o apoio logístico à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, para a festa de Nossa Senhora da Paz, no valor estimado de mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e três cêntimos. -

----- A isenção das taxas devidas pela emissão de licença de ocupação de espaço público, no valor estimado de quatrocentos e setenta e um euros e setenta e seis cêntimos. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

-----Alínea b), do número um, do artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezolito, de vinte e um de agosto.-----

60 - PROPOSTA Nº. 918/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EMDIIP - EQUIPA MÓVEL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E INTERVENÇÃO PRECOCE, NO ÂMBITO DO PROJETO “LINK”: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de sete mil novecentos e quarenta e um euros e oitenta céntimos, à EMDIPP - Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, para apoio ao desenvolvimento do projeto “LINK”, que visa a inclusão social e a empregabilidade de jovens e adultos com deficiência e mostra-se alinhando com as políticas públicas de integração e igualdade de oportunidades.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos terceiro, número um, alínea a), trigésimo sexto e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

61 - PROPOSTA Nº. 919/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI, PARA A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES 2025: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de trinta e seis mil euros à Associação Pombal Vinte e Um, para a manutenção de atividades dois mil e vinte e cinco. -----

----- A minuta de contrato de comparticipação financeira. -----

----- A designação da técnica superior da Divisão de Coesão Social, Marlene Jordão,

como gestora do contrato. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c) e artigo ducentésimo nonagésimo-A.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezotto, de vinte e um de agosto.-----

62 - PROPOSTA Nº. 920/25 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO À MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ENTIDADES DE ÂMBITO SOCIAL E DE SAÚDE - ADITAMENTO À PD Nº. 707/2025:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, no montante global de setenta e oito mil euros, às



Câmara Municipal
de Oeiras

dezasseis entidades abaixo, para apoio à manutenção das suas atividades: -----

----- Ajuda Mãe - Associação Solidariedade Social - seis mil e quinhentos euros; -----

----- Associação Reabilitação Integração Ajuda - seis mil e quinhentos euros; -----

----- Associação de Lares Familiares para Crianças e Jovens - Novo Futuro - cinco mil euros; -----

----- Associação Amigos da Mulher Angolana - seis mil euros; -----

----- Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - sete mil euros; -----

----- Associação dos Amigos de Santa Cruz - dois mil e quinhentos euros; -----

----- Associação Família Solidária de Oeiras - seis mil e quinhentos euros; -----

----- Associação Lage em Movimento - mil euros; -----

----- Associação Mundo Feliz - três mil euros; -----

----- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Moinho em Movimento - quinhentos euros; -----

----- Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide - dez mil e quinhentos euros; -----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora Cabo - dez mil e quinhentos euros; -----

----- Coração Amarelo - Delegação de Oeiras - três mil e quinhentos euros; -----

----- Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura - seis mil e quinhentos euros; -----

----- Associação Dezoito de Maio - dois mil e quinhentos euros. -----

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos terceiro, número um, alínea a), trigésimo sexto e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

63 - PROPOSTA Nº. 921/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE DIÁLISE PERITONEAL ASSISTIDA:-----

-----I - A Senhora Vereadora Teresa Bacelar referiu o seguinte:-----

-----“A Fundação Renal Portuguesa tem demonstrado um compromisso exemplar no apoio a pessoas com doença renal crónica, unindo ciência, saúde e solidariedade social. -----

----- O Município de Oeiras já havia dado um primeiro passo decisivo ao apoiar a instalação do Centro de Hemodiálise de Oeiras, inaugurado em dois mil e vinte e quatro, construído em terreno cedido pelo município com capacidade para trezentos doentes. -----

----- Hoje, com lançamento do programa de diálise peritoneal assistida, fruto da colaboração entre a Fundação, o Hospital de Santa Cruz e o Município, dá-se o segundo e significativo marco, uma resposta inovadora humana integrada, permite levar cuidados de saúde especializados diretamente ao domicílio dos doentes.-----

----- É com grande satisfação que vemos o município associado a este novo projeto pioneiro que reforça e dá continuidade à sua aposta na saúde e na qualidade de vida da comunidade. Este apoio municipal traduz-se em mais do que um contributo logístico ou financeiro, representa visão, proximidade e sentido de missão pública, colocando Oeiras na linha da frente da inovação social e da prestação de cuidados de saúde de excelência, trata-se de uma parceria nobre que honra a tradição solidária do concelho e reafirma o compromisso de todos com uma sociedade mais justa, inclusiva e profundamente humana.” -----

----- **A Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou:-----

----- “O PSD quer obviamente saudar esta proposta bem como este projeto pela implementação do programa de diálise. Este programa tem aqui várias valências, nomeadamente não só a assistência a estes doentes com doença renal crónica terminal, com limitações que impossibilitam a administração desta terapêutica em autonomia, mas também estes cuidados serem domiciliários, estes cinco iniciais e estimando que seja diária em visita entre cinco a seis dias na semana.-----

----- A este nível, a Fundação Renal Portuguesa irá realizar formações teóricas e práticas tidas no Hospital Santa Cruz, conforme o plano de formação estabelecido, para além de efetuar também as visitas aos doentes do programa e realizar os procedimentos definidos pelo próprio médico de cada um dos doentes, verificar a situação de cada doente, alertar em caso de alteração

em que possa haver necessidade de revisão pelo próprio médico e também obviamente, preencher um formulário e registo de cada uma destas visitas fazendo chegar periodicamente à equipa de gestão do programa, vemos isto como medidas muito importantes e que, obviamente, o PSD espera que este projeto consiga crescer e ter a maturidade suficiente para abranger mais doentes nos próximos anos, dando assim a sua qualidade de vida e, por isso os nossos parabéns.”

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Fundação Renal Portuguesa, no montante de vinte e cinco mil euros, para aquisição de uma viatura ligeira que viabilize o transporte dos profissionais que assegurarão o procedimento de Diálise Peritoneal Assistida, no domicílio, verba que corresponde a noventa e seis por cento do orçamento mais baixo. -----

-----A minuta de contrato. -----

-----A designação da Chefe da Unidade de Gestão e Promoção de Saúde, Ana Almeida, como gestora do contrato. -----

-----Na eventualidade de a comparticipação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Unidade de Gestão e Promoção da Saúde informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo décimo, números um e dois, da Lei número quarenta e cinco-A, de dois mil e vinte e quatro, de trinta e um de dezembro. -----

----- Artigos quinto, número um, alínea c) e ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos terceiro, número um, alínea a), trigésimo sexto e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

64 - PROPOSTA Nº. 922/25 - UGPS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MINICOR CORAGEM - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PARA APOIO DAS OBRAS DE MELHORIA DO SERVIÇO DE CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** mencionou:-----

----- “A Minicor tem desempenhado um papel ímpar no apoio a crianças com doenças cardíacas e às suas famílias em estreita ligação com o serviço de Cardiologia Pediátrica do Hospital de Santa Cruz. -----

----- O Município de Oeiras já se encontra associado a esta missão desde que viabilizou o alojamento temporário de doentes e familiares deslocados, bem como, através do apoio continuado ao Programa HERO - Programa de Reabilitação Cardíaca Pediátrica, uma iniciativa inovadora de reabilitação cardíaca pediátrica desenvolvida em parceria com a Faculdade de

Motricidade Humana. -----

-----Estas parcerias refletem um percurso consistente, pautado pelo compromisso social e pela promoção da saúde e bem-estar da comunidade. -----

-----Hoje, com o apoio à ampliação e melhoria das instalações do Serviço de Cardiologia Pediátrica, dá-se um novo passo, grande alcance humano e clínico. -----

-----A participação municipal permitirá criar melhores condições para crianças e famílias que enfrentam doenças cardíacas, aumentando a capacidade de internamento e garantindo cuidados diferenciados.-----

-----Este gesto confirma Oeiras como um Município solidário e visionário que honra a sua tradição de proximidade às necessidades da população, investido em projetos de excelência com impacto direto na vida de quem mais precisa.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma participação financeira à Minicor- Associação de Solidariedade Social, no montante de cento e cinquenta mil euros, para apoio à realização de obras de alargamento e melhoria do Serviço de Cardiologia Pediátrica, verba que corresponde a cerca de oitenta e dois por cento do orçamento global. -----

-----A ultrapassagem excepcional do limite previsto, considerando que a execução em apreço resulta em evidente benefício de doentes e famílias, mantendo ou elevando os níveis de excelência que caracterizam o Hospital de Santa Cruz. -----

-----A minuta de contrato. -----

-----A designação da Chefe da Unidade de Gestão e Promoção de Saúde, Ana Almeida, como gestora do contrato. -----

----- Na eventualidade de a comparticipação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Unidade de Gestão e Promoção da Saúde informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

65 - PROPOSTA Nº. 923/25 - DP - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº. 62/2024 COM A LXBIO PHARMACEUTICALS, S.A.:-----

----- I - A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu:-----

----- “Eu tive o gosto de visitar o edifício do antigo Intermarché, fui acompanhada pelo doutor Tiago e a doutora Ana e gostaria de perceber esta desistência.-----

----- O contrato de arrendamento tinha sido celebrado com o Município em dois mil e

vinte e quatro, mas acho que é importante percebermos as razões por que um ano depois esta empresa desiste. -----

-----O que é que terá levado a esta revogação?-----

-----As instalações não eram as adequadas para a empresa, não foram considerados alguns critérios que a empresa gostaria de ter e depois não teve, vão para outro concelho, é que não dizem nada na proposta de deliberação, nem na carta de rescisão. -----

-----Nós não nos opomos, claro, a esta proposta, votaremos favoravelmente, mas gostaríamos de perceber e também pensamos que é importante o Município perceber, tentar saber se é que não fez, mas se o fez gostaríamos de saber as razões porque não estão transpostas para a proposta.” -----

-----**O Senhor Vereador Nuno Neto** elucidou:-----

-----“Este projeto da LxBio assentava numa tripartida cooperação entre três entidades ligadas à ciência, ao conhecimento e à investigação e também num financiamento expectável pelo desenvolvimento de uma solução técnica biotecnológica que não veio a acontecer. -----

-----Portanto, é comunicado pela entidade nos termos em que é comunicado e com algum sigilo, uma vez que se trata de um projeto de investigação e que não quererão certamente que seja do conhecimento alargado as razões. -----

-----Daí que, ao Município cabe reconhecer que este projeto de acordo com os seus promotores não terá viabilidade imediata, mas se vir logo a seguir há uma série de outros projetos com viabilidade imediata que vem ocupar o espaço que estava destinado à LxBio.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, revogar o contrato de arrendamento para fins não habitacionais número sessenta e dois, de dois mil e vinte

e quatro, celebrado em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, com a “LxBio Pharmaceuticals, Sociedade Anónima” e a minuta de celebração do acordo de revogação. -----

----- Nos termos das alíneas g) e ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo ducentésimo e número dois, do artigo ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

66 - PROPOSTA Nº. 924/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “ENA PORTUGAL - SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.”, DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PARTE DO IMÓVEL SITO NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração entre o Município e a “ENA Portugal - Sistemas de Telecomunicações, Sociedade Anónima”, de um contrato de arrendamento para fins não habitacionais, destinado à instalação dos seus escritórios, de parte do imóvel sito na Quinta de Santa Bárbara, em Talaíde. -----

----- Os termos do contrato a celebrar.-----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo trigésimo primeiro, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

67 - PROPOSTA Nº. 925/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “POST77” DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PARTE DO IMÓVEL SITO NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou:-----

-----“Relativamente a esta empresa tenho uma questão, porque é dito que é destinada à instalação de uma unidade fabril de alta tecnologia, que é a missão da empresa “POST Setenta e Sete”, que se centra no desenvolvimento e produção de sistemas aéreos não tripulados para aplicações civis e militares, integrando aqui uma série de tecnologias.-----

-----Gostaria de perceber se esse desenvolvimento de aplicações militares vai implicar medidas de segurança e, eventualmente, enfim, restrições de acesso ao espaço, ao edifício, às instalações por parte de outras empresas ou de outras atividades que lá se possam vir a fazer, é isso que eu gostaria de saber.” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu: -----

-----“Este edifício como vê, neste conjunto de propostas de ocupação, prevê uma ocupação de várias entidades, todas elas ligadas à investigação, à tecnologia e à ciência.-----

-----Portanto, o comprovativo que afasta qualquer preocupação, é a quantidade de empresas que hoje trazemos a esta Câmara para ocupar o mesmo espaço.” -----

-----Observando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Aquila vai funcionar como um condomínio, será esse o modo de funcionamento, ou seja, haverá partes que dizem respeito a cada uma das empresas e haverá outras que serão comuns. -----

-----Em princípio, o corredor principal, irá ser de acesso comum a todos.” -----

-----II - Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho,

Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração entre o Município e a “POST Setenta e Sete” de um contrato de arrendamento para fins não habitacionais, destinado à instalação de uma unidade industrial completa, dotada de capacidades de engenharia avançada, produção e certificação aeronáutica de veículos aéreos não tripulados, de parte do imóvel sítio na Quinta de Santa Bárbara, em Talaíde. -----

----- Os termos do contrato a celebrar.-----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Número um, do artigo trigésimo primeiro, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

68 - PROPOSTA Nº. 926/25 - DP - CELEBRAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “BEYOND VISION” DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE PARTE DO IMÓVEL SITO NA QUINTA DE SANTA BÁRBARA, EM TALAÍDE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração entre o Município e a “Beyond Vision - Sistemas Móveis Autónomos de Realidade Aumentada, Sociedade Anónima” de um contrato de arrendamento para fins não habitacionais, destinado ao desenvolvimento de tecnologia UAV (Unmanned Aerial Vehicles) com ênfase em sistemas de

Inteligência Artificial e comunicação, de parte do imóvel sítio na Quinta de Santa Bárbara, em Talaíde. -----

-----Os termos do contrato a celebrar. -----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo trigésimo primeiro, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

69 - PROPOSTA Nº. 927/25 - DPCH - Pº. 54/DCH/2023 - PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 1ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DE CONTRATO - TRABALHOS COMPLEMENTARES E A MENOS 1 E MINUTA DE ADICIONAL AO CONTRATO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os trabalhos complementares no montante de cento e trinta e seis mil oitocentos e vinte e dois euros e quinze centimos, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento, correspondentes ao custo total dos trabalhos a mais considerados, referente à empreitada de “Construção do empreendimento habitacional de Leceia - noventa e seis fogos, Barcarena”, ao concorrente “Teixeira, Pinto & Soares, Sociedade Anónima”. -----

-----O mapa de trabalhos complementares um.-----

----- A supressão dos trabalhos a menos no montante de cento e trinta e quatro mil setecentos e setenta euros e oitenta e cinco céntimo, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento. -----

----- A minuta de adicional ao contrato número seiscentos e trinta e seis, de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Número um, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

70 - PROPOSTA Nº. 928/25 - DPCH - Pº. 54/DCH/2023 - PROGRAMA HABITACIONAL DE LECEIA - 96 FOGOS, BARCARENA - 2ª. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DE CONTRATO - TRABALHOS COMPLEMENTARES 2 - ERROS E OMISSÕES E MINUTA DE ADICIONAL AO CONTRATO: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os trabalhos complementares resultantes de erros e omissões, no montante de trezentos e oitenta e nove mil setecentos e trinta e quatro euros e vinte e cinco céntimos, ao qual deverá acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento, correspondentes ao custo total dos trabalhos decorrentes de erros e omissões considerados, referente à empreitada de “Construção do

empreendimento habitacional de Leceia - noventa e seis fogos, Barcarena”, ao concorrente “Teixeira, Pinto & Soares, Sociedade Anónima”. -----

-----A prorrogação de prazo de execução da empreitada por sessenta e oito dias. -----

-----O mapa de trabalhos complementares dois, de erros e omissões. -----

-----A minuta de adicional ao contrato número seiscentos e trinta e seis, de dois mil e vinte e quatro. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----Número um, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

71 - PROPOSTA Nº. 929/25 - DPCH - Pº. 21/DCH/2024 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PROGRAMA DE HABITAÇÃO EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA - 30 FOGOS, PORTO SALVO - 1ª. REVISÃO ORDINÁRIA / PROVISÓRIA DE PREÇOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o pagamento ao empreiteiro “DGPW, Sociedade Anónima” do valor apurado em sede da primeira revisão ordinária/provisória de preços, no montante de dezanove mil cento e sessenta e dois euros e sessenta e cinco centimos, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor de seis por cento no valor de mil cento e quarenta e nove euros e setenta e cinco centimos, o que perfaz um total de vinte mil

trezentos e doze euros e quarenta e um cêntimos, referente à empreitada de “Construção do novo programa de habitação empreendimento Irmã Joana - trinta fogos, Porto Salvo”. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, na redação do Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto, artigo sexto e número um, do artigo décimo nono.-----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo.-----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alíneas a), h), i), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas f) e bb), do número um, do artigo trigésimo terceiro.-----

72 - PROPOSTA Nº. 930/25 - DPCH - Pº. 34/DCH/2024 - CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL QUINTA DAS ACÁCIAS, 42 FOGOS - CARNAXIDE - PAGAMENTO DE REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 1:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o pagamento ao adjudicatário “Alexandre Barbosa Borges, Sociedade Anónima”, do valor da revisão ordinária, provisória de preços, no montante de dezoito mil trezentos e vinte e sete euros e trinta e três cêntimos, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, perfazendo um total de dezanove mil quatrocentos e vinte e seis euros e noventa e sete cêntimos, referente à empreitada “Construção do programa habitacional Quinta das Acácia, quarenta e dois fogos - Carnaxide”.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, artigo sexto e número um, do artigo décimo nono.-----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigos

tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo.-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), h), i), m) e n) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb).-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, artigo décimo oitavo, número um, alínea b), aplicável por força da repringa pela Resolução da Assembleia da República, número oitenta e seis, de dois mil e onze, de onze de abril. -----

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea g).-----

73 - PROPOSTA Nº. 931/25 - DPCH - Pº. 37/DPCH/2025 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE III - PORTO SALVO - RELATÓRIO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a adjudicação e despesa da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, da entidade concorrente “Unikonstrói, Limitada”, com o valor de proposta de um milhão cento e setenta mil euros, à qual acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento e o prazo de trezentos e sessenta e cinco dias de execução da obra, acrescido de trezentos e sessenta e cinco dias para a manutenção de espaços verdes, totalizando um prazo de execução da empreitada de setecentos e trinta dias, referente à empreitada de “Requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores - Fase três - Porto Salvo”.-----

-----O relatório final do júri. -----

----- A minuta de contrato. -----

----- A notificação de todos os concorrentes da decisão de adjudicação e a notificação ao adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação exigidos. -----

----- Nos termos da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio, alínea a), do artigo segundo e Lei número quarenta e três, de dois mil e vinte e quatro, de dois de dezembro, números um e dois, do artigo terceiro, que procedeu à alteração da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, artigo vigésimo segundo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, (repristinado pela Resolução da Assembleia da República, número oitenta e seis, de dois mil e onze, de onze de abril). -----

----- Lei número quarenta e um, de dois mil e quinze, de três de junho. -----

74 - PROPOSTA Nº. 932/25 - DPCH - Pº. 67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RESUMO DA EMPREITADA - TRABALHOS COMPLEMENTARES DO TIPO TRABALHOS A MENOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar os trabalhos a menos relativos ao Contrato de Empreitada de Obra Pública (CEOP) número trezentos e dez, de dois mil e vinte e três - Supressão de trabalhos contratuais, no valor de cento e noventa e quatro mil seiscentos e setenta e cinco euros e noventa e seis centimos, acrescidos do IVA à taxa legal

em vigor de seis por cento, que somados aos trinta e três mil trinta e um euros e onze cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, totalizam duzentos e vinte e sete mil setecentos e sete euros e sete cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, representando uma percentagem acumulada de trabalhos contratuais suprimidos de dezoito vírgula cinquenta e dois por cento.-----

-----Os trabalhos a menos relativos à primeira modificação objetiva ao CEOP número trezentos e dez, de dois mil e vinte e quatro - Supressão de trabalhos contratuais, com o contrato número cento e sessenta e um, de dois mil e vinte e quatro, no valor de seiscentos e quarenta e dois euros e trinta e dois cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, representando uma percentagem de trabalhos contratuais suprimidos de três vírgula setenta e quatro por cento.-----

-----Os trabalhos a menos relativos à terceira modificação objetiva ao CEOP número trezentos e dez, de dois mil e vinte e três - Supressão de trabalhos contratuais, com o contrato número quatrocentos e quarenta e cinco, de dois mil e vinte e quatro, no valor de dezasseis mil setecentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, representando uma percentagem de trabalhos contratuais suprimidos de setenta e sete vírgula dezanove por cento.-----

-----Os trabalhos a menos relativos à quarta modificação objetiva ao CEOP número trezentos e dez, de dois mil e vinte e três - Supressão de trabalhos contratuais, com o contrato número trinta e seis, de dois mil e vinte e cinco, no valor de seis mil e oito euros e vinte cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, representando uma percentagem de trabalhos contratuais suprimidos de cinco vírgula trinta e oito por cento.-----

-----A submissão ao controle de fiscalização do Tribunal de Contas.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Número um, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

75 - PROPOSTA Nº. 933/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 12, R/C D, NO BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, situado no Largo Idálio de Oliveira, número doze, rés do chão D, no Bairro Alto dos Barronhos, por necessidade de piso térreo. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de dez euros e quarenta e cinco céntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

76 - PROPOSTA Nº. 934/25 - GEHM - REVOGAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA RODRIGUES SAMPAIO, 10, 2º. DTº., NO EMPREENDIMENTO PARQUE DA JUNÇA, EM LINDA-A-VELHA:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse:-----

-----“Eu gostaria de perceber se antes foi feita realmente a análise da capacidade do agregado familiar para o pagamento da renda. Porque esta família, enfim, este agregado, veio agora devolver a chave justificando com a falta de capacidade para pagar a renda. E realmente há a tal taxa de esforço de trinta e cinco por cento e gostaria de perceber se houve aqui algum lapso ou se as pessoas entretanto ficaram sem trabalho ou o que é que lhes aconteceu para depois virem dizer que afinal não têm capacidade de pagamento.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** respondeu:-----

-----“Efetivamente as pessoas depois pensam. Não é o primeiro caso, especialmente pessoas que se candidatam e que vem do nosso parque de renda apoiada. E o concurso, as regras são iguais para todos, uma taxa de esforço de trinta e cinco por cento.-----

-----Mas há famílias, que depois, têm créditos ao consumo. Créditos que efetivamente torna-se difícil depois pagar essa renda. Vão, inscrevem-se, saem e depois quando vêm assinar o contrato pensam duas, três vezes.-----

-----E já no Alto da Montanha tivemos duas ou três desistências e aqui tivemos uma efetivamente. Está lá o valor de renda, nem é um valor que a gente vá depois fazer, o valor de renda está lá. Mas em algum momento, a família depois chega à conclusão que não consegue ou que é difícil pagar essa renda.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a renúncia da atribuição da habitação municipal T Dois, sita na Rua Rodrigues Sampaio, número dez, segundo direito, no empreendimento Parque da Junça, em Linda-a-Velha, conforme solicitado, no âmbito do concurso para atribuição de habitações no empreendimento Quinta dos

Aciprestes, Parque da Junça, em Linda-a-Velha e empreendimento Alto da Montanha, em Carnaxide. -----

----- A revogação da proposta de deliberação número oitocentos e vinte, de dois mil e vinte e cinco, de três de setembro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Artigos centésimo trigésimo primeiro, centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo sétimo, número dois, alínea c), centésimo sexagésimo nono, número um e centésimo septuagésimo, número um, do Código do Procedimento Administrativo. -----

77 - PROPOSTA Nº. 935/25 - GEHM - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA RODRIGUES SAMPAIO, Nº. 10, 2º. DTº., EMPREENDIMENTO PARQUE DA JUNÇA, EM LINDA-A-VELHA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, sita na Rua Rodrigues Sampaio, número dez, segundo direito, no empreendimento Parque da Junça, em Linda-a-Velha, em regime de renda reduzida, fixando uma renda mensal no valor de seiscentos e cinquenta euros, calculada de acordo com a metodologia definida. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea g) e trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.

78 - PROPOSTA Nº. 936/25 - GEHM - RELATÓRIO DO JÚRI DO CONCURSO DESTINADO À

ATRIBUIÇÃO DE 19 FOGOS - EM REGIME DE ARRENDAMENTO, NA MODALIDADE DE RENDA REDUZIDA DOS EMPREENDIMENTOS QUINTA DOS ACIPRESTES, PARQUE DA JUNÇA E ALTO DA MONTANHA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar o relatório do júri do concurso de candidatura, por classificação, destinado à atribuição de dezanove fogos, em regime de arrendamento, na modalidade de renda reduzida, dos empreendimentos Quinta dos Aciprestes, Parque da Junça e Alto da Montanha. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e três, de dois mil e dezanove, de três de setembro e Decreto-Lei número oitenta e nove, de dois mil e vinte e um, de três de novembro. -----

-----Decreto-Lei número trinta e sete, de dois mil e dezoito, de quatro de junho.-----

-----Decreto-Lei número sessenta e oito, de dois mil e dezanove, de vinte e dois de maio.

79 - PROPOSTA N.º 937/25 - GEHM - REVOGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO NAVARRO, N.º 6, 4º. C, NA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA, EM CARNAXIDE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a revogação da proposta de deliberação número mil cento e sessenta e cinco, de dois mil e vinte e

quatro, de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a qual aprovou a atribuição da habitação municipal T Um, sita na Rua António Navarro, número seis, quarto C, na Unidade Residencial Madre Maria Clara, em Carnaxide.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

----- Artigos centésimo trigésimo primeiro, centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo sétimo, número dois, alínea c), centésimo sexagésimo nono, número um e centésimo septuagésimo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**80 - PROPOSTA Nº. 938/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 71, 2º. DTº., NO
BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social T Três, sita na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número setenta e um, segundo direito, no Bairro dos Navegadores, a resolução do contrato celebrado em vinte e nove de março de dois mil e dezoito, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses.-----

----- A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal.-----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), no número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

-----Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

81 - PROPOSTA Nº. 939/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SITA NA ALAMEDA DIOGO DE TEIVE, Nº. 5, R/C DTº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social T Três, sita na Alameda Diogo de Teive, número cinco, rés do chão direito, no Bairro dos Navegadores, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em um de fevereiro de dois mil e vinte e um, com fundamento na ausência da habitação por período superior a seis meses e a permanência no fogo de elementos não autorizados.-----

-----A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal.-----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), no número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro,

de dezanove de dezembro.-----

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

82 - PROPOSTA Nº. 940/25 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SITA NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 80, 2º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar na qualidade de proprietária da habitação social T Quatro, sita na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número oitenta, segundo esquerdo, no Bairro dos Navegadores, a resolução do contrato celebrado em dois de julho de dois mil, com fundamento na ausência do fogo por período superior a seis meses.-----

----- A fixação do prazo de noventa dias para a desocupação do fogo, deixando-o livre de pessoas e bens sob pena de ser determinada, a execução coerciva do despejo com recurso à Polícia Municipal.-----

----- Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), no número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

----- Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

83 - PROPOSTA Nº. 941/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA LIBERDADE, Nº. 2, 3º. DTº., NO BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a transmissão do direito ao arrendamento da habitação T Dois, sita na Rua da Liberdade, número dois, terceiro direito, no Bairro da Encosta da Portela.-----

-----A fixação da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de cento de cinquenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos.-----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

84 - PROPOSTA Nº. 942/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA ALAMEDA JOÃO DE MENESES, Nº. 15, R/C DTº., NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a transmissão da titularidade do contrato de arrendamento da habitação T Dois, sita na Rua Alameda João de Meneses, número quinze, rés do chão direito, no Bairro de São Marçal, condicionado à transferência para fogo de tipologia adequada.-----

----- A fixação da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de duzentos e quarenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

85 - PROPOSTA Nº. 943/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÃO GONÇALVES, Nº. 9, 1º. ESQº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES, EM PORTO SALVO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a concentração do direito de arrendamento do fogo T Quatro, sito na Rua Antão Gonçalves, número nove, primeiro esquerdo, no Bairro dos Navegadores. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de dez euros e setenta e sete cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

86 - PROPOSTA Nº. 944/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA VASCO DA

GAMA FERNANDES, Nº. 2, C/V A, NO BAIRRO DO POMBAL, EM OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a transferência para o fogo T Zero, situado na Rua Vasco da Gama Fernandes, número dois, cave A, no Bairro do Pombal. -----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

87 - PROPOSTA Nº. 945/25 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA COMISSÃO DE MORADORES, Nº. 7, R/C A, NO BAIRRO DA RIBEIRA DA LAGE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a transferência para o fogo T Um situado na Rua Comissão de Moradores, número sete, rés do chão A, no Bairro da Ribeira da Lage. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cento e vinte e dois euros e sessenta e seis centimos, com entrada em vigor no dia um de novembro de dois mil e vinte e cinco. -----

-----A elaboração de aditamento do contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta

e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e doze, de dois mil e vinte e quatro, de dezanove de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

88 - PROPOSTA Nº. 946/25 - DOM - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 665/2020, DENOMINADO “AQUISIÇÃO DE PROJETO DO CENTRO DE CONGRESSOS DE OEIRAS” - 2ª. RETIFICAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE REVOGAÇÃO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a retificação da minuta de acordo de revogação, nos termos seguintes:-----

----- “Na cláusula segunda, onde se lê: -----

----- (Direitos indemnizatórios ou compensatórios) -----

----- O presente acordo não dá lugar ao pagamento de qualquer valor indemnizatório ou outro tipo de compensações à segunda outorgante, nada mais lhe sendo devido em virtude da execução do contrato revogado.-----

----- Passa a constar:-----

----- (Direitos indemnizatórios ou compensatórios) -----

----- O presente acordo não dá lugar ao pagamento de qualquer valor indemnizatório ou outro tipo de compensações a qualquer das partes, nada mais lhes sendo devido, seja a que título for, em virtude da execução do contrato revogado. -----

----- É aditada uma nova cláusula, que tem a seguinte redação: -----

----- Cláusula terceira -----

----- (Liberação da caução) -----

----- No dia seguinte à produção de efeitos do presente acordo, o Município libera integralmente a caução pela segunda outorgante, no valor de ... (... euros e ... cêntimos). -----

----- Em consequência, a cláusula terceira é renumerada, passando a quarta e a quarta passa a quinta.” -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro e Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

89 - PROPOSTA Nº. 947/25 - DCA - FIXAÇÃO DE VALOR DE BILHÉTICA, CONCERTO DE PEDRO JÓIA, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, fixar o preço dos bilhetes, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, nos seguintes termos: -----

----- Concerto de Pedro Jóia: -----

----- Plateia - doze euros; -----

----- Balcão - dez euros. -----

----- Que a receita produzida pela venda de bilhetes para o espetáculo acima referido reverta na totalidade para o Município de Oeiras. -----

----- Que a venda dos ingressos para este espetáculo decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egípto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede “Ticketline”. -----

----- Que a venda de bilhética registada nos postos de venda da rede “Ticketline” e no seu

site decorra de acordo com o contrato de mandato em vigor, revertendo três por cento da receita, líquidos de IVA, para o prestador do serviço “Ticketline, Sociedade Anónima”. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----

90 - PROPOSTA Nº. 948/25 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no montante global de cento e setenta mil euros, às seguintes entidades:-----

----- Centro Social e Paroquial de Barcarena - quinze mil euros;-----

----- APOIO - Associação de Solidariedade Social - quinze mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide - quinze mil euros;-----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - quinze mil euros; -----

----- Centro Comunitário e Paroquial de Nossa Senhora das Dores - quinze mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - quarenta mil euros; -----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - vinte e cinco mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - quinze mil euros;-----

-----Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - quinze mil euros.-----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido.-----

-----A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos PÚblicos.---

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

91 - PROPOSTA Nº. 949/25 - DCS - APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA PARA APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS AO NÍVEL DA RESPOSTA ALIMENTAR: -----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo frisou:-----

-----“Gostaria de saber se há algum relatório sobre a aplicação destes apoios de anos anteriores. - -----

-----Pelo que dizem, este apoio aos encargos operacionais, logísticos, financeiros e recursos humanos das freguesias com o apoio alimentar às populações carenciadas já terá

antecedentes noutros anos, gostaria de saber se têm algum relatório sobre isso.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse: -----

----- “Sim, há com certeza. -----

----- De qualquer modo, o Gabinete de Apoio às Freguesias tem os relatórios relativos a todos os apoios que as freguesias recebem, em princípio.” -----

----- A Chefe da Divisão de Coesão Social **doutora Ivone Afonso** esclareceu: -----

----- “Há de facto registo de relatórios da utilização das verbas, porque isto tem a ver com aquele programa operacional e também das mercearias sociais. -----

----- É feito um apoio para cobrir também os custos que as juntas e uniões de freguesia têm, quer ao nível dos recursos humanos, quer no apoio logístico e também depois a aquisição de bens alimentares, nós temos esse registo.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** usou de novo da palavra: -----

----- “A minha questão também se prende com o seguinte: como é aqui feita uma atribuição de dez mil euros para todas as freguesias, parece que não há aqui um conhecimento das necessidades de cada uma, é dez mil para todas, a minha questão também era essa.” -----

----- **A Senhora Vereadora Teresa Bacelar** elucidou: -----

----- “Esta questão é para nós acautelarmos esta situação porque nós só vamos voltar a ter reuniões de Câmara em novembro e não podemos saber a necessidade que vai existir em dois meses, por isso, é um adiantamento. -----

----- Se não utilizarem até ao final do ano com certeza que será devolvido, as juntas de freguesia terão esse cuidado.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar

e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta mil euros, para assegurar os custos operacionais com a disponibilização das respostas alimentares concretamente: -----

-----União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros; -----

-----Junta de Freguesia de Barcarena - dez mil euros;-----

-----União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - dez mil euros;-----

-----União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - dez mil euros;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil euros.-----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e vigésimo quinto, número um, alínea j), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

92 - PROPOSTA Nº. 950/25 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 2º. TRIMESTRE DE 2025:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição uma comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para reforço da comparticipação atribuída que foi inferior ao montante por elas suportado: -----

----- Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor: -----

----- Uniões de Freguesia de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - trinta e nove mil oitocentos e quatro euros e vinte e quatro cêntimos; -----

----- Uniões de Freguesia de Carnaxide e Queijas - nove mil oitocentos e trinta e dois euros e vinte e oito cêntimos; -----

----- Uniões de Freguesia. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - cento e dezoito euros e vinte e nove cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos; -----

----- Total - oitenta e quatro mil cento e vinte e quatro euros e trinta e seis cêntimos. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de

junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.-----

93 - PROPOSTA N.º 951/25 - DTGE - FESTIVAL NO ART - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS:

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a emissão das licenças camarárias necessárias e submeter à Assembleia Municipal a isenção das taxas municipais cuja estimativa se cifra nos quatro mil setecentos e oitenta e seis euros e setenta e sete centimos, solicitado pela empresa “Courage Approach Unipessoal, Limitada”, no âmbito do festival “NO ART”, a realizar no terrapleno de Algés.-----

-----Os apoios logísticos ao nível da preparação do recinto, desmatação, limpeza urbana prévia e posterior ao evento no recinto e imediações, disponibilização de contentores, recolha de lixo, disponibilização de trezentos baias, quarenta plantas de exterior, cem cadeiras e cinquenta e cinco mesas plásticas e apoio à comunicação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e), f) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u), ff) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

----- Artigo quadragésimo, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

94 - PROPOSTA Nº. 952/25 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA, NO ÂMBITO DAS FESTAS DE SÃO MARTINHO, EM OEIRAS E ALGÉS 2025: --

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora, para gestão e organização da Festa de São Martinho em Oeiras e Algés, no valor de cinquenta mil euros. -----

----- A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos das alíneas e) e m), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alíneas o), u) e ff), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e dos artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Código dos Contratos Pùblicos, alínea c), do número quatro, do artigo quinto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e duzentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito. -----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Nós já no ano passado votámos contra, somos favoráveis a que o Município na medida das possibilidades possa organizar eventos, festas e celebrações como a do São Martinho, mas suscita-nos dúvidas esta formulação que na prática sem concurso entregam estes cinquenta mil euros a uma associação empresarial. -----

-----Já aqui questionámos se não estaríamos como esta denominada comparticipação, mas que na prática não é uma comparticipação, não estamos afinal a fugir à contratação pública.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou: -----

-----“Não é uma associação empresarial, é uma associação sem fins lucrativos, embora seja uma associação de empresários, aliás, também estamos a trabalhar com eles no denominado

Programa Bairros Comerciais Digitais.”-----

95 - PROPOSTA Nº. 954/25 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL SENHOR JESUS DOS AFLITOS DA PARÓQUIA DA CRUZ QUEBRADA E DAFUNDO, PARA APOIO A ATIVIDADES DIRIGIDAS À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL E IDOSOS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao Centro Social Senhor Jesus dos Aflitos da Paróquia da Cruz Quebrada e Dafundo, no montante de vinte e quatro mil euros, para apoio a atividades dirigidas à população mais vulnerável (nomeadamente, apoio alimentar) e idosos. -----

----- A designação da técnica superior, Patrícia Faia, da Divisão de Coesão Social, como gestora do contrato. -----

----- A minuta de contrato de comparticipação financeira. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos

Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

96 - PROPOSTA Nº. 953/25 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 15/2024 (QUE TEM COMO APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 35/2024):-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, através de escrutínio secreto, em que se verificaram nove votos a favor e um voto contra, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar que seja aplicada ao trabalhador visado no processo disciplinar número quinze, de dois mil e vinte e quatro, (que tem como apenso o processo disciplinar número trinta e cinco, de dois mil e vinte e quatro), como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar.-----

-----Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho.----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

97 - INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Presidente** frisou: -----

-----“Formalmente é a nossa última reunião, no dia doze há eleições, boa campanha e quanto aos resultados cá estaremos todos na reunião do dia quinze para os avaliarmos.” -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** mencionou:-----

-----“No dia seguinte às eleições eu vou estar fora do País, é uma viagem pessoal, não estarei cá nessa reunião.-----

-----Rever-me-ei nas palavras que o Senhor Presidente irá proferir nessa última reunião de Câmara deste mandato, não irei sequer estar aqui a fazer nenhuma intervenção sobre aquilo que foi a minha atividade, no âmbito dos pelouros que tive em representação do Senhor

Presidente, até porque isso já consta de um relatório que fiz chegar ao Senhor Presidente e julgo que já o fez chegar a cada um dos Senhores Vereadores. -----

----- De forma que, a única coisa que quero aqui dizer é que foi e está a ser um gosto servir o Município nestas funções, de ter merecido a confiança do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Em especial, gostava de desejar as maiores felicidades à Senhora Vereadora Carla Rocha e à Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho que não são candidatas nestas eleições, com as quais tive o privilégio de poder estar aqui em funções. -----

----- Também uma palavra de apreço à Senhora Vereadora Joana Baptista que é candidata nestas eleições, mas não no Município de Oeiras. -----

----- Dizer que, no caso destas mulheres em especial sem desprimo pelas as demais, foi um privilégio trabalhar convosco e tenho a certeza de que muitos e bonitos futuros vos esperam porque a vossa qualidade é reconhecida, acredito eu por todos, e essa qualidade não é nem de direita, nem de esquerda, é uma qualidade que vos é inata.” -----

98 - DECLARAÇÕES DE VOTO - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** enviou por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, as seguintes declarações de voto: -----

----- “**PD 877/25 - SIMAS - Procedimento por concurso público destinada à empreitada de “Remodelação/execução de caixas e instalação de tubagem e acessórios em vários locais de consumo, no concelho de Oeiras, para os anos de 2025 a 2028” - Adjudicação. Nomeação de coordenador de segurança em obra e diretor de fiscalização - PD 270-SIMAS/2025** - Abstenção - Tratando-se de uma proposta com encargos plurianuais, falta o documento comprovativo de adequada previsão de encargos para os anos de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito. Daí o nosso voto de abstenção.” -----

----- “**PD 878/25 - SIMAS - Procedimento por concurso público, destinado à**

prestação de serviços para a fiscalização externa da empreitada de “Prevenção, controlo e mitigação de cheias na bacia de drenagem da Ribeira de Massamá, ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena, no concelho de Oeiras” - Adjudicação e Reprogramação financeira - PD 273-SIMAS/2025 - Abstenção - Tratando-se de uma proposta com encargos plurianuais, também nesta proposta falta o documento comprovativo de adequada previsão de encargos para os anos de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito. Daí o nosso voto de abstenção.” -----

-----“**PD 895/25 - DMOGAH\DOM\UPGO - “Aquisição da prestação de serviços de manutenção de todas as fontes, lagos, espelhos de água e geiser marítimo do Município de Oeiras”, processo n.º 300.10.005/2025/815/UPGO: aprovação dos relatórios preliminar e final e consequente adjudicação. Aprovação da minuta do contrato e do respetivo gestor** - Abstenção - A proposta não apresenta o respetivo escalonamento financeiro plurianual, limitando-se a referir que o encargo é por três anos (dois mil e vinte e seis/dois mil e vinte e oito). Sendo um encargo plurianual, a redação do número três, da cláusula terceira da minuta do contrato não nos parece fazer sentido, devendo adotar-se a redação presente em muitos contratos da própria Câmara: “O encargo do presente contrato será repartido pelos anos de dois mil e vinte e seis/dois mil e vinte e oito, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos”. -----

-----“**PD 928/25 - DMOGAH\DHM\DPCH - PROC. Nº 54/DCH/2023 - “NPH/07 - Programa Habitacional de Leceia - 96 fogos, Barcarena” - Aprovação da 2.ª Modificação Objetiva de Contrato (2.ª MOC) - Trabalhos complementares 2 - Erros e omissões e minuta de adicional ao contrato** - Abstenção - O valor cabimentado (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos) é inferior ao valor da despesa a autorizar (quatrocentos e treze mil cento e dezoito euros e trinta e um cêntimos). Uma vez que parte dos erros e omissões serão pagos em dois mil e vinte e seis, consideramos que a proposta deveria fazer essa referência e apresentar o respetivo escalonamento financeiro plurianual da



**Câmara Municipal
de Oeiras**

despesa a autorizar e, por consequência, na cláusula terceira da minuta do contrato deveria constar que o encargo contratual será repartido pelos anos de dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos.”-----

99 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

(Vera Carvalho)